

ALAIR SILVEIRA
IRENILDA ANGELA DOS SANTOS

Organizadoras



DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Volume 1

paruna



Conselho Editorial

Elizabeth Madureira Siqueira – IHGMT

Renilson Rosa Ribeiro – UFSCar

Nileide Souza Dourado – NDIHR/UFMT

Sérgio Henrique Puga da Silva – UFMT

Adrienne de Oliveira Firmo – USP

Adriana Gonçalves Pio – UNIVALE

Daniela Bitencourt Bueno – FMUSP

Madelene Marinho e Silva – UNESP

ALAIR SILVEIRA
IRENILDA ANGELA DOS SANTOS

Organizadoras

DESAFIOS **CONTEMPORÂNEOS**



Cuiabá, MT
2024

© Alair Silveira, Irenilda Angela dos Santos, 2024.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A Paruna segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

S587 Silveira, Alair.
Desafios Contemporâneos / Alair Silveira, Irenilda Angela dos Santos, Orgs. -- Cuiabá: Paruna, 2024.
281 f.

ISBN: 978-65-85106-35-1

1. Sociedade. 2. Contemporaneidade. 3. Ciências humanas. I.
Título.

CDD: 316.3

Revisão e Normatização Textual:

Paruna Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

Candida Bitencourt Haesbaert – Paruna Editorial



Paruna Editorial

Rua Lima Barreto, 29 – Vila Monumento

CEP: 01552-020 – São Paulo, SP

Fone: 11 97958-9312

www.paruna.com.br

DEDICATÓRIA

Dedicamos este livro aos anônimos que, todos os dias, nas mais diversas formas, resistem e lutam por uma sociedade igualitária e justa, para quem individualidade é sinônimo de singularidade e não de egoísmo e barbárie.

Afinal, como dizia Trotsky (alguns atribuem a Dostoïevski):
Quanto mais escura a noite, mais brilhantes as estrelas.

AGRADECIMENTOS

Como toda realização sempre tem muitas contribuições, este livro também resulta de muitas ações que, em conjunto, garantiram sua materialização. Sem o empenho de todos/as e de cada um/a separadamente, nosso projeto seria, tão somente, um desejo em acalanto.

Primeiramente, queremos registrar nossos agradecimentos àqueles e àquelas que, sem as contribuições individuais, este livro não teria superado a intenção. Em outras palavras: agradecemos imensamente aos autores e autoras que dedicaram seu tempo e energia para produzir os artigos que conformam este livro e asseguram qualidade e provocativas reflexões.

Estendemos, nesse sentido, nosso agradecimento ao Professor Afonso Takao Murata (UFPR) que, gentilmente, aceitou o convite para ler e prefaciá-la obra.

Com igual reconhecimento, agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/ICHS/UFMT) que, através do seu Colegiado, encampou este projeto e lhe garantiu viabilidade.

Por fim, e como não poderia deixar de ser, registramos nossos agradecimentos às fontes financiadoras CAPES, CNPq e UFMT que garantiram os recursos necessários à publicação deste livro.



PREFÁCIO

Fiquei muito honrado com o convite das professoras Irenilda Angela dos Santos e Alair Silveira para prefaciar o livro *Desafios Contemporâneos*. Esta obra, com certeza, irá influenciar e contribuir na construção de novos paradigmas sobre dificuldades inquietantes vividos na atualidade, vinculados principalmente pela emergência e despudoramento do fascismo alavancados pela crise do capitalismo, gerando um recrudescimento nas conquistas sociais e o avanço do conservadorismo. Neste sentido, a obra passa a ser leitura e referência teórica obrigatória para a discussão sobre temas ligados aos desafios contemporâneos.

O livro é uma coletânea de artigos redigidos por autores/as renomados/as e que detêm expertise sobre o tema e grande respeito junto à comunidade acadêmica. Inicialmente é necessário parabenizar e cumprimentar as organizadoras do livro: Alair Silveira (UFMT) e Irenilda Angela dos Santos (UFMT), pelo trabalho hercúleo para tornar possível a compilação e publicação desta obra. Aproveito para introduzir e congratular aos/as escritores/as: Adriana Machado Penna (UFF); Alair Silveira (UFMT); Bruno Camilloto (UFOP); Cláudia Graziano Paes de Barros (UFMT); Edir Vilmar Henig (UERJ); Irenilda Angela dos Santos (UFMT); Marina Carlos França (UFMT); Marlon Leal Rodrigues (UEMS); Raquel Braga Lacerda (UFMT); Sandra Jung de Mattos (UFMT); Pâmela Mossmann de Aguiar (NOVA-FCSH); Wilma Pessôa (UFF), pela realização desta obra tão relevante.

Os/As autores/as do livro se debruçam de forma aprofundada e crítica sobre as contradições sociais que afligem a sociedade

contemporânea, construindo um paralelo acerca dos movimentos ditos conservadores que atacam e dilapidam a construção democrática de uma sociedade mais justa e, ao mesmo tempo, desvelam a crise civilizatória que assola a humanidade. Estas configurações “atuais” têm acentuado a lógica destrutiva das conquistas sociais históricas, tendo como mote principal a defesa do capital.

É interessante registrar que os capítulos que fazem parte deste livro explicitam a diversidade de problemas que nos fustigam, bem como deixam claro o recrudescimento da questão social na atualidade, trazendo a lume questões como o ataque predatório do capital sobre a educação pública, em especial o papel das fundações privadas na formação de professores, são desvelados e discutidos outros problemas sociais como questões ligadas aos direitos humanos (imigração e refugiados) e revisitando temáticas de relevância como a fome e a violência de gênero.

Neste sentido, ao considerarmos o duto saber dos/as autores/as, bem como, o desenvolvimento com muito mérito de suas pesquisas para a construção de cada capítulo deste livro, apresentando reflexões críticas, marcos teóricos, históricos e técnicos para uma análise contextualizada do problema, nos leva a concluir que as perspectivas apresentadas nesta obra são bem mais amplas e completas do que muitas outras publicadas sobre o assunto.

Por estas razões, entre outras, é que recomento fortemente a leitura do livro que nos desvelam um conteúdo didático e instigante.

Prof. Dr. Afonso Takao Murata

Professor Titular do DFF/SCA/UFPR.

Coordenador do Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos-UFPR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 13

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: INSTITUTO AYRTON SENNA ACELERA MODELO DE ALIENAÇÃO 21

Adriana Machado Penna

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À CIDADANIA: “O PROJETO DE EXTENSÃO PORTUGUÊS – LÍNGUA DE ACOLHIMENTO” (PLAC-UFMT) 50

Irenilda Angela dos Santos

Cláudia Graziano Paes de Barros

Sandra Jung de Mattos

A FOME TEM RAÇA E GÊNERO! ANÁLISE DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL A PARTIR DE RAÇA E GÊNERO ..69

Edir Vilmar Henig

CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DA POBREZA ENTRE AS MULHERES BRASILEIRAS FRENTE AO IMPACTO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA PÓS GOLPE DE 2016.....92

Wilma Pessôa

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO ÂMBITO INTRAFAMILIAR EM TEMPOS DE PANDEMIA116

Raquel Braga Lacerda

Irenilda Angela dos Santos

POR QUE PRECISAMOS FALAR SOBRE A TAXA ROSA?..131

Pâmela Mossmann de Aguiar

ORÇAMENTO SECRETO: UMA ANÁLISE ACERCA DE SUA ADEQUAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ORÇAMENTÁRIOS 153

Marina Carlos França

Alair Silveira

NEOFASCISMO: DO QUE SE TRATA? – REFLEXÕES PRELIMINARES..... 184

Alair Silveira

DEMOCRACIA EQUILIBRISTA: ENTRE O AUTORITARISMO E AS REGRAS DEMOCRÁTICAS 222

Bruno Camilloto

QUESTÕES E RELATO DE UMA PESQUISA EM IDENTIDADE DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 245

Marlon Leal Rodrigues

ÍNDICE REMISSIVO 278

APRESENTAÇÃO

Refletir sobre os *Desafios Contemporâneos* constitui uma provocação de muitas faces, porque múltiplas são suas dimensões. O propósito deste livro, neste sentido, foi convidar alguns docentes e discentes para refletirem sobre problemas que lhes inquietam nestes tempos sombrios, marcados pela combinação entre o agravamento da crise do capital, a hegemonia do neoliberalismo, a intensificação dos ataques à classe trabalhadora, a contração democrática e o avanço da popularmente denominada “extrema-direita”. E, sob qualquer uma das possibilidades temáticas, perspectiva teórica e/ou analítica, o entrelaçamento entre capital e trabalho se expõe (e impõe), desvendando os liames que os fecunda.

Desta maneira, as contradições que, estruturalmente, atravessam as sociedades classistas, podem assumir formas inovadoras, tecnológicas, voláteis e, inclusive, assumir novas (re)configurações, mas, na essência, revitalizam as estruturas antagonônicas que contrapõem os interesses entre capital e trabalho. Mesmo que para determinadas perspectivas, estes conflitos tenham sido superados pela emergência de relações pós-modernas, frente às quais, supostamente, a “modernidade” sucumbiu.

Preocupado com estas questões, o Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS-Mestrado) tem investido na promoção de atividades e eventos sintonizados com os problemas que atravessam a sociedade contemporânea, assim como investido na produção qualificada de livros, artigos e pesquisas capazes de subsidiar estas reflexões.

A reunião deste conjunto de artigos demonstra tanto a variedade de problemas que nos inquietam quanto a revitalização de processos que supúnhamos ter, socialmente, avançado. Neste sentido, ao lado de fenômenos mais contemporâneos como o crescimento da imigração de trabalhadores e da atuação de fundações privadas na formação de professores, outros problemas sociais reclamam atenção pela recorrência com que aprofundam práticas que datam de séculos passados. Assim são, por exemplo, a fome e a violência de gênero.

Em um século em que se jacta da Inteligência Artificial (IA) e da superação dos limites de tempo e espaço através das comunicações e das redes sociais, a sociedade parece regredir em termos civilizatórios e nas redes conviviais de sociabilidade interpessoal. Tais traços sociabilizatórios não se manifestam somente na *'pareja'* solitária entre o indivíduo e a tela dos aparelhos (celulares e/ou computadores), mas, também, na esfera das relações políticas. Sejam elas institucionais ou não.

Não por acaso, o avanço de movimentos neofascistas dialoga muito como a contração democrática e os ataques abertos ou velados ao regime democrático. Consequentemente, entre o hiperindivíduo que reduz a política às manifestações digitais privadas, que sequer tolera o contraditório (inclusive porque pode a qualquer momento “cancelar” o outro), a democracia institucional pode manter a formalidade democrática, porém, progressivamente, vai esvaziando seu alcance e poder social. O *Orçamento Secreto* é um exemplo entre a forma e o conteúdo.

Considerando este panorama mais geral, o artigo que abre este livro é de Adriana Machado Penna (UFF), que se debruça de maneira crítica e substantiva sobre a atuação do Institu-

to Ayrton Senna como um “parceiro” do Estado para a formação de professores, na perspectiva do binômio inovação/eficácia, conforme propósitos de organismos internacionais como a OCDE, o Fórum Econômico Mundial e o Banco Mundial. Utilizando-se da IA como recurso falaciosamente isento e a serviço do “progresso técnico-científico” neutro, instituições privadas têm avançado sobre o direcionamento das políticas públicas, interferindo diretamente sobre as relações de trabalho, a subjetividade dos trabalhadores e a precarização da vida, como sagazmente afirma Adriana Penna.

Se a educação é direito constitucionalmente estabelecido, a cidadania pressupõe o estatuto das prerrogativas e responsabilidades frente ao Estado e aos demais concidadãos. Consequentemente, como a cidadania não é um exercício em si, mas em relação ao outro e ao Estado, no segundo artigo, as autoras Irenilda Angela dos Santos (UFMT), Cláudia Graziano Paes de Barros (UFMT) e Sandra Jung de Mattos (UFMT) refletem sobre a relevância do conhecimento da língua nacional que recebe trabalhadores migrantes, para que estes possam desenvolver atividades laborais, mas, também, criar vínculos afetivos no/com o Brasil. Neste sentido, as autoras propõem acolhimento através da aprendizagem da língua-portuguesa que transcende a perspectiva de recebimento colaborativo para estimular, também, o espírito crítico. Bem como trazendo o acesso à língua portuguesa como o primeiro dos direitos humanos básicos aos imigrantes e refugiados que chegam a Cuiabá e Mato Grosso, ora fugindo da violência e da morte, ora fugindo da pobreza e da fome, agravados pelas situações advindas do modo de produção capitalista que os obrigam a imigrar.

Na sequência, quatro artigos têm como objeto a análise sobre os impactos da fome e da pobreza, da violência e das reformas neoliberais, especialmente sobre as mulheres. O terceiro artigo, de autoria de Edir Vilmar Henig (UERR) dedica-se à análise dos reflexos do retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU. Segundo Henig, este reingresso do País no ranking da fome expõe não apenas o aprofundamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, mas, dentro dele, os graus diferenciados de insegurança alimentar considerados os recortes de raça e gênero. Como bem destaca o autor: *a fome tem raça e tem gênero!*

Considerando as condições objetivas das mulheres brasileiras sob o impacto das reformas trabalhista e previdenciária, Wilma Pessoa (UFF) se debruça sobre o agravamento da situação de pobreza que alcança o gênero. Assim, o quarto artigo identifica que as repercussões das reformas neoliberais incidem ainda mais violentamente sobre as mulheres, reduzindo sua participação na riqueza socialmente produzida e, concomitantemente, impondo-lhes limites ao acesso a direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, inclusive através da precarização das relações laborais informais ou domésticas.

Para além da funcionalidade do preconceito e da discriminação ao modo de produção capitalista, a violência intrafamiliar contra as mulheres foi agravada durante a pandemia. Este é o objeto do quinto artigo, de Raquel Braga Lacerda (UFMT) e Irenilda Angela dos Santos (UFMT), para as quais a violência doméstica deita raízes em uma cultura de objetificação e propriedade, a partir da qual o corpo feminino é destituído de livre arbítrio e autodeterminação. Como alertam os dados apresentados pelas autoras, considerando-se os anos de 2019-2020,

só em Mato Grosso o feminicídio aumentou 400%. Estes números, concretamente, revelam mais do que a persistência de uma cultura patriarcal, ela expõe o quanto a sociedade, apesar das inovações tecnológicas e dos recursos digitais, mantém-se alheia aos mais básicos direitos da existência social.

O sexto artigo reflete sobre uma questão que, como apresenta a própria autora, ainda não foi socializada como problema, demanda ou política: a taxa rosa. Fortemente amparada em estudos e pesquisas, Pâmela Mossmann de Aguiar (Nova-FCSH) observa que apesar de dados que demonstram que mercadorias femininas são mais caras do que as homólogas masculinas, a exploração do mercado feminino pelas empresas se mantém inalterada. Consequentemente, sequer como consumidora a mulher é respeitada, mantendo-se como aspirante à cidadania, na medida em que, como cidadã, é cultural e objetivamente subtraída e, como consumidora, aviltada.

É também sob a subtração das prerrogativas dos titulares do poder originário, ou seja, da cidadania, que as autoras Marina Carlos França (UFMT) e Alair Silveira (UFMT), no sétimo artigo, analisam o *Orçamento Secreto* (RP-9). Instrumento criado em 2019, o *Orçamento Secreto* consagrou-se pela omissão dos proponentes das emendas orçamentárias, assim como pela falta de critérios socioeconômicos para destinação dos recursos. Concretamente, o *Orçamento Secreto* constitui afronta ao princípio republicano e o Estado Democrático de Direito, na medida em que subtrai a soberania popular e, junto com ela, a moralidade, a publicidade, a impessoalidade e a eficácia para o interesse público.

Nos anos conturbados que marcaram a última década (2014-2024), o Brasil experimentou tanto o aprofundamento da fratura social imposta pela crise do capital e de quase quatro décadas de neoliberalismo, quanto vivenciou a polarização política, o crescimento do desemprego estrutural e da miséria, assim como a vulnerabilidade social e institucional. Neste terreno econômica, política e socialmente fértil, movimentos neofascistas saíram das tocas, adquiriram força e ameaçaram as instituições democráticas. É sobre este entrelaçamento de relações que o oitavo artigo, de autoria de Alair Silveira (UFMT) se debruça, de maneira a refletir sobre aspectos históricos e teóricos que desafiam a compreensão do novo fascismo no contexto atual.

O nono artigo, de Bruno Camilloto (UFOP), é dedicado à análise da efetividade dos fundamentos democráticos da sociedade contemporânea brasileira. Especialmente diante da revivescência de alternativas autoritárias e da vulnerabilização das instituições democráticas e de um imaginário social marcado pelo autoritarismo político. A partir da pertinência das inquietações apresentadas e da densidade das reflexões, o autor questiona a força socialmente transformadora capaz de construir uma sólida democracia não restrita à preservação formal das instituições, mas, efetivamente capaz de realizar justiça social e respeitar os direitos humanos.

Por último, como tema livre, o décimo artigo deste livro apresenta o relato do professor Marlon Leal Rodrigues (UEMS), a partir da experiência docente como meio de constituição da formação identitária, tendo como referência a prática do ensino da língua portuguesa e da literatura. De acordo com Marlon

Rodrigues, existe uma “*corpora*” pessoal que conforma memórias, revela concepções e percepções e, conseqüentemente, permite identificar “compromissos” que perpassam o ser e se materializam na atividade docente.

Diante deste rico material que pretende suscitar reflexões e provocar produtivas inquietações, apresentamos este livro dedicado a pensar sobre os desafios contemporâneos.

Boa Leitura!

Outubro/2024.

Profª. Drª. Alair Silveira
Profª. Drª. Irenilda Angela dos Santos
Organizadoras

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: INSTITUTO AYRTON SENNA ACELERA MODELO DE ALIENAÇÃO

Adriana Machado Penna¹

1. Introdução

Desde o último quartel do Século XX, o capitalismo passou a se esmerar ainda mais na propagação da sua já histórica ideologia de progresso. As novas descobertas do campo técnico-científico, da Inteligência Artificial (IA) e seus desdobramentos se impõem como se seguissem uma única direção: levar a humanidade à liberdade sem limites.

Ao abrir as portas do Século XXI, o incessante movimento de concentração e centralização de riquezas acelerou processos que se encontravam em curso, tornando-os ainda mais dramáticos. A ação devastadora sobre a natureza, a produção de pandemias, as alterações climáticas e os desastres ambientais são apenas alguns dos fenômenos resultantes desses processos. Some-se a isto o crescimento exponencial do desemprego atrelado ao movimento do capital para operacionalizar

¹ Professora Adjunta do Instituto de Educação Física - IEF, da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Serviço Social; Coordenadora do Núcleo de Estudos em Trabalho e Educação - NUPETE/IEF/UFF. E-mail: adrianapenna@id.uff.br

a substituição do trabalho vivo por trabalho morto, marginalizando a “atividade especial produtiva”, qual seja, o trabalho (MARX, 2013, p. 167).

Esse contexto tem atuado como um catalisador para o avanço da pobreza e da fome ao redor do mundo². Nem mesmo os acenos festivos da ‘inovação com eficiência’, uma espécie de mantra do Século XXI, conseguiram se contrapor ao rigor da incerteza, fenômeno que avança na mesma proporção da crise do capital.

Previsões *aparentemente coincidentes* com as nossas foram expressas por uma das mais altas cúpulas do capitalismo: o Fórum Econômico Mundial³ (FEM). Em sua 54ª edição, que aconteceu mais uma vez em Davos, na Suíça, entre os dias 14 e 19 de janeiro de 2024, o ‘Fórum’ publicou em seu *The Global Risks Report 2024* a existência de:

[...] alguns dos riscos mais graves que poderemos enfrentar na próxima década, num contexto de

-
- 2 Michael Roberts (2024), em artigo intitulado “Davos and the melting world economy” publicado em seu blog (Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2024/01/16/davos-and-the-melting-world-economy/>. Acesso: 16 jan. 2024), em janeiro de 2024, analisou “The Global Risks Report 2024” (Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2024/>), o ‘Relatório’ final produzido pela 54ª Edição do World Economic Forum (WEF), em Davos. Os resultados deste documento reforçam a conjuntura de estagnação da economia a partir de 2024; demonstram o “abrandamento do investimento produtivo por parte das principais economias em empregos e rendimentos criadores de valor”. Neste mesmo artigo, Michael Roberts destaca a previsão do Banco Mundial sobre a conjuntura que a resume como “o caminho certo’ para a sua pior meia década de crescimento em 30 anos”. Os anos de pandemia alavancaram a crise do custo de vida desde 2020 criando as seguintes condições: “[...] 26 bilhões de dólares (63 por cento) de toda a nova riqueza foram capturados pelo 1 por cento mais rico, enquanto 16 bilhões de dólares (37 por cento) foram para o resto do mundo conjunto. Um bilionário ganhou cerca de 1,7 milhões de dólares por cada dólar que a nova riqueza global ganhou por uma pessoa que se encontra entre os 90 por cento mais pobres”.
 - 3 O Fórum Econômico Mundial tem se dedicado, desde 2016, a indicar os novos rumos das relações de trabalho frente às transformações assumidas pela divisão internacional do trabalho, dada a implementação de novas tecnologias advindas da chamada Revolução 4.0. Tais ações têm justificado a publicação de relatórios anuais sobre o futuro dos empregos e carreiras sob o título “The Future of Jobs” nas suas versões 2016, 2018, 2020, 2023 e 2024.

rápidas mudanças tecnológicas, incerteza econômica, um planeta em aquecimento e conflitos. À medida que a cooperação fica sob pressão, as economias e sociedades enfraquecidas podem necessitar apenas de um pequeno choque para ultrapassar o ponto de viragem da resiliência (WFE, 2024, apud ROBERTS, 2024, [grifos meus]).

Esse 'Relatório 2024' também foi categórico ao afirmar que, no caso desse "ponto de viragem" não ser devidamente administrado, o mundo avançará para uma conjuntura de 'polarização social'" (WEF, 2024, apud ROBERTS, 2024). Contra esta ameaça iminente, o FEM contrapôs a "reconstrução da confiança" – para o capital, sem dúvida – partindo da constatação de uma:

"[...] perspectiva predominantemente negativa para o mundo nos próximos dois anos, que deverá piorar na próxima década. As perspectivas são marcadamente mais negativas ao longo do horizonte temporal de 10 anos, com quase dois terços dos entrevistados esperando uma perspectiva tempestuosa ou turbulenta". (WEF, 2024, apud ROBERTS, 2024).

No campo da formação, qualificação/requalificação dos trabalhadores, propôs "a corrida para a qualificação" como uma das principais políticas a serem assumidas pelos mais de 100 governos – entre eles, o Governo Lula da Silva – dos países que marcaram presença em Davos (WEF, 2024b).

É nesse sentido que o tema da educação continua ocupando espaços decisórios no FEM, nos quais são sustentadas as políticas da OCDE e os interesses de seus países membros.

O debate sobre a padronização da formação dos trabalhadores que poderão ser inseridos na nova divisão social e técnica do trabalho esteve submetida à dinâmica irruptiva da ‘Revolução 4.0’, da IA e das *Big Techs*.

Como se sabe, não é a primeira vez que as exigências do capital para a educação são anunciadas em Davos. Em 2024, essas exigências indicaram a seguinte direção: “Transformar a educação, as competências e a aprendizagem para preparar milhões de pessoas para a economia e a sociedade de amanhã” (WEF, 2024b).

Partindo do breve resgate acima, temos como objetivo no presente artigo desnaturalizar alguns aspectos que se apresentaram durante a pandemia da Covid-19. Para tanto, discutiremos elementos da intervenção do FEM e da OCDE na educação pública brasileira, em geral, e sobre as políticas de formação de professores, em particular.

De modo específico, destacaremos um projeto executado pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), em 2022, o qual foi direcionado para a formação de professores via plataforma virtual. Este projeto foi lançado durante a pandemia tendo por base as orientações da OCDE, dados monitorados por relatórios do FEM, além de contar com a presença e participação efetiva de membros do Conselho Nacional de Educação (CNE). A relação entre essas entidades do mercado e o poder público brasileiro chama a atenção, sobretudo por não se tratar nem de um fenômeno novo, nem de uma ação ligada apenas às políticas de um governo específico. Ao contrário, fica evidente que o aprofundamento da relação público-privada na educação brasileira é uma política de Estado e que continua na plenitude do seu curso.

2. A educação para o "amanhã" da classe trabalhadora

Desde os anos 1990 organismos internacionais têm difundido políticas que se materializam em diversos países na forma de adesão à nova lógica gerencial da administração pública. Foi útil a sua propagação a desqualificação dos serviços e instituições públicas e a demonização do Estado, denunciado como burocrático, ineficiente, centralizador, entre outras adjectivações. Todas estas, funcionais aos ventos da privatização, tiveram foco nos setores que não eram de exclusividade do Estado, como educação e saúde públicas. Nesse contexto, o capital elegeu não apenas a educação como uma de suas prioridades, mas, “definitivamente [elegeu] a questão docente na agenda de eventos mundiais onde prioridades e metas são delineadas” (SHIROMA e NETO, 2015, p. 1).

No caso da educação pública no Brasil, o gerencialismo adotado pelo Estado – implementado desde a Reforma Administrativa do governo FHC, avançando e se aprimorando até os dias atuais – incorporou o discurso da ‘qualidade total’⁴ (GENTILI, 1999) como indicador de aprendizagem dos alunos e da produtividade das escolas, o que passou a demandar uma política de avaliação em larga escala, pautada por critérios internacionais da OCDE e suas exigências de cumprimento de metas. Essa nova estrutura imposta às escolas emplacou a ideologia de que “não faltavam recursos para a área, apenas eram

4 A partir dos anos de 1990, o discurso da formação de qualidade na educação passou a ser referenciado como “qualidade total da educação”. Os governos brasileiros, desde então, optaram pelo critério de internacional de qualidade, próprio da lógica mercantil-empresarial. Portanto, foi necessário mudar o foco da atenção aos recursos disponíveis à educação, para a eficácia dos resultados obtidos no seu processo de avaliação.

mal geridos; faltava, portanto, profissionais eficazes dotados de competências para gerenciá-los. Deflagrou-se um período de profissionalização de gestores e professores” (SHIROMA, 2018, p. 92). Deste modo, os organismos internacionais como o BM, a UNESCO, a OCDE e o FEM passaram a apontar o responsável pela ineficiência da escola: o professor e sua formação acadêmica.

Os cursos de formação de professores passaram a ser olhados de perto e denunciados como excessivamente teóricos e conteudistas, desligados do cotidiano da escola e desconectados das demandas do novo milênio que já batia à porta.

Identificado o problema, apresentou-se como solução a investida em políticas para reformar o professor, para treiná-lo “ao longo da vida”. Esta foi, por exemplo, a orientação da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” com foco no novo modelo de formação de professores atento às exigências da escola do Século XXI (BANCO MUNDIAL, 1990).

No Brasil, sobretudo a partir do início dos anos 2000, os cursos de formação de professores passaram a elevar a sua carga horária de atividades práticas em detrimento da teoria. Segundo os seus defensores, essa medida conectaria o professor em formação com o cotidiano das escolas.

Seguindo esta lógica alienante do capitalismo:

Paradoxalmente, quanto mais as organizações econômicas – como OCDE, Fórum Econômico Mundial, Banco Mundial – planejam intervenções orquestradas na educação, e em especial nas políticas docentes, menos espaço os currículos e cursos de formação de professores dedi-

caram a pensar essas articulações entre educação, economia política e trabalho no capitalismo (SHIROMA, 2018, p. 95).

Esse esvaziamento curricular acompanha o ritmo da reestruturação produtiva e da velocidade incorporada pelas TICs na chamada ‘Sociedade da Informação’, além de operar um verdadeiro deslocamento nas formas de elaboração e difusão do conhecimento. Processo que vem se mostrando com mais evidência ao longo das duas primeiras décadas do Século XXI, sobretudo a partir de 2015/2016. Este período marca a introdução das tecnologias disruptivas nas relações de produção, configurando a transição para a chamada a Revolução 4.0 (ou ‘Quarta Revolução Industrial’), o que impõe a construção de sistemas de treinamento de trabalhadores para o desenvolvimento de novas habilidades e competências (SCHAWAB, 2016).

Está em curso a formação de um professor treinado e capacitado com competências capazes de atuar para o armazenamento de informações a partir de um grande número de dados (*Big Data*), para alimentar plataformas de buscas das *Big Techs* da educação. Várias são as classificações dadas a este ‘novo’ professor tais como o *‘professor facilitador de aprendizagens’*, *‘coaching educacional’*, *‘professor maker’* entre outras tantas denominações que ainda poderão surgir. Estas novas caracterizações, ao mesmo tempo que ganham espaço e simpatia – inclusive entre parcelas da categoria docente e de seus sindicatos –, atuam para controlar a autonomia didático-pedagógica e as ações políticas, tanto do professor como da escola. Pragmatismo, adestramento e utilitarismo se escondem sob o signo da inovação presente nas atuais políticas de

profissionalização do professor. A síntese de tudo isso se processa na elaboração da figura do ‘professor criativo’: uma criatividade que será cada vez mais reduzida à reprodução de padrões pedagógicos armazenados nas plataformas, as quais já estão assumindo o preparo de planejamentos, planos de aulas e modelos de avaliações a serem aplicados⁵.

Os artefatos presentes na formação do novo professor são indispensáveis para a sua ação pedagógica junto às futuras gerações inseridas na escola sob o padrão da “alfabetização informacional e midiática” (UNESCO, 2019). É fundamental fazer com que a juventude acredite que é possível construir individualmente o seu ‘projeto de vida’ e as melhores oportunidades para empreender e alcançar o sucesso.

Note-se que é sob o desenvolvimento da chamada Revolução 4.0 e sua repercussão na escola que o capitalismo reproduz e reforça o discurso da “Teoria do Capital Humano” (FRIGOTTO, 2001), reascendendo a relação binária entre desemprego/educação escolar. O capitalismo sempre associou o nível de educação formal da classe trabalhadora ao seu desenvolvimento, identificando esse processo formativo como um dos responsáveis pela própria crise.

3. IAS expõe sua essência mercantil

O IAS nasce na cidade de São Paulo, em 1994, tendo como fundadora e presidente e se mantendo ainda atualmente, Viviane Senna. O Instituto se tornou um ‘renomado’ formulador e executor de políticas para a educação pública e para a

5 Este é o princípio, por exemplo, contido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas sobre o qual não poderemos avançar aqui em função da proposta contida no presente artigo.

formação de professores, de modo específico. Em 2012, passou a integrar o “grupo de organizações parceiras que compõem a OCDE”, cumprindo a função de divulgador e implementador de políticas educacionais difundidas em nível internacional (INSTITUTI AYRTON SENNA, 2022a). Tornou-se uma entidade atrelada às redes públicas de ensino e tem sido um dos responsáveis não só por fomentar, mas, por aplicar métodos pedagógicos, concepções de conhecimento e currículo via aplicação de políticas para a formação de professores pautadas por competências, em particular as competências socioemocionais.

Desse modo, o IAS vem exercendo a sua essência mercantil, contribuindo para a implementação de diretrizes pautadas por organismos internacionais para ativar a chamada *Schools of the future* (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020a), além de implementar metodologias tendo como foco o desenvolvimento de competências para a formação do indivíduo autônomo e protagonista para a resolução dos novos problemas colocados pelo capital. No entanto, o que esse projeto não explicita é que se trata de um protagonismo para assumir todos os riscos, próprios do mercado cada vez mais precarizado e desregulamentado.

Durante a pandemia, o Todos Pela Educação⁶ (TPE) e as corporações que o constituem, entre elas o IAS – todas sob as diretrizes da OCDE, BM e FEM –, assumiram o argumento de

6 A entidade Todos Pela Educação (TPE) é uma ONG criada em 2006, ainda no primeiro mandato do governo Lula da Silva. Ao TPE foi concedido o direito de planejar, executar e administrar políticas públicas de educação. O TPE atua ao implementar (em parceria com os governos Federal, Estaduais e Municipais) políticas nas escolas de educação básica, além de influenciar as políticas de formação de professores e seus processos de capacitação e qualificação em serviço; representa empresas como a holding Itaú Unibanco, o grupo Bradesco, a Fundação Lemann, a Gol, o Instituto Natura, o Instituto Ayrton Senna entre muitos outros. O TPE constitui o principal instrumento empresarial de controle da política educacional no Brasil.

que as escolas públicas brasileiras causaram grandes prejuízos ao aprendizado de crianças e jovens, ao manterem suas portas fechadas ao longo de todo o período mais grave da doença. A conjuntura pandêmica foi um mote importante para que essas entidades justificassem a aceleração da implementação de políticas nas escolas dedicadas à formação baseada em competências socioemocionais. Esta seria a estratégia mágica para a superação do atraso no aprendizado de crianças e jovens, causado pela pandemia.

Estas entidades deslocaram alguns elementos da Escola Nova⁷ e os reintroduziram à educação contemporânea. Por exemplo, a defesa de metodologias de aprendizagem ativa ou não-diretivas sob a alegação da promoção da autonomia do aluno aprender a aprender sozinho, adotando uma posição de protagonismo frente à figura do professor. Estas metodologias, atreladas à concepção de que a escola e o professor deveriam estar voltados ao atendimento das “Necessidades de Aprendizagens Básicas” (NEBAS) dos alunos já figuravam como central desde os anos de 1990 (BANCO MUNDIAL, 1990).

Sob a difusão das teorias da pós-modernidade, alguns princípios escolanovistas como a valorização das subjetividades, das experiências individuais e da espontaneidade do aluno tornaram-se características centrais do capital e de suas políticas educacionais. Este processo avançou muito com o advento das novas TICs, da IA e das plataformas educacionais introduzidas na educação. As ferramentas pedagógicas passaram a ser apresentadas como o caminho para o aluno (futuro trabalha-

7 Movimento que ficou internacionalmente conhecido desde o início do Século XIX por contestar os princípios da Escola Tradicional, mas que não teremos possibilidades de avançar na análise de sua gênese, desenvolvimento e contradições nos limites deste artigo.

dor) alcançar a autonomia e aprender e conduzir o seu futuro. Semelhanças com as novas relações de “trabalho uberizado”⁸ (ANTUNES, 2020) não são meras coincidências. Identificamos aqui as condições para o novo reposicionamento do professor frente a seu trabalho pedagógico, gradativamente colocado em segundo plano à medida que as ‘máquinas inteligentes’, aos poucos, vão assumindo o seu lugar. Essas novas diretrizes metodológicas galgaram um vasto campo de oportunidades com o avanço da pandemia, consolidando-se no período de reabertura das escolas.

Também, no auge da pandemia, sob o argumento da responsabilidade social, da preocupação com a formação dos trabalhadores e com sua educação formal – como o caminho de acesso aos ‘empregos do futuro’ – o FEM passava a defender a formulação de políticas para “atualizar as habilidades necessárias para o trabalho moderno” e afirmava que:

Construir sistemas educacionais prontos para o futuro (e à prova de pandemias) requer currículos adequados para o século 21, juntamente com a entrega consistente de instrução amplamente acessível que cria uma base sólida para uma vida inteira de adaptação e desenvolvimento de novas habilidades (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2022a, grifo do autor).

Desde 2012, como vimos acima, o IAS tem sido um propagador fiel dos interesses da OCDE no Brasil para assuntos ligados

8 Para Ricardo Antunes (2020), o fenômeno da uberização é uma derivação do nome da plataforma de transportes Uber. O conceito uberização tem sido empregado como um processo no qual as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas e invisibilizadas, sendo o assalariamento e a exploração cada vez mais encobertos.

a implementação de instrumentos para a avaliação de competências socioemocionais. Em conjunto com o MEC e a CAPES, passou a atuar para “instituir um novo instrumento de avaliação em larga escala que seria capaz de aferi-las [as competências socioemocionais]” (RODRIGUES, 2015, p. 19). Os objetivos do IAS consistem em produzir padrões pedagógicos capazes de “administrar as emoções e os sentimentos da classe trabalhadora, capturando integralmente a sua subjetividade” (SILVA, 2018, p. 155).

3.1 O IAS e a imposição das competências socioemocionais

Sob a hegemonia da ‘Revolução 4.0’, o processamento de informações na forma de ‘dados’ (*Big Data*) é a matéria-prima da produção, gerada pela relação entre indivíduo e máquina. Essas ‘experiências’ são armazenadas na forma de dados, com combinações e associações probabilísticas sempre novas e em quantidades cada vez maiores.

Estamos frente a um novo tipo de produção de informações denominado *deep learning* (aprendizagem profunda) capaz de “transformar grandes volumes de dados em informação útil” (KAUFMAN, 2018, p. 17). A questão a ser colocada como central é: informação útil para quem?

A partir dessa nova forma de relação do indivíduo com a máquina:

Tarefas tradicionalmente desempenhadas pelos seres humanos (reconhecimento visual, tomada de decisão, reconhecimento de voz, tradução) e outras que superam a capacidade humana (ma-

nipular e processar grandes bases de dados, big data), estão sendo executadas por máquinas inteligentes. Aprendizagem profunda é sobre previsão, e permeia grande parte das atividades do século XXI [...] ‘O aprendizado de máquina faz inferências a partir de dados. E quanto mais dados eles têm, melhor elas ficam (KAUFMAN, 2018, p. 17-18).

Essa relação entre trabalhador e máquina, aparentemente tão apropriada à ambiência capitalista, acabou por produzir novos obstáculos à vida da classe trabalhadora ao longo das da conjuntura pandêmica. Ainda assim, o empresariado brasileiro engatilhou suas armas contra os trabalhadores das escolas públicas que lutaram bravamente – inclusive contra algumas direções sindicais –, deflagrando greves em assembleias virtuais para manterem seus portões cerrados, como medida de proteção da vida de estudantes, professores e funcionários. Empresários e a grande mídia foram os porta-vozes da demonização desta decisão; afirmavam que se tratava de impor um grande prejuízo irreversível ao aprendizado de crianças e jovens. O resultado funesto foi a morte de milhares de trabalhadores da educação.

Sob os holofotes midiáticos, Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação (TPE) e membro da Fundação Itaú Social, apresentou dados sobre evasão escolar e afirmou que: “[o] Brasil cometeu erro grave ao manter escolas fechadas por tanto tempo durante a pandemia” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2022)

Nessa mesma linha acusatória, o IAS reforçava o argumento do TPE em seus documentos e como solução para o “tempo perdido durante a pandemia”, propagou junto ao MEC, CNE e secretarias estaduais e municipais de educação a política de formação por competências socioemocionais, com destaque para o ‘pensamento crítico’ e a ‘criatividade’.

Essa foi a conjuntura ideal que serviu de solo para as pesquisas do IAS que “revelam que o desenvolvimento de competências socioemocionais contribui para o aprendizado, além de promover maior engajamento dos estudantes com os professores e a própria escola”. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2022).

É sob esta perspectiva que o IAS reproduz as políticas formuladas pelo FEM e OCDE ao fazer a defesa da formação de um novo padrão de “[...] professor engajado em sua autoformação” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2022a). Neste processo, o professor assume a função de administrador dos caminhos pedagógicos escolhidos pelo aluno.

O que em princípio pode se mostrar como um método muito desafiador para o aprendizado de crianças e jovens, de fato, pretende reproduzir no ambiente escolar as condições com as quais esse jovem irá se relacionar posteriormente, no ambiente de trabalho. Ou que é mais provável, em condições de não trabalho. Aqui está o interesse no papel que a escola pode exercer nesse momento de viragem disruptiva ao levar o aluno a aprender a lidar sozinho com as situações contraditórias da sua “vida cotidiana”, tornando-o mais tolerante, ‘resiliente’ e ‘empático’ com tudo aquilo que for dissonante da sua realidade. Não podemos perder de vista que se trata de um espectro de ação muito limitado e que envolve as questões locais

da sua escola, seus colegas, seu bairro, enfim, do ‘seu projeto de vida’. Essa é a metodologia a qual o BM e assemelhados têm defendido como essencial na escola para estimular a “aprendizagem para a vida” (reduzida ao imediatismo), levando o jovem a agir para criar saídas imediatas para si e para o seu grupo. Esta é a lógica do Novo Ensino Médio e de todo o conjunto de políticas de educação vigente na América Latina (BANCO MUNDIAL, 1990, 2014).

É ao processo de desenvolvimento desse padrão de comportamento que os organismos internacionais chamam de “criatividade” e de “pensamento crítico” ou “analítico”, e que constituem as competências socioemocionais. Em síntese, trata-se do reforço da lógica do cada um por si: criatividade e criticidade para remediar questões localizadas, atomizadas, individualizadas.

O IAS, com base em pesquisas da OCDE, BM e FEM, afirma que há um conjunto de competências indispensáveis ao desenvolvimento da economia mundial, as quais já estão em processo de ampla assimilação por máquinas e que poderão atuar para o descarte da força de trabalho. Justifica, assim, seus esforços na elaboração e aplicação de políticas que envolvam as escolas no desenvolvimento intencional de competências especificamente executadas pelo ser humano, tais como o ato de pensar criticamente e o ato de ser criativo.

Muito antes do fenômeno da pandemia alcançar todo o Planeta, a OCDE já havia dado início, em 2014, ao projeto *Desenvolvimento e Avaliação da Criatividade e do Pensamento Crítico em Educação*. Seu objetivo foi o de desenvolver uma “linguagem profissional compartilhada sobre criatividade e

pensamento crítico em educação, buscando apoiar seu ensino, aprendizagem e avaliação formativa em todos os países, dentro de determinado currículo”. O desenvolvimento deste projeto o qual se prolongou por cinco anos, esteve associado à aplicação dessas competências em 11 países⁹, entre eles o Brasil. Este projeto direcionou uma “série de rubricas da OCDE referentes à criatividade e pensamento crítico” em várias partes do mundo (OCDE, 2020, p.14).

Como resultado, o projeto acima levou a OCDE a publicar em 2020 um novo relatório sob título “Desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico dos estudantes: o que significa na escola” (OCDE, 2020). Este documento sistematiza e apresenta os relatos dos participantes do projeto iniciado em 2014, registrando desde o seu processo de incorporação e aplicabilidade até a apresentação das experiências dos professores e coordenadores envolvidos em seus respectivos países.

Esse estudo da OCDE (2020), também se valeu de pesquisa realizada pelo FEM com o objetivo de demonstrar as principais competências solicitadas pelas corporações do mercado no ano de 2018. Os dados apresentados são, em parte, o resultado das entrevistas realizadas junto a CIOs e diretores de recursos humanos de grandes empresas que participaram do Fórum Econômico Mundial daquele ano compondo, assim, o relatório final sob o título *O Futuro do Trabalho – 2018 (The Future*

⁹ Os 11 países envolvidos neste projeto são: Brasil, Países Baixos, França, Hungria, Índia, Rússia, Eslováquia, Espanha, Tailândia, Reino Unido (País de Gales) e EUA. Não nos passou despercebido o fato de que, ao render agradecimentos aos 11 países envolvidos com o seu projeto, a OCDE – além de estender congratulações às ongs, fundações e universidades diretamente envolvidas com a coordenação e execução do projeto em seus respectivos países – agradece aos respectivos Ministérios da Educação, os quais juntos com demais autoridades, empresas, ongs e universidades, foram fundamentais para a implementação e sucesso do projeto em cada um desses países.

of Jobs Report – 2018) (WEF, 2018). As posições registradas neste ‘Relatório’ identificavam o “pensamento crítico e criatividade” como a terceira e quinta competências mais importantes” para o treinamento de trabalhadores atuarem na Indústria 4.0 e indicavam que “estas competências serão ainda mais solicitadas a partir de 2022” (WEF, 2018¹⁰, *apud* OCDE, 2020, p. 19).

A OCDE reforça essa posição ao afirmar que:

[...] a demanda por competências cognitivas de ordem superior, como as de criatividade e pensamento crítico, aumentará até 2030: conforme suas previsões, a demanda por criatividade crescerá 40% nos Estados Unidos e 30% na Europa Ocidental, e a demanda por pensamento crítico e capacidade de tomada de decisões, 17% e 8%” (BUGHIN et. al., 2018¹¹, *apud* OCDE, 2020, p. 19).

Enquanto isso no Brasil...

No dia 5 de março de 2020 o IAS, com o apoio da OCDE e da UNESCO, realizou o “*Seminário Internacional Criatividade e Pensamento Crítico na Escola*”, reunindo cerca de 800 pessoas, entre “[...] educadores, especialistas, acadêmicos, gestores e órgãos governamentais [...]” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020). O tema desse Seminário teve por principal abordagem:

10 WEF. The future of jobs report 2018. Geneva: Centre for the New Economy and Society, World Economic Forum, 2018. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2018>.

11 BUGHIN, J. et. al. Skill shift: automation and the future of the workforce. Discussion paper. McKinsey Global Institute, 2018. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Featured%20Insights/Future%20of%20Organizations/Skill%20shift%20Automation%20and%20the%20future%20of%20the%20workforce/MGI-Skill-Shift-Automation-and-future-of-the-workforce-May-2018.ashx>.

[...]desenvolver plenamente crianças e jovens, preparando-os para enfrentar os desafios do século 21 e desenhar seus próprios projetos, professores e escolas devem criar oportunidades eficazes para o desenvolvimento das competências de criatividade e pensamento crítico dos estudantes tanto quanto promover o conteúdo dos componentes curriculares. [...] Há 5 anos estamos estudando esse tema e queremos compartilhar o aprendizado, que está só começando. O momento é muito especial, pois temos o desafio de implementar a BNCC e colocar essas competências em prática” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020).

Convidado para palestrar no Seminário citado acima e “Falando da importância dessas competências para o século 21”, Andreas Schleicher, diretor de Educação da OCDE, teceu comentários sobre a edição do PISA BRASIL 2021¹². Sobre isto, afirmou: “Essa edição é uma experiência inicial, que vai confrontar os alunos com questões relacionadas à sua vida real [...]”. Schleicher disse ainda que, em um mundo em constante mudança, as escolas também precisarão se adaptar: “Nessa nova sociedade, quem não for criativo será substituído por robôs ou computadores no seu trabalho”. O Diretor ainda compartilhou algumas experiências da OCDE, com destaque para

12 O PISA é um exame internacional realizado desde o ano 2000 em países que compõem a OCDE e seus parceiros. Entre estes países, o Brasil participa desde a sua primeira edição tendo o Inep como órgão responsável pelo seu planejamento e operacionalização. O PISA BRASIL 2021 teve por tema a identificação dos níveis de mobilização dessas duas competências na escola (criatividade e pensamento crítico). Vale destacar que em função do avanço da pandemia da Covid-19 em todo o mundo, este instrumento de avaliação/ranqueamento internacional foi transferido para 2022. O PISA BRASIL 2021 teve como título: “PISA 2021. Matriz de Referência para o Pensamento Criativo”.

o projeto *Desenvolvimento e Avaliação da Criatividade e do Pensamento Crítico em Educação* (referindo-se ao relatório que analisamos anteriormente, OCDE, 2020) e explicou seu interesse em “identificar consensos e propor uma linguagem comum entre a comunidade internacional de educação sobre o que significaria desenvolver e avaliar essas competências em sala de aula”. Falou sobre o envolvimento do Brasil neste projeto, destacando “que [o Brasil] participou por meio de atuação do Instituto Ayrton Senna, e serviu como uma das *fontes de inspiração para o seminário*” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020). Na sequência, os participantes destacaram que as metodologias voltadas ao desenvolvimento da criatividade buscam promover “associações positivas entre criatividade e bem-estar”.

Traduzindo, trata-se da adoção de uma técnica com foco em ações de estímulo-resposta, sujeitando as atitudes dos alunos (futuros trabalhadores) à condição de um detonador ‘natural’ em busca do surgimento de “duradouros estados emocionais positivos que a criatividade desperta de modo geral” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020).

4. IAS impõe nova formatação ao professor

Em 28 de abril de 2022 o IAS realizou um evento virtual¹³ intitulado *Inovação para o fortalecimento do educador* (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2022a). O objetivo foi o de lançar a *Plataforma humane* um “[...] novo canal para a formação de professores [...]” e um espaço capaz de “[...] cocriar experiências de desenvolvimento para que um maior número

13 O evento “Inovação para o desenvolvimento do educador” foi organizado pelo Instituto Ayrton Senna. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-4jCFzb-UZs>

de educadores possa fortalecer suas práticas e colaborar com seus pares” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2022b).

As atividades foram abertas pela presidente do Instituto, Viviane Senna, a qual afirmou que, sob um contexto agravado pela pandemia, o país se encontrava diante da “[...] necessidade de recuperar a aprendizagem defasada ao lado da busca pelo desenvolvimento de competências que realmente contribuam para a formação plena do estudante do século 21”. Para tanto, defendeu ser indispensável a formação de um novo perfil docente com foco nas características do “professor engajado”, responsável por sua própria formação/requalificação (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2022c).

O evento contou com a participação de personalidades conhecidas do ambiente entrecruzado pela educação pública e o mercado. Participaram como palestrantes: Mozart Neves Ramos¹⁴; Cláudia Costin¹⁵, e a presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) à época, Maria Helena Guimarães de Castro¹⁶.

14 Ramos foi o relator da Resolução CNE/CP 02 de 2019 que instituiu as novas Diretrizes para a Formação de Professores e a Base Nacional de Formação de Professores (BNC-Formação). É ex-reitor da UFPE, foi membro do CNE, de 2018 a 2022, foi secretário de educação de Pernambuco (2003-2006), é diretor de articulação e inovação do instituto Ayrton Senna, além de integrar o Conselho de Governança do TPE.

15 Costin foi ministra interina da Administração Federal, secretária da Administração no governo FHC, ex-diretora do Banco Mundial, ex-secretária de Educação do município do Rio de Janeiro, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas entre outras funções ao longo de sua carreira.

16 Castro foi ex-presidente do MEC no governo FHC, entre 1996 e 2001 e, em 2002, foi secretária executiva do MEC. Em maio de 2016, passou a integrar a secretaria executiva do Ministério da Educação. Como secretária executiva do MEC, defendeu em fevereiro de 2017 a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais. Em 2018 foi nomeada membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), assumindo a sua presidência em 2020, com mandato findado em 2022. Desde março de 2023, está à frente da Cátedra Instituto Ayrton Senna de Inovação em Avaliação Educacional.

Mozart Ramos foi o relator da Resolução CNE/CP nº 2/2019¹⁷ que aprovou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores e instituindo a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) (BRASIL, 2019). Desde sua aprovação, esta Resolução tem sido contestada pelo seu caráter alinhado às concepções de educação e de formação de professores difundidos pelos organismos internacionais. Mozart Ramos cumpriu bem o papel que lhe foi dado junto ao CNE: legitimar o padrão internacional para a formação de professores. Ele não fez nada diferente no evento do IAS (2022) ao se valer do discurso de que o mundo estava experimentando um momento disruptivo, exigindo uma escola atenta ao “trabalho muito mais em time” frente a “problemas multifacetados e que, portanto, está a exigir novas competências e habilidades”. Ao concentrar sua análise nos cursos de licenciaturas, afirmou que a universidade não poderá mais dar atenção “apenas para as questões conteudistas”, mas que deverá formar:

[...] professores para que estejam preparados para essa nova sala de aula, e é nova, apesar de eu estar colocando no singular, o século XXI hoje está dizendo o seguinte: não existe mais uma única sala de aula, existem várias salas de aula. E nós vamos, portanto, precisar preparar para essa

17 Em 28/03/2023, o MEC anunciou a criação de um GT com a finalidade de propor “políticas de melhoria da formação inicial de professores”. Essa medida contrariou as expectativas da categoria dos docentes, estudantes, pesquisadores e suas entidades, universidades, sindicatos, entre outras. Desde a aprovação da Resolução 02/2019, as entidades ligadas à educação têm exigido a sua revogação. Refratário a essas exigências, o máximo que o atual governo avançou foi na criação deste GT e na publicação de um novo Projeto de Resolução. Em 2/01/2024, o CNE publicou a Resolução CNE/CP Nº 1 prorrogando o prazo de implementação dessas DCNs até o dia 20/03/2024. Em dia 26/01/2024, o CNE lançou uma consulta pública com o objetivo de receber propostas ao Projeto de Resolução do MEC.

flexibilização, essa diversificação, o nosso professor. E o novo ensino médio é a grande oportunidade também, e um de seus pilares, para, exatamente, a flexibilização, a diversificação. Por isso que eu digo, a universidade precisa olhar esse movimento que está acontecendo na educação básica, precisa olhar quais são as competências que hoje o professor precisa desenvolver para formar os seus alunos não para o seu passado, mas, para o futuro do aluno (INSTITUTO ASYRTON SENNA, 2022c)¹⁸.

Fazendo coro com os posicionamentos de Mozart Ramos, o IAS destaca que o objetivo da *Plataforma humane* é:

[...] **empoderar e apoiar educadores para trabalhar suas competências profissionais** por meio de experiências ressignificadas a partir das metodologias inovadoras e baseadas em evidências e para **fortalecer o seu potencial transformador para o desenvolvimento humano**. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2022a, grifos do autor).

Segundo o IAS, a *Plataforma humane*, a partir do seu lançamento, ofereceria “uma jornada completa de desenvolvimento socioemocional para professores”. Seu objetivo consiste em alcançar coordenadores pedagógicos e professores para que tenham “acesso a experiências formativas, diretamente e no momento em que se adequar à sua própria rotina”. Está disponível aos professores:

18 Esta citação foi transcrita pela autora do presente artigo, através da escuta de vídeo do palestrante no evento mencionado e organizado pelo IAS em 2022.

- Jornada socioemocional de professores: para fortalecer competências essenciais à atuação de professores, contando com um exclusivo instrumento autoavaliativo, plano de desenvolvimento pessoal (PDP), diário de bordo e cursos para cada uma das quatro macrocompetências;
- Cursos livres: os cursos do Instituto, certificados e que já formaram milhares de professores, estão repaginados e disponíveis na humane;
- Biblioteca: seleção especial de conteúdos produzidos pelo Instituto Ayrton Senna para apoiar educadores e gestores em seu processo de formação continuada, incluindo nossa proposta de educação integral na alfabetização, por meio de materiais como testes diagnósticos e possibilidades formativas (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2022b).

A concepção de formação docente incorporada pelo IAS pode ser percebida de forma sintética na instrumentalização ideológica, política e técnico-pedagógica expressa na citação acima. Padronização de comportamentos e controle pedagógico são suas linhas de ação disfarçadas pelo ambiente virtual, tão adequado à condição alienante da qual emergem as relações sociais capitalistas pós-modernas, com sua retórica efêmera, distribuindo facilidades e promessas de falsos benefícios aos trabalhadores, em geral, e aos professores, em particular.

5. Considerações Finais

O papel do IAS tem sido o de propagar e materializar na forma de políticas públicas uma estrutura conceitual que se movimenta exclusivamente pelos interesses do capital. Para tanto, participa das decisões de políticas públicas para a formação de professores o que, por consequência, interfere diretamente na formação de crianças, jovens e adultos. Sob a retórica de defensor da escola pública e do seu acesso às inovações, o IAS colabora para a nova formatação do 'professor do futuro', o qual deverá atuar para a formação de futuros trabalhadores. Mas, de qual futuro estamos falando?

6. Referências

ANTUNES, R. (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 pp.

BRASIL. MEC. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019: Definiu as diretrizes para a formação inicial de professores para educação básica e instituiu a Base Nacional Comum para a formação inicial (BNC-Formação). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781%E2%80%9D#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%20%2C%20de%20%20de%20dezembro%20de,B%C3%A1sica%20\(BNC%2DForma%C3%A7-%C3%A3o\)](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781%E2%80%9D#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNE%2FCP%20n%C2%BA%20%2C%20de%20%20de%20dezembro%20de,B%C3%A1sica%20(BNC%2DForma%C3%A7-%C3%A3o).). Acesso em: 17 set. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien - 1990)**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 10 jul 2022.

BANCO MUNDIAL. Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe. Washington: Banco Mundial, 2014.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola “improdutiva”**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Questão Global. Educação, Habilidades, Aprendizagem**. 2022a. Disponível em: <https://intelligence.weforum.org/topics/a1Gb0000000LPPfEAO>. Acesso em 02 ago. 2022.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Relatório o Futuro do Emprego**. 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/the-future-of-jobs-report-2023/digest/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial 2024**, de 15 a 19 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.weforum.org/events/world-economic-forum-annual-meeting-2024/about/>. Acesso: 20 jan. 2024.

GENTILI, P. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**: visões críticas. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 204p.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Seminário internacional discute o desenvolvimento de criatividade e pensamento crítico na escola**. 08 set 2020. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/conteudos/seminario-internacional-discute-o-desenvolvimento-de-criatividade-e-pensamento-critico-na-escola.html>. Acesso em 16 abr 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **O futuro que imaginamos começa agora na escola**. 2022. Disponível em: <https://insti>

tutoayrtonsenna.org.br/pt-br/quem-somos.html#historia). Acesso em: 05 ago. 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Instituto realiza evento “Inovação para o desenvolvimento do educador” para professores e gestores de todo o país**. 2022a. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/conteudos/instituto-realiza-evento-inovacao-para-desenvolvimento-do-educador.html>. Acesso em: 08 mai. 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **O melhor da ciência para a educação**. 2022. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos.html>. Acesso em: 05 de ago. 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Instituto Ayrton Senna lança a plataforma humane, espaço gratuito de desenvolvimento e apoio ao educador brasileiro**. 2022b. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/conteudos/instituto-ayrton-senna-lanca-plataforma-humane.html>. Acesso: 08 maio 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Inovação para o desenvolvimento do educador**. 2022c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-4jCFzb-UZs>. Acesso em: 10 maio 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Material: Competências Socioemocionais**. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/meu-educador-meu-idolo/materialdeeducacao/como-definir-as-competencias-socioemocionais-para-apoiar-o-trabalho-em-sala-de-aula.html>. Acesso em 08 maio 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Atuação em formação**. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/o-que-fazemos/atuacao-formacao/>. Acesso em 13 jan. 2024.

KAUFMAN, D. Dossiê: Deep learning: a Inteligência Artificial que domina a vida do século XXI. Teccogs: **Revista Digital**

de **Tecnologias Cognitivas**, TIDD | PUC-SP, São Paulo, n. 17, p. 17-30, jan-jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/48585/32067>. Acesso: 13 jan. 2024.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

OCDE. **Desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico dos estudantes**: o que significa na escola / [coordenação geral Instituto Ayrton Senna; tradução Carbajal Traduções]. – São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

ROBERTS, M. Davos and the melting world economy. In: Michael Roberts, **Michael Roberts Blog – blogging from a Marxist economist**. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2024/01/16/davos-and-the-melting-world-economy/>. Acesso: 16 jan. 2024

RODRIGUES, C. E. **As Habilidades Socioemocionais como a Nova Fênix das Avaliações em Larga Escala?** Orientador: Cláudia de Oliveira Fernandes RIO DE JANEIRO 2015. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12162>. Acesso em: 04 ago 2022

SCHAWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SILVA, M. M. **A formação de competências socioemocionais como estratégia para captura da subjetividade da classe trabalhadora**. 2018. Orientador: Lígia Márcia Martins. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para

obtenção do título de Doutor em Educação Escolar. Araraquara – 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/531453257/SILVA-A-Formacao-de-Competencias-Socioemocionais-Como-Estrategia-Para-Captura-Da-Subjetividade-Da-Classe-Trabalhadora>. Acesso em: 04 ago. 2022.

SHIROMA, E., NETO, A. C. Em nome da qualidade: construindo estândares para o gerenciamento de professores. 2015. **Movimento – Revista de Educação**. FEUFF-PPGEUFF – ISSN 2359-3296. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/252>.

SHIROMA, E. O. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das organizações multilaterais. **Momento – Diálogos em Educação**, 27(2), 88-106. <https://doi.org/10.14295/momento.v27i2.8093>SOUZA, Regina Magalhães de. O discurso do protagonismo juvenil. – São Paulo: Paulus, 2008 – (Coleção Ciências Sociais).

TODOS PELA EDUCAÇÃO. “**Brasil cometeu erro grave ao manter escolas fechadas por tanto tempo durante a pandemia**”, diz **Priscila Cruz à CNN Brasil**. 24 ago. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/brasil-cometeu-erro-grave-ao-manter-escolas-fechadas-por-muito-tempo-durante-pandemia-priscila-cruz-cnn/>. Acesso 08 ago. 2022.

UNESCO. **Global Standards for Media and Information Literacy Curricula Development Guidelines**. 2019. Disponível em: https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/files/2022/02/Global%20Standards%20for%20Media%20and%20Information%20Literacy%20Curricula%20Development%20Guidelines_EN.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Future of Jobs Report, 2018**. Centre for the New Economy and Society. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-future->

of-jobs-report-2018/?DAG=3&gclid=CjwKCAjw4JWZBhApEi-wAtJUNOPDE5cUD7SyorXdLSItiTdGz-UxBNsVMp_qtip7KN-4uK1xTKoGnuRoCGMYQAvD_BwE. Acesso em: 10 jun. 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Schools of the future**. January, 2020a. Disponível em: https://www.reskillingrevolution2030.org/reskillingrevolution/wpcontent/uploads/2021/01/Skills-Taxonomy_Final-1.pdf. Acesso: 27 jun. 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Risks Report**. 2024a. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2024/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Putting Skills First: Opportunities for Building Efficient and Equitable Labour Markets**. 2024b. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Putting_Skills_First_2024.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À CIDADANIA: “O PROJETO DE EXTENSÃO PORTUGUÊS – LÍNGUA DE ACOLHIMENTO” (PLAC-UFMT)

Irenilda Angela dos Santos¹
Cláudia Graziano Pães de Barros²
Sandra Jung de Mattos³

1. Introdução

Os movimentos migratórios mais recentes têm se constituído naquilo que se tem denominado de “migração de crise”, de acordo com Clochard (2007). Esse fenômeno não é novo, mas tem se intensificado devido a uma grande gama de implicações sociais, históricas e políticas que agravam inúmeras crises humanitárias em todo o mundo. As razões que levam à mobilidade humana na atualidade são inúmeras. Neste início do século XXI, observamos os movimentos migratórios em virtude de fome, violência, guerras, perseguições políticas e ideológicas, o que torna os cidadãos de diferentes países não mais cidadãos, pela perda dos direitos humanos mais básicos que os transforma, muitas vezes, em alvos de seus governos. A migração e os

-
- 1 Professora e pesquisadora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UFMT. Membro do Núcleo de Pesquisa MERQO, LEAL/CNPq e do GTPCEGDS/ADUFMAT/ANDES-SN. irenilda.santos@ufmt.br
 - 2 Professora aposentada do Curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem -UFMT, Pesquisadora do Grupo LACE/CNPq - PUC-SP. claudiagpbarros@gmail.com
 - 3 Doutoranda do PPGE -UFMT, servidora da CODEX. sandrajmattos@gmail.com

direitos humanos pode ser contextualizada a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos que garante, em seu “artigo 13: 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a esse regressar”.

Assim, desde o direito a livre locomoção, inclusive de um país para outro, a liberdade é um dos pilares da dignidade e dos direitos humanos. Mas, quando esse direito está sendo violado em seu próprio país, uma das medidas que pode ser tomada por seus cidadãos, é a migração. Todavia, nem sempre a migração acontece por conta de violações de direitos humanos no país de origem, muitas vezes, o próprio sistema capitalista, que vai tirando direitos trabalhistas e sociais, leva as pessoas a buscarem a migração, como forma de garantir melhores condições de vida a si e aos seus, ou melhores condições de segurança pública, de saúde ou de educação. Neste contexto, os direitos humanos e o direito de liberdade de locomoção, bem como a garantia de direitos de cidadania, está também a garantia a um processo digno de migração. No ano de 2014, muitos haitianos, à procura de melhores condições de vida, chegaram a Cuiabá e a Universidade criou um Programa interdisciplinar de Extensão através do qual os estrangeiros puderam ser atendidos em diversas ações de Extensão da UFMT, nas áreas de Saúde, Direito e Ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

Nos anos de 2022 e 2023, tais ações estão sendo repensadas e reelaboradas, tendo em vista que o movimento migratório à capital do Estado de Mato Grosso tem sido crescente, desvelando diferentes questões de exclusão social, o que tem

demandado estudos e ações que lhes garantam acesso aos Direitos Humanos. Dentre as várias ações que estão em fase de estudo e planejamento, o curso de Língua Portuguesa gratuito a quaisquer estrangeiros que vivem na região da grande Cuiabá foi reelaborado e o Projeto “Português – Língua de Acolhimento” foi submetido à Fapemat, tendo recebido uma bolsa para efetivação das aulas. Essa bolsa foi encaminhada a uma aluna do curso de Letras, em orientações, planejamentos e estudos conjuntos com as autoras deste texto.

Assim, com o objetivo de responder a essas demandas sociais, tendo em vista que o conhecimento da Língua Portuguesa permite o acesso a patrimônios socioculturais que este conhecimento pode promover, gerando empoderamento aos imigrantes, de forma que possam acessar o universo do trabalho, da saúde e demais direitos com maior segurança e equidade.

É necessário salientar que o movimento migratório é um fenômeno social digno de estudos e de ações que possam minimizar a situação de inúmeros pessoas que têm vivido à margem dos direitos humanos e sociais mais básicos. Dentre essas, inúmeras são as mulheres que têm chegado à cidade de Cuiabá com filhos e se encontram desempregadas, sem lar e sem perspectiva de prover o mínimo para a sua sobrevivência e de seus filhos.

Em nossos estudos, optamos pela escolha do título do curso “Português – Língua de Acolhimento” devido ao fato de adotarmos a perspectiva do ensino-aprendizagem de Português como uma política linguística que demarca o ato de “acolher”. É essa demarcação que distingue as escolhas que fundamentam o título do curso e o aporte teórico-metodológico de en-

sino-aprendizagem. Nessa medida, o projeto se alicerça nessa perspectiva linguística, nos construtos teóricos do Letramento Crítico freiriano e nos estudos de multiletramentos.

2. Fundamentos teóricos

Nesta seção, apresentamos os fundamentos teórico-metodológicos em que se aporta este estudo. Refletimos sobre a importância da escolha da abordagem ‘língua de acolhimento’ e da perspectiva crítica e reflexiva dos multiletramentos para a inserção dos estrangeiros de modo a colaborar para o seu acesso aos direitos fundamentais de cidadania.

2.1 Movimentos migratórios e o Português – Língua de Acolhimento

Diante dos recentes fluxos migratórios e suas peculiaridades, ampliaram-se igualmente as necessidades de comunicação em Língua Portuguesa no solo do país. Universidades e escolas públicas em todo o território nacional têm se dedicado a atender a essa demanda, sobretudo desde a década de 2010. A nova Lei de imigração, de número 13.445 de 24 de maio de 2017, veio estabelecer mudanças significativas no âmbito que discute traz direitos aos imigrantes. Logo de início, ela traz a igualdade de tratamento entre imigrantes e nacionais. Em seus primeiros artigos, já nos traz uma diferença significativa em relação a leis de migração anteriores nos país; especialmente no Art. 3º, já nos diz que a política migratória brasileira se rege pelos seguintes princípios e diretrizes:

- I. universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;

- II. repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- III. não criminalização da migração;
- IV. não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
- V. promoção de entrada regular e de regularização documental;
- VI. acolhida humanitária;
- VII. desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;
- VIII. garantia do direito à reunião familiar;
- IX. igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;
- X. inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;
- XI. acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

Todavia, embora vivamos no século XXI, os imigrantes em todos os países do mundo ainda são recebidos com ressalvas e nos novos territórios, nem sempre tem direito aos mínimos sociais, como pessoas que devem ser dignas de direitos básicos, como acesso a saúde, educação, entre outros. Face ao cenário mundial, de falta de empregos, gerado pelo próprio sistema capitalista e em especial a situação vivida pela Venezuela com a ditadura imposta, o Brasil vem recebendo um grande número de migrantes deste país, a partir de 2017. O fato do Brasil hoje ter uma legislação que traz respeito aos imigran-

tes tem feito toda a diferença na forma como estes cidadãos tem entrado no país e aqui buscado formas de sobreviver, trabalhando, estudando, constituindo família e também trazendo as famílias que deixaram nos países de origem através da reunificação familiar.

A nova legislação brasileira é moderna, se pauta nos direitos humanos e no respeito à dignidade humana desses grupos de pessoas que aqui chegam. Dentre as alterações, ressalta-se a contemplação aos princípios da não discriminação, o combate à homofobia e a igualdade de direitos de trabalhadores imigrantes e nacionais. Em seus incisos XII a XV, traz também que objetiva a “promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante, o diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante, o fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas e a cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante”.

Precisamos, pois, cuidar e apoiar os que migram e que desejam viver, trabalhar e estudar no Brasil, atuando de forma que a população brasileira veja nos migrantes, não um inimigo, mas um cidadão a mais que vai enriquecer a cultura, trazendo novos aportes ao país. Desta forma, o ensino da língua portuguesa é visto como o primeiro direito humano a ser observado pois é o direito que dará ensejo a que este cidadão possa acessar todos os demais direitos dentro do país.

Entretanto, é preciso observar que, dadas as configurações migratórias descritas, o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa tem assumido um caráter mais plural, a partir das grandes e multifacetadas demandas socioculturais, educativas e econômicas que advêm da necessidade de conhecimento linguístico pelas populações imigrantes – sobretudo daquelas que se constituem em populações refugiadas, que se encontram em situação de vulnerabilidade – desvelando um cenário que nos impele a refletir sobre as necessidades de ensino-aprendizagem e os diversos intercâmbios sociais, linguísticos e culturais em que ocorre o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.

Nesta perspectiva, a elaboração do curso de Extensão “Português – Língua de Acolhimento” (doravante, PLAc, neste estudo) partiu, então, desse contexto e dos estudos que tratam da imigração como um fenômeno social complexo, que exige um repensar e reelaborar as práticas de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa para essa população. O PLAc pode ser reconhecido como uma abordagem caracterizada práticas de ensino-aprendizagem que partem da colaboração, que se estabelece “pelo bem-estar e pela confiança” (GROSSO, 2010, p. 71). Fundamentada na “Carta social europeia”, de 1996, a autora defende que

O direito ao ensino/aprendizagem da língua de acolhimento possibilitará o uso dos outros direitos, assim como o conhecimento do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão. Desse modo, o ensino das línguas insere-se atualmente num modelo de educação que acompanha as mudanças sociais, as questões étnicas e culturais e que tem como finalidade a recons-

trução de uma sociedade mais justa, humana e intercultural (GROSSO, 2010, p. 69).

Trata-se, portanto, de uma prática que considera as questões de crise, – sociais, econômicas, emocionais – muitas vezes advindas tanto do movimento migratório em si, como também por situações de discriminação e exclusão ao chegarem ao país. Desse modo, o Português – Língua de Acolhimento toma como ponto de partida as questões de vulnerabilidade dos aprendizes. O que se descortina é um contexto complexo, de situações-limite (Freire, 1970) que demandam o *acolhimento* aos estrangeiros.

Nesse sentido, o PLAc é uma especialidade transdisciplinar, que demanda um contínuo diálogo com diferentes campos – a exemplo da Antropologia, da Ciência Política, das Ciências Sociais, do Direito, da Geografia, da História, da Linguística, da Psicologia, da Psicanálise e das Relações Internacionais –, bem como com distintas entidades da sociedade civil [...] (LOPEZ & DINIZ, 2018, s/p).

Nesta perspectiva, o projeto objetiva não somente o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, como também abarca todo o conceito de “acolhimento” aos imigrantes que vieram de outros países em situações extremamente difíceis que chegam ao Brasil e necessitam de inúmeros recursos, desde os direitos mais fundamentais à vida, como também de inserção na língua e na cultura da cidade e país onde vivem.

Assim, ensinar a Língua Portuguesa para os estrangeiros que moram na região da grande Cuiabá colabora fortemente para as questões da vida prática, como procurar emprego, ter acesso a informações, aos direitos etc., como também contribui para o conhecimento e compreensão do contexto sócio-histórico e cultural mato-grossense de modo a esses sujeitos se sentirem acolhidos. Neste sentido, concordamos com São Bernardo (2016) quando defende que a perspectiva teórico-metodológica da língua de acolhimento

[...] transcende a perspectiva linguística e cultural e refere-se também ao prisma emocional e subjetivo da língua e à relação conflituosa presente no contato inicial do imigrante com a sociedade de acolhimento, a julgar pela situação de vulnerabilidade que essas pessoas enfrentam ao chegarem a um país estrangeiro, com intenção de permanecer nesse lugar. Semelhantemente, nos referimos ao papel do professor, cuja função é tentar amenizar o conflito inicial entre aprendente e língua, permitindo que o/a mesmo/a comece a vê-la como instrumento de mediação entre ele/a e a sociedade que o/a recebe, bem como, percebê-la como aliada no processo de adaptação e de pertencimento ao novo ambiente, que não é o seu lugar, sua casa. Adicionalmente, a língua pode ser usada como instrumento de luta e transgressão (SÃO BERNARDO, 2016, p. 66)

Como se observar, a língua de acolhimento realiza um movimento teórico-metodológico que ultrapassa o horizonte linguístico e cultural, uma vez que se refere igualmente a aspectos

emocionais, psicossociais, subjetivos, dadas as condições de vulnerabilidade dos alunos já descritas. Nessa medida, é importante reforçar o que Lopez (2016) defende acerca da importância de compreender o significado do termo ‘acolhimento’ de forma mais ampla, de modo a distanciá-lo do senso comum, que o relaciona a ações paternalistas. Por essa razão, é muito importante que se esclareçam as especificidades da abordagem de PLAc devido à sua demarcação como política linguística, que busca atender às necessidades dos imigrantes, como expusemos anteriormente.

2.1 Os multiletramentos e a perspectiva crítica de ensino-aprendizagem

A escolha dessa perspectiva linguística alinha-se fortemente às concepções da pedagogia crítica contemporânea, que se pauta em boa medida nos estudos de Freire (1970), em particular a pedagogia dos multiletramentos em que as capacidades de leitura assumem contornos mais significativos, indo além de competências individuais de leitura de nível superior, para assumir também uma postura sociológica de práticas situadas:

[...] ler e escrever têm a ver com poder social e o ensino do letramento “crítico” teria de ir além da aquisição de competências individuais para engajar os alunos na análise e reconstrução dos campos sociais. [...] os usos de textos e discursos – requer um conhecimento crítico e envolvimento com esses campos (Luke, 2000, p. 4). [tradução das autoras].

Diversos autores têm utilizado a expressão *new literacy studies* (Lankshear e Knobel, 1998), ou novos estudos de letramento, de forma a revisitar o conceito de literacy (letramento) dos anos 70; outros ainda utilizam o termo literacies, em sua forma plural, ou, tal como Cope e Kalantzis (2000), multiliteracies (multiletramentos) para designar a multiplicidade de usos da linguagem e das capacidades envolvidas nos processos de produção dos sentidos.

De acordo com os pesquisadores do “New London Group” (1996), a principal missão da educação é garantir o aprendizado para todos os alunos de forma que possam participar ativamente da vida em sociedade. Os autores defendem que a pedagogia de multiletramentos pode promover uma relação de ensino-aprendizagem que tem potencial de criar condições para uma participação mais igualitária em sociedade. Desse modo, amplia-se o conceito de letramento, procurando abranger as capacidades de leitura e escrita diante da multiplicidade de discursos, de contextos, de textos, de culturas e de sociedades globalizadas, conectadas por diversos canais de comunicação, advindos das novas tecnologias de informação (TICs).

A partir desses fundamentos, o desenvolvimento de atividades deve ser planejado em uma abordagem crítica, colaborativa, ética e democrática de textos e discursos de modo a ampliar o repertório linguístico, crítico e cultural. Em um projeto educacional que objetiva a justiça social para as comunidades marginalizadas, como bem asseveram Luke & Dooley (2011):

O projeto educacional de letramento crítico está focado no objetivo de justiça social para comunidades marginalizadas e desprivilegiadas, em

ambientes emergentes pós-coloniais e em sociedades pós-modernas e urbanizadas. Isso envolve objetivos duplos de justiça social redistributiva e de reconhecimento (Fraser, 1998): ou seja, um foco em (1) na realização mais equitativa da linguagem convencionalmente definida e aquisição e uso do letramento e(m) (2) mudanças nos conteúdos ideológicos dominantes, nos campos sociais e econômicos. [...] o texto e os discursos trabalham com o projeto de desembrulhar e transformar criticamente as condições materiais e as relações sociais da economia política, institucional e cotidiana (LUKE & DOOLEY, 2011, p. 9). [tradução das autoras].

O que se defende nessa perspectiva é que as aulas de ensino-aprendizagem de línguas precisam se organizar através de práticas didático-pedagógicas promotoras de multiletramentos e da reflexão crítica dos estudantes. As políticas educacionais precisam se pautar nesses fundamentos como uma das características de um Estado democrático, como uma das condições de não exclusão dos sujeitos nas mais variadas práticas sociais, ou seja, os multiletramentos compõem, em última análise, uma das condições de cidadania.

Em um contexto como o atual, em que as diferentes *media* colocam os sujeitos em contato com uma enorme variedade de textos, discursos e ideologias, novos estudos sobre letramentos e suas implicações nas práticas de uso da linguagem têm promovido importantes reflexões que encaminham os estudos de letramento na direção de uma educação mais crítica e, sobretudo, mais inclusiva, quando se pensa na aquisição dos

saberes por minorias, tais como imigrantes, indígenas, comunidades quilombolas, entre outros.

3. Metodologia

O projeto se constitui em uma proposta de extensão universitária que se fundamenta na perspectiva dialógica, crítica e colaborativa, em que se alicerçam os planejamentos, os encontros de formação com os alunos-formadores, extensionistas da UFMT, de forma engajada, objetivando desenvolver um espaço de ensino-aprendizagem de Português como língua de acolhimento para os estrangeiros que vivem em Cuiabá, buscando se tornar um espaço de reflexão conjunta, de forma a contribuir para a inserção dos estrangeiros e colaborar, pelo conhecimento da Língua Portuguesa, para melhores condições de vida. Tais reflexões também se fundamentam nas proposições de Freire (1970) de forma que os alunos pudessem ser postos em uma postura de auto-reflexão e de reflexão seu espaço, seu tempo, suas necessidades, desejos e sonhos.

Em cada aula, os alunos são convidados a se envolver, engajando-se em suas próprias experiências, vivências e histórias, de modo a refletir sobre as suas condições de vida de forma a produzir mudanças. Esses movimentos promovem a reflexão, construção de ações e sentidos de comunidade, colocando os participantes na condição de agentes de transformações pessoais e coletivas.

Para tal, aportamos o projeto em uma abordagem metodológica crítico-dialógica, colaborativa, ética e democrática de textos e discursos, de modo a ampliar o repertório linguístico,

crítico e cultural em uma perspectiva freiriana. À perspectiva crítica e colaborativa, aliam-se os fundamentos vigotskianos de ensino-aprendizagem e bakhtinianos de linguagem em um projeto educacional que objetiva a justiça social para as comunidades marginalizadas para promover a inserção e o acesso a direitos de cidadania, colaborando com ações cotidianas importantes e urgentes, como lidar com questões de saúde, de direitos civis, ter acesso a trabalho, dentre tantas outras.

3.1 Os participantes

No ano de 2023, participaram do curso 52 alunos em duas turmas presenciais no *campus* Cuiabá da UFMT. Esse grupo se compôs de alunos de origens variadas, sendo em sua maioria, falantes de espanhol, advindos da Guatemala, Argentina e, principalmente, Venezuela. Além desses, há alunos falantes de *creole* ou francês, de origem haitiana, além de um casal russo.

No que tange à faixa etária, nas duas turmas, encontram-se alunos dentre os 12 aos 52 anos. Quanto ao gênero, temos 24 mulheres e 28 homens matriculados. Desse modo, o nível de letramento e escolaridade dos alunos é igualmente variado, havendo alunos jovens e adultos com Ensino Fundamental incompleto, outros com Ensino Médio e outros com curso superior completo, além de duas mestrandas e um mestrando.

O maior número de estudantes do curso corresponde a imigrantes em situação de exílio por fome, desemprego, crises humanitárias e políticas – além de guerra –, o que reforçou a necessidade de se trabalhar em uma perspectiva de acolhimento, dadas as peculiaridades da vinda desses estudantes para o Brasil.

3.2. As aulas

As aulas ocorreram em duas noites por semana, como dissemos anteriormente, presencialmente, no campus Cuiabá da UFMT. Durante o curso, pudemos conhecer diferentes histórias de vida, marcadas pela luta pela sobrevivência, pela dor, dúvidas, mas também por muita esperança de transformação e possibilidades de ascensão social por estarem em solo brasileiro.

No que tange ao aprendizado da Língua Portuguesa, pudemos observar inicialmente alguma resistência para se expressarem em voz alta nas atividades interativas. Com o tempo e maior conhecimento mútuos, vimos a participação nas atividades orais irem se ampliando, a ponto de os diferentes grupos – de diferentes nacionalidades – realizarem brincadeiras entre si.

É fundamental

As dificuldades de aprendizagem foram muitas e variadas, dadas as nacionalidades e níveis de letramento tão diversos. No entanto, é preciso destacar que o envolvimento dos alunos em todas as atividades é um traço que tem se repetido nas aulas de Língua Portuguesa.

4. Considerações Finais

Apesar da enorme procura pelo curso, muitos alunos deixam de frequentar as aulas, sobretudo por arrumarem trabalho nos horários ofertados, o que revela demonstra a carência de mais turmas em diferentes turnos. Tais ações demandam mais bolsas, salas de aula e materiais didáticos e tecnológicos adequados.

O Projeto aqui apresentado e discutido foi motivado por inúmeras demandas e questionamentos realizados pelas professoras-pesquisadoras que assinam este texto acerca dos direitos humanos dos estrangeiros que vivem em Cuiabá. Os estudos realizados e os encontros formais e informais que realizamos ao longo de vários anos nos levaram a procurar desenvolver projetos que promovam a inserção desses estrangeiros na cidade e no país. Além disso, a experiência realizada anteriormente e os estudos mais recentes que estamos efetivando têm nos levado a traçar novas ações de pesquisa e extensão para oportunizar melhores condições de vida a esses sujeitos, de modo que não sejam considerados apenas como mais números que se juntam aos que vivem à margem dos direitos humanos no país.

5. Referências

ACNUR. **Declaração de Nova York é “uma oportunidade única” para refugiados, afirma Chefe de Proteção do ACNUR.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/pacto-global-sobre-refugiados/#:~:text=A%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Nova%20York%20pede%20ao%20ACNUR%20que%20%E2%80%9Cdesenvolva,e%20outras%20%C3%B3rg%C3%A3os%20da%20ONU%E2%80%9D>.

BARRETO, Luiz P. Telles Ferreira. **Refúgio no Brasil – A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas.** ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BRASIL. LEI 6.815 DE 19 DE AGOSTO DE 1980. **Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.** Brasília, DF, ago. 1980.

_____. LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017. **Institui a Lei de Migração,** Brasília, DF, mai. 2017.

_____. **Declaração Internacional de Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/505869/declaracao.pdf>.

CLOCHARD, Olivier. **Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité.** EchoGéo, v. 2, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GROSSO, M. J. dos R. Língua de acolhimento, língua de integração. **Revista Horizontes De Linguística Aplicada**, 9(2), 61. 2011.

KLANTZIS, M. (eds.) **Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures.** London: Routledge, 2000.

KRESS, Gunther. Design and transformation: new theories of meaning. In: COPE, B.; LANKSHEAR, C.; KNOBEL, Michele.

Critical Literacy and New Technologies. The American Education Research Association. San Diego, 1998. <http://www.geocities.com/c.lankshear/critlitnewtechs.html>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LIBERALI, F.C, MAZUCHELLI, Larissa.P. MODESTO-SARRA, Luciana. K. O Brincar no Multiletramento Engajado Para a Construção De Práticas Insurgentes. In: **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 6, p. 1-26, out./dez. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed> ISSN: 2675-6889. Acesso em: 15 jun. 2022.

LOPEZ, Ana. Paula A. **Subsídios para o planejamento de cursos de português como língua de acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. 260 f. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RMSAAJTNHQ>. Acesso em: 10 abr. 2023.

LOPEZ, Ana Paula. A.; DINIZ, Leandro. R. A. Iniciativas jurídicas e acadêmicas para o acolhimento no Brasil de deslocados forçados. **Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira**. Siple v. 9, [s.p.], 2019.

LUKE, Allan. (2000) **Critical literacy in Australia: A matter of context and standpoint**. Journal of Adolescent & Adult Literacy, 43(5), 448-46.

LUKE, Allan; DOOLEY, K. L. Critical literacy and second. In: **Language learning forthcoming in E. Hinkel** (Ed.), Handbook of Research in Second Language Teaching and Learning (V. II). Routledge. 2011.

NEWLONDONGROUP. A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. In: b. Cope; m. Kalantzis (Eds.). **Multiliteracies –**

Literacy Learning and the design of social futures. New York: Routledge, 2006[1996]. pp. 09-37. Também publicado em Harvard Educational Review, 66(1), 1996.

SÃO BERNARDO, M. A. **Português como língua de acolhimento:** um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

A FOME TEM RAÇA E GÊNERO! ANÁLISE DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL A PARTIR DE RAÇA E GÊNERO

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

Ângela Davis

Edir Vilmar Henig¹

1. Introdução

Pensar em Direitos Humanos é refletir sobre sua universalidade, ou seja, basta que sejamos seres humanos para sermos sujeitos destes direitos, independentemente de qualquer outra variável. Outra característica dos Direitos Humanos é sua invisibilidade, e neste sentido, os direitos políticos devem ser garantidos juntamente com os direitos sociais, econômicos e culturais. É nesta esteira que a segurança alimentar se engendra como um direito fundamental a dignidade da pessoa humana.

O Brasil tem falhado na garantia de diversos direitos que garantem ao trabalhador a reprodução da vida com dignidade. E neste sentido, a garantia a alimentação se apresenta como

1 Professor na Universidade Estadual de Roraima. Pós-doutor em Administração (UFMG). Doutor em Território, Risco e Políticas Públicas (Universidade de Coimbra). Mestre em Política Social e Bacharel em Administração (UFMT). Pesquisador no Rede-TRAMA e no Grupo de Estudos Críticos em Administração e Políticas Públicas. edirhenig@hotmail.com

um destes direitos que são constantemente violados, estando incluso no mapa da fome organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) até 2014, quando, mediante políticas públicas de acesso a renda mínima e a alimentação conquistou a saída desta vexatória posição.

Contudo quatro anos depois, com profundos ataques às políticas públicas que garantiram ao Brasil a saída do Mapa da Fome da ONU, o país retorna a esta posição que viola a dignidade da pessoa humana em sua mais profunda essência, a da própria existência. É incompreensível que um país com dimensões continentais e com tamanha produção de alimento permita que sua população passe fome, prova de que não é a falta de alimento que causa a fome no sistema de produção capitalista, mas a ausência de recursos financeiros que garantam acesso a compra de alimentos (KAUTSKY, 1980).

Contudo, o agravamento da situação de insegurança alimentar no país tem escancarado a desigualdade social a partir dos recortes de gênero e de raça. Reafirmando a necessidade de políticas públicas que mitiguem a situação de fome da população em vulnerabilidade, mas também que garantam a equidade entre os gêneros e entre as raças.

É fato que a classe trabalhadora é quem é penalizada pela escassez de alimentos, bem como seu alto custo, visto que os trabalhadores são condicionados a receber baixos salários, isso quando empregados, mas a partir deste estudo foi possível perceber que as trabalhadoras pretas, são as mais afetadas pela crise capitalista e pela crise alimentar que assola o país. A perspectiva que surge para o estudo se baseia na seguinte indagação: A partir do recorte de raça e gênero, qual a situação da classe trabalhadora frente a insegurança alimentar?

Sendo assim, temos por objetivos refletir a situação de insegurança alimentar dos brasileiros a partir do recorte de raça e gênero. Os dados para a discussão foram coletados juntos a plataforma SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), amparado por referências bibliográficas que dão sustentação a discussão. O trabalho se justifica pela necessidade de discutir a segurança alimentar da população em vulnerabilidade, mas antes disso, é preciso trazer o conhecimento de quem são as pessoas que se encontram nesta posição, neste sentido, é imprescindível avaliar a estrutura da classe trabalhadora a partir do recorte “raça” e “gênero”.

O debate é travado pelas vias das contradições existentes no modo de produção capitalista, fruto de uma construção históricas e que deve ser percebido em sua totalidade. Neste sentido, importa elucidar que o método utilizado para a construção do pensamento é o materialismo histórico e dialético.

2. (In)Segurança Alimentar no Brasil: histórico, conceitos e fundamentações

A alimentação possui centralidade para a manutenção da vida humana e neste sentido, é necessário pensar políticas públicas que possibilitem a produção de alimentos e desta forma garantam o pleno funcionamento da sociedade e da economia do país. A ausência ou a limitação no acesso a alimentação saudável pode acarretar danos físicos, materiais, emocionais e psicológicos para as populações que se encontram vulneráveis e com carência alimentar.

Neste ponto, importa destacar que o fenômeno da fome é apenas uma das consequências das contradições presentes

no modo de produção capitalista. Marx (2017 p. 732) destaca que “O nexu interno entre o tormento da fome que atinge as camadas operárias mais laboriosas e o consumo perdulário, grosseiro ou refinado, dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas.” Sendo assim, a expressão da questão social presente na situação de fome ocorre não pela escassez de alimentos, mas pela ausência de condições econômicas da classe trabalhadora para consumi-los.

A fome se apresenta como uma expressão da questão social, que no caso brasileiro, se arrasta a longo da história do país. Cabe aqui enaltecer o trabalho de Josué de Castro (CASTRO, 1984) que se debruçou em desvendar as mazelas que a fome promoveu no Brasil no decorrer do século XX. As obras “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome” do referido autor, lançou luz sobre a questão da fome despertando o debate que transcendeu a fronteiras do país. Castro aponta que “[...] a desnutrição é causada pela falta de alimentos, pelas dificuldades econômicas e desconhecimento de uma alimentação balanceada [...]” (1984, p. 21). Nesta perspectiva cabe a indagação, por que falta alimento? Ou ainda, faltam alimentos ou faltam condições necessárias para a aquisição destes alimentos?

As provocações são necessárias e pertinentes, visto que os padrões brasileiros de produção agrícola são questionáveis, quando adota a monocultura e o latifúndio ao invés da agricultura familiar que produz alimentos e garante a sustentabilidade ambiental, refletindo diretamente na paz social. Para Ziegler (2013, p. 117) “a fome torna impossível a construção de uma sociedade pacificada. Em um país no qual uma parte

importante da população está atormentada pela angústia em face do amanhã, a paz social só é viável mediante a repressão”.

Apesar da fome ser uma realidade histórica no país, foi somente em 1985 que o termo “segurança alimentar” começou a aparecer nos documentos oficiais do Ministério da Agricultura e Abastecimento do Brasil. As primeiras ideias de políticas públicas de combate a fome passaram a ser discutidas oficialmente pelo Estado (PREISS; SCHNEIDER, 2020).

A partir da I Conferência Nacional de Alimentação realizada em 1986 inseriu o termo “nutricional” e criou-se o sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que passou a articular com diferentes esferas de atuação do Estado na prevenção e combate à fome.

Cronologicamente, importa ressaltar a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 1993. Este organismo estava ligado à Presidência da República, e ao longo de sua existência o Consea passou por ataques que resultaram, inclusive, em sua extinção, mesmo com a resistência dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada em torno do combate à fome. Em 2003, o Conselho é novamente recriado para debater com a sociedade caminhos para garantir a todos os trabalhadores brasileiros a dignidade alimentar.

Com algumas exceções, entre os anos 1930 e 2000, as políticas criadas para combater a pobreza e a fome tinham como característica o assistencialismo, a seletividade, a fragmentação e a descontinuidade. Enquadravam-se nestas características as doações de cestas de alimentos ou de leite, que, além de não garantirem a auto-

nomia do indivíduo, reforçavam o clientelismo, agindo de forma compensatória e setORIZADA (RAHAL; GENTIL; MAGALHÃES, 2020, p. 18).

O Consea preconiza o Direito Humano à Alimentação Adequada dando direcionamento na ação do Estado no combate à fome. Neste sentido, a ausência de políticas públicas eficientes que garantam a emancipação dos trabalhadores, tais como a redução do desemprego; aumento real do salário-mínimo; transferência de renda; organização da assistência alimentar; medidas para facilitar o acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; entre outros. Sendo assim, importa destacar que a questão alimentar é ampla e complexa, engendra inúmeras esferas da política, da economia e da sociedade.

Ao pensar uma agenda de combate à fome, e com a recriação em 2003 do Consea, foi pensada uma agenda de desenvolvimento rural que contribuísse para que o Brasil adotasse uma concepção abrangente de segurança alimentar e nutricional (SAN), que não se restringiu unicamente ao acesso ao alimento, mas também à sustentabilidade do sistema agroalimentar e à transformação da matriz produtiva (GRISA, 2021). Neste sentido, surge o Programa de Aquisição de Alimentos em 2003 que inovou ao integrar, em uma só política, os objetivos de fomentar a agricultura familiar e de combater a Insegurança Alimentar e Nutricional INSAN no país. Este programa será mais amplamente discutido a frente neste texto.

A INSAN era medida pelo Mapa InSan até 2018, após a este período e com o Estado sendo administrado pelo bolsonarismo, as informações deixaram de ser divulgadas nos sites oficiais

do governo. O método de ocultar informações reforçaria a negação de que a fome era uma realidade no país, esta afirmação foi feita por Bolsonaro sempre que questionado sobre a fome e a miséria crescentes no país.

Com o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o país adotou o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com a seguinte configuração definida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), Lei nº 11.346, de 15 de setembro 2006. A lei delimita o conceito de segurança alimentar:

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) estabelecido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) corrobora no sentido de direcionar políticas que garantam alimentação saudável para todos os brasileiros. Outro ponto a se destacar é que a SAN não pode ser confundida com Alimento Seguro que estabelece diretrizes de produção, preparo e consumo dos alimentos, enquanto o primeiro busca garantir o acesso ao direito à alimentação saudável.

Seu conceito amplo permite compreender que a alimentação como direito humano tem relação com outros direitos fundamentais, como saúde, moradia, educação, trabalho, participação e informação, ao mesmo tempo que dificulta a mensuração e o monitoramento da segurança alimentar (SA) em diferentes populações (LOPES *et. al.*, 2022, p. 3)

Em 2010, mediante a Emenda Constitucional 64, estabeleceu que a alimentação comporia o rol dos direitos sociais presentes no Art. 6º da Constituição Federal de 1988. Esta conquista da classe trabalhadora é importante visto que isto deve orientar novas políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional dos brasileiros, bem como a formulação de estratégias para o desenvolvimento do país.

Outro reforço no arcabouço legal de combate a fome é o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, de regulamentação da LOSAN, instituiu-se a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e suas diretrizes, instituindo-se, também, os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) 2012/2015, principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política (BRASIL, 2010).

Todos estes esforços levaram o Brasil para fora do Mapa da Fome elaborado pela Organização das Nações Unidas. Não foram apenas as políticas públicas que corroboraram para que este acontecimento se desse, mas os esforços da comunidade científica e de movimentos sociais que pressionavam o Estado e contribuía na formulação de ações destinadas a romper com esta mazela histórica presente na sociedade brasileira.

Contudo com a eleição de Jair Bolsonaro a Presidente do Brasil medidas conservadoras, para não categorizar de outra forma, foram sendo tomadas. No dia de sua posse, Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP) 870, extinguindo o CONSEA, o que fragiliza o DHAA.

[...] Isso é particularmente preocupante em um cenário de crise econômica aliada a uma política de austeridade fiscal, marcado pelo desmonte de políticas sociais e pelo estancamento ou piora de indicadores sensíveis à degradação das condições de vida: recrudescimento da mortalidade infantil, interrupção do processo de diminuição da desigualdade de renda e de raça, aumento do desemprego e da pobreza (com indícios de que o Brasil retornará ao Mapa da Fome), recrudescimento da violência no campo, entre outros (CASTRO, 2019, p. 2).

Para além disso, o CONSEA representava a democratização do espaço público no que diz respeito as discussões sobre o acesso a alimentação. Característico pela ampla participação social da sociedade, este Conselho foi silenciado por uma canetada do Presidente da República, mostrando em seu primeiro dia como Chefe do Executivo Federal a que veio e para quem veio.

[...] no modo de produção capitalista em geral baseia-se na expropriação dos trabalhadores das condições de trabalho, na agricultura ele se baseia na expropriação dos trabalhadores rurais da terra e sua subordinação a um capitalista, que explora a agricultura visando o lucro (MARX, 2017, p. 675).

A Segurança Alimentar e Nutricional depende de muitos outros fatores para se consolidar como realidade, para isso é necessário que a ação estatal seja capaz de proporcionar a erradicar a fome em um dado território. Sendo assim, é preciso que sejam criadas condições produtivas de alimentos em quantidade e qualidade adequada para atender a população. Contudo, a agricultura conservadora, historicamente, não é comprometida com este interesse, antes produz para satisfazer demandas alimentares mundiais, fornecendo *comodities*, ou seja, produz para atender os interesses da acumulação capitalista.

3. A situação de Insegurança Alimentar no Brasil

A insegurança alimentar, a má alimentação e a desnutrição causam nas pessoas adultas diversos males inclusive pode levar a desnutrição ou sobrepeso (a depender de cada caso em específico), anemia, doenças associadas a ausência de vitaminas e nutrientes no organismo, desgaste físico pela ausência de nutrientes, fraqueza, piora da saúde mental, deterioração da qualidade de vida e bem-estar, agravamento de outras doenças em decorrência da fome em casos graves. Enquanto nas crianças a situação é ainda mais grave, uma vez que retarda o crescimento, causa deficiência cognitiva, além de aumentar a probabilidade de desenvolver doenças crônicas.

De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) em 2022, 33,1 milhões de pessoas estavam em situação de fome no Brasil. Foram colocados nesta posição 14 milhões de novos

brasileiros em pouco mais de um ano. A pesquisa mostrou que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome), neste sentido, o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990.

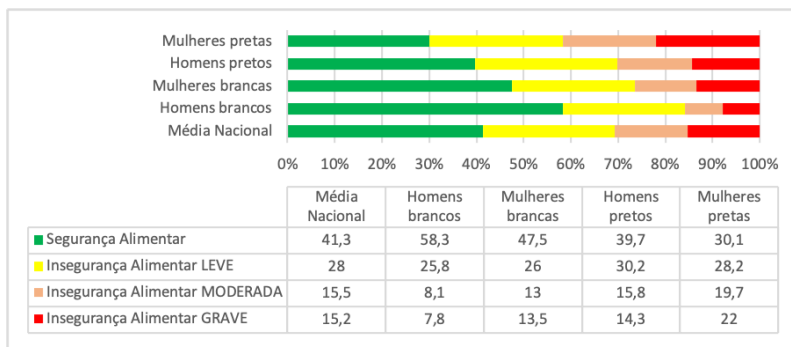
Tabela 1: Conceituação e gradação da Segurança/Insegurança Alimentar

Insegurança Alimentar	Segurança Alimentar
LEVE: preocupação sobre não acessar alimentos no futuro próximo e problemas na qualidade da alimentação.	Disponibilidade regular, contínua e em quantidade suficiente de alimentação de qualidade, sem comprometer outras necessidades essenciais.
MODERADA: restrição na quantidade de alimentos entre os adultos.	
GRAVE: restrição na quantidade de alimentos entre as crianças ou quando há fome entre adultos e/ou crianças.	

Fonte: Adaptado de SILVA *et. al.* (2022).

Em 2022, a cada 10 residências 6 se encontram em situação de insegurança alimentar. São cerca de 125 milhões de brasileiros em condição de constante preocupação com alimentação, representando um aumento de 7,2% em relação a 2020 e 60% em comparação a 2018. A situação da insegurança alimentar já é grave, mas quando o recorte se faz por gênero e raça, a questão fica ainda mais preocupante, refletindo o racismo e o machismo estrutural da sociedade brasileira.

Gráfico 1: Insegurança Alimentar a partir de Gênero e Raça



Fonte: IBGE, 2023².

Os dados apresentados pelo IBGE (2023), apontam que há uma forte correlação da insegurança alimentar com outras questões sociais presentes na sociedade brasileira, nomeadamente o racismo e o machismo. A pesquisa nos leva a perceber que existem pessoas de ambos os gêneros e raças em situação de vulnerabilidade alimentar, contudo, as mulheres negras são as que mais sofre com esta mazela.

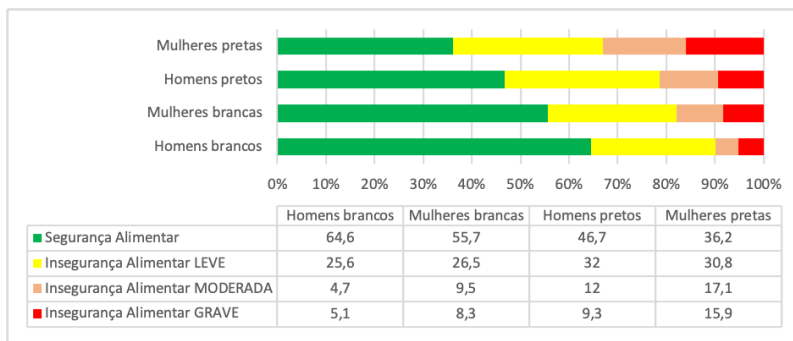
De modo tipicamente racista, o fenômeno da pobreza não foi reconhecido como uma questão legítima entre as mulheres até começar a afetar as mulheres brancas antes abastadas. Contudo, as mulheres negras têm estado dolorosamente familiarizadas com a realidade da privação econômica desde o tempo da escravidão (DAVIS, 2017).

2 As informações foram coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 577 municípios de áreas urbanas e rurais de cinco macrorregiões do Brasil, sendo 12.745 domicílios visitados. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3022>

A prevalência da fome, levando em consideração todas as gradações, nos domicílios chefiados por mulheres é muito superior se comparado aos homens. Contudo, ao aplicar a questão da raça os números são completamente desiguais. E comparando a média nacional, as mulheres negras estão bem fora da realidade do país.

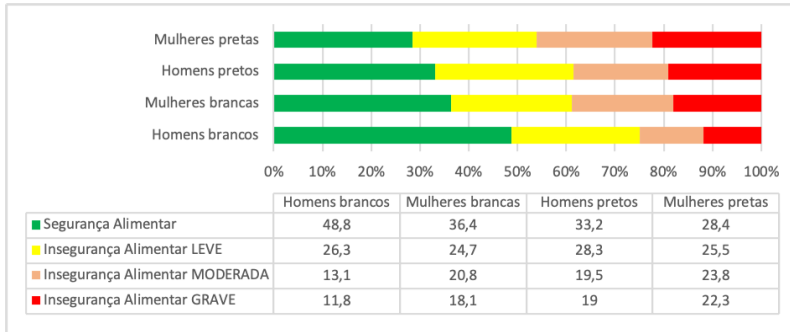
Outro quesito analisado pelo IBGE (2023), refere-se a relação que a escolaridade tem com a incidência de insegurança alimentar. Pessoas com maiores escolaridades apresentam números menores no que se refere a insegurança alimentar. Os dados apontam que nas duas perspectivas de análise, nomeadamente, “Insegurança Alimentar domiciliar por escolaridade (Menos de 8 anos de estudo ou sem escolaridade e mais de 8 anos de estudos)”, existem melhores condições para quem possui um nível de escolaridade maior. Importa assim destacar, mesmo que não seja objeto deste debate, a importância das cotas universitária na redução da pobreza e conseqüentemente na mitigação da fome entre a população negra.

Gráfico 2: Insegurança Alimentar domiciliar por escolaridade (Mais de 8 anos de estudos)



Fonte: IBGE, 2023.

Gráfico 3: Insegurança Alimentar domiciliar por escolaridade
(Menos de 8 anos de estudos ou sem escolaridade)



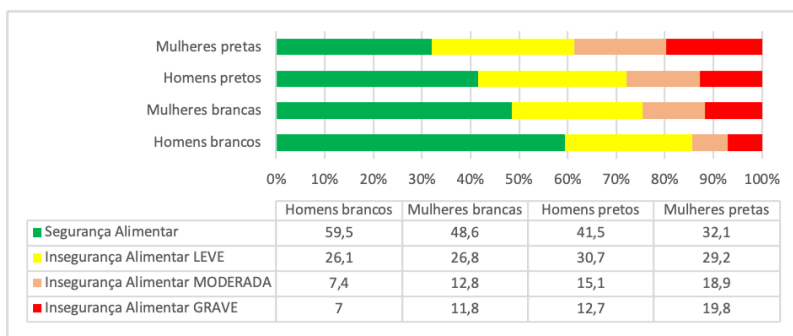
Fonte: IBGE, 2023.

As análises dos indicadores sociais e econômicos brasileiros desnudam a realidade da população negra e apontam para uma profunda desigualdade racial, demonstrando que a população negra se serve de trabalhos informais, principalmente domésticos, prevalecendo baixos níveis de escolaridade e com grandes limitações em acesso a serviços públicos básicos como saneamento, saúde, educação e transporte, além de ser a população alvo da violência estatal.

Pois justamente desse ponto de vista é que, agora, a reivindicação por igualdade política das proletárias está ancorada numa sólida base econômica. Milhões de mulheres proletárias criam hoje lucro capitalista na mesma medida que os homens – em fábricas, em oficinas, na agricultura, na indústria doméstica, em escritórios, em lojas. Portanto, elas são produtivas no mais estrito sentido científico da sociedade atual. Cada dia que passa, aumenta a horda de mulheres exploradas pelo capitalismo; cada novo progresso da indústria, na técnica cria um novo espaço para as mulheres nas engrenagens da produção capitalista do lucro (LUXEMBURGO, 2011, p. 448).

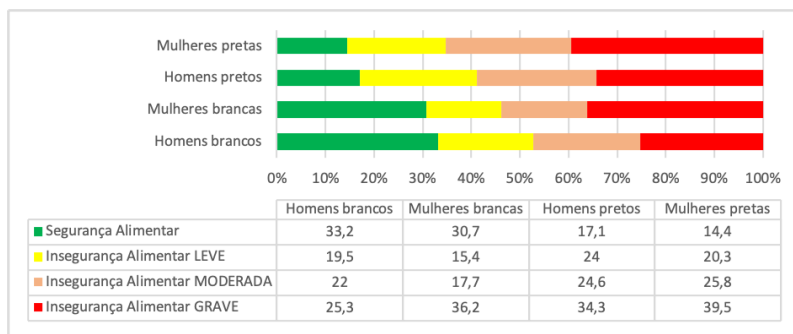
As mulheres têm contribuído diretamente na construção socioeconômica do país ao longo dos anos, seja nos espaços de produção, seja no setor de serviços, seja nos cuidados. Neste sentido, o capital se apropria não apenas da exploração direta do trabalho, mas também pelo trabalho invisibilizado do cuidado, e o categoriza com “uma expressão de afetos”. Para Souza e Ferraz (2023, p. 8) “(...) a força de trabalho ocupada nas atividades ditas domésticas é imprescindível ao capital por ser um trabalho necessário à autorreprodução da classe trabalhadora (...)”

Gráfico 4: Insegurança Alimentar a Partir da Situação de Emprego (Empregados)



Fonte: IBGE, 2023.

Gráfico 5: Insegurança Alimentar a Partir da Situação de Emprego (Desempregados)



Fonte: IBGE, 2023.

Quanto à questão de gênero, estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) vêm apontando para a relação entre insegurança alimentar e gênero em diferentes contextos sociais e econômicos ao redor do mundo. Ainda de acordo com a FAO, a insegurança alimentar moderada e grave, em nível global, é 10% mais prevalente entre mulheres do que entre homens. Já os dados brasileiros destacam que a insegurança alimentar moderada ou grave está presente em 27% dos domicílios em que a mulher é responsável pela chefia da família e em 15,4%, quando o homem está nessa posição. Mas a FAO ainda não tem estudos apontando a correlação da segurança alimentar e a raça.

Uma consequência ideológica do capitalismo indústria foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina. De fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que “o lugar da mulher é em casa” (DAVIS, 2016, p. 45).

A afirmação feita por Ângela Davis vem de encontro a realidade contemporânea, visto que o papel da mulher, em especial das mulheres pretas, é o do cuidado, lugar este invisibilizado pela sociedade, mas fundamental para o desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema produtivo hegemônico. O lugar do cuidado é difundido como lugar do “amor” e do “afeto”, mas de fato, é o lugar do trabalho não pago. Segundo Souza e Ferraz (2023, p. 7) “trata-se de um trabalho social necessário à produção e reprodução da força de trabalho no ato do consumo,

um trabalho cujo efeito útil compõe o processo de produção e reprodução da força de trabalho”.

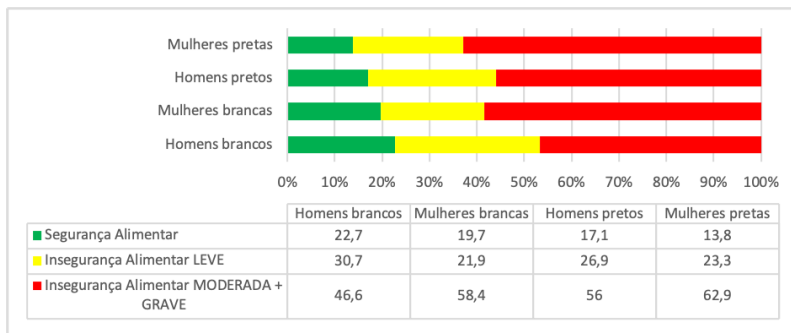
Sendo assim, em tempos hodiernos é possível que a insegurança alimentar leve, moderada ou grave tem maior chance de estar presente no domicílio em que a mulher preta é responsável. Além disso, as mulheres negras aparecem em desvantagem também em outros indicadores sociais. Os gráficos 6 e 7 revelam que a mulher negra está na posição mais inferior e mais vulnerável da sociedade brasileira e de acordo com o IBGE (2023) recebem 79,1% do rendimento de homens negros, 58,5% do rendimento das mulheres brancas e menos que a metade, 44,4%, do rendimento de homens brancos.

Cada um desses grupos é percebido nas relações sociais de forma específica, o que contribui para a posição na hierarquia social. Mulheres negras apresentam duas características decisivas nas dinâmicas sociais que contribuem para vulnerabilidades específicas, ser mulher e negra. Isso pode ser observado quando, neste estudo, analisamos os dados estratificados por escolaridade e renda (SILVA, *et. al.* 2023).

Carneiro (2011) destaca que as vidas das mulheres negras são historicamente marcada pela exploração do seu trabalho e do seu corpo, pela exclusão, discriminação e rejeição social. Neste sentido, a insegurança alimentar reforça as desigualdades entre as raças e os gêneros, e revela-se como uma das expressões grave da questão social brasileira, marcada pela exploração e desvalorização socioeconômica desse grupo, podendo ser considerada uma síntese dos indicadores

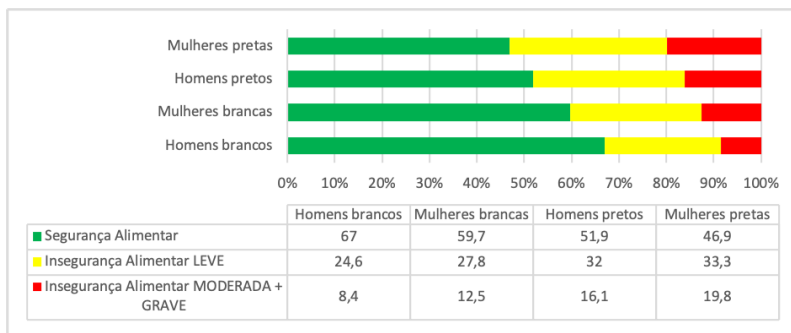
socioeconômicos que demonstram a vulnerabilidade social da posição da mulher negra.

Gráfico 6: Insegurança Alimentar a Partir da Renda (até ½ salário mínimo *per capita*)



Fonte: IBGE, 2023.

Gráfico 7: Insegurança Alimentar a Partir da Renda (mais ½ salário mínimo *per capita*)



Fonte: IBGE, 2023.

Os resultados deste estudo apontam que a população negra, compondo a maioria populacional brasileira, vivencia as condições mais precarizadas em comparação à população branca, em termos de escolaridade, renda familiar, densidade domiciliar e condições de moradia e saneamento. Dentre os pobres, são as mulheres negras que apresentam as piores condições em termos de renda familiar *per capita*. No extremo oposto,

o homem branco e a mulher branca apresentaram melhores condições socioeconômicas, com especial atenção à escolaridade e renda, indicadores sociais que têm forte poder explicativo para a insegurança alimentar.

[...] Enxergar e entender a abundância significa não apenas que devemos mudar, de maneira coletiva, enquanto nação, nosso pensamento sobre a pobreza, mas, sim, que devemos enxergar o valor da vida acima e além de motivações lucrativas (HOOKS, 2022, p. 63).

A situação socioeconômica da população brasileira expressa violações da dignidade das pessoas pretas no país, escancarando a questão racial existente há séculos no seio de nossa sociedade. Por exemplo, na extrema pobreza, as mulheres negras correspondem a 39,8%, homens negros são 36,9%, enquanto mulheres e homens brancos são 11,9% e 10,4%, respectivamente, segundo o IBGE, 2023. Se a pobreza está intimamente relacionada com a desigualdade no acesso aos recursos sociais e materiais, esses dados apontam para a necessidade de considerar os determinantes raciais e de gênero na análise das desigualdades e na elaboração de políticas públicas.

4. Considerações Finais

Este estudo buscou apontar as desigualdades raciais e de gêneros referente a situação de insegurança alimentar, dialogando com outros estudos que discutem esta expressão da questão social. Sendo assim, é possível apresentar evidências de que em relação aos brancos, as pessoas negras apresentam maior propensão de estar em situação de insegurança alimentar. Mas que ainda mais grave é a situação das trabalhadoras negras.

A conclusão que se pode destacar é que o Estado tem relação direta com o problema da fome no Brasil. É este que é responsável pela construção de políticas públicas para garantir o acesso a alimentação adequada a todos os brasileiros. Mas ao contrário disso, suas ações têm desmontado políticas públicas fundamentais para a produção e distribuição, seja de renda, quanto de alimentos para as pessoas em vulnerabilidade e insegurança alimentar.

Não foi objetivo deste texto estancar o debate em torno da insegurança alimentar e da questão social expressa na fome, no racismo e no machismo, muito pelo contrário. É necessário que este debate esteja na agenda política a todo tempo e principalmente, neste momento em que 33 milhões de brasileiros passam fome.

Este é um desafio para o pensamento materialista em uma sociedade que instiga os sonhos fantasiosos em que um dia todas as classes se tornaram ricas. É preciso consciência de que no capitalismo não há hipóteses para que a classe trabalhadora ascenda a posições de poder, pior ainda, quando o recorte da classe trabalhadora se dá por meio da raça e do gênero.

É preciso ainda pensar políticas públicas destinadas a produção de alimentos, e neste sentido, endereçadas aos produtores da agricultura familiar devem ser associadas a garantia de renda mínima para que as pessoas em situação de insegurança alimentar tenham condições econômicas para comprar seus alimentos.

Mas a esperança ressurge com a derrota do governo genocida de Bolsonaro. As primeiras ações do novo governo direcionam para a luta e superação da fome no país, garantido renda via Bolsa Familiar, ajustes no orçamento da alimentação escolar e a recriação do Programa de Aquisição de Alimentos, destruído em 2021, além da retomada do CONSEA que focaliza no combate à fome.

Importa destacar que a discussão em torno da renda mínima é de extrema importância, mas devido as limitações de espaço não foram atendidas com maior profundidade, cabendo estender estas reflexões em uma nova oportunidade.

5. Referências

CARNEIRO S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro; 2011.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro De. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Caderno de Saúde Pública**, n. 35, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/CH3GmJVXn-MRTRH89bL6LZVz/?format=pdf&lang=pt>>.

CASTRO, Josué De. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. United Nations Children's Fund; **World Food Programme**; World Health Organization. The state of food security and nutrition in the world 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations; 2021.

GRISA, Catia. O agronegócio e agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e descontinuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, 1 out. 2021. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-3_03_agronegocio>. Acesso em: 25 abr. 2023.

KAUTSKY, KARL. **A Questão Agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LOPES, Amanda Forster *et. al.* Escala brasileira de insegurança alimentar: proposta adaptada para povos e comunidades tradicionais. **DEMETRA**, v. 17, p. 11, 2022.

LUXEMBURGO, Rosa. Direito de voto das mulheres e lutas de classes. In.: LOUREIRO, Isabel (Org.). Rosa Luxemburgo: **Textos Escolhidos**, v. 1. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **2º Inquérito Nacional**

sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> Acesso em: 29 nov. 2023.

PREISS, Potira V.; SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Segurança Alimentar e Nutricional. **Contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**, p. 171-190, 2020.

RAHAL, Lilian dos Santos; GENTIL, Patrícia Chaves; MAGALHÃES, Élcio de Souza. A política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In.: **A Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional sustentável**. Org. Potira V. Preiss, Sergio Schneider e Gabriela Coelho-de-Souza. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

SILVA, Silvana Oliveira et. al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Caderno de Saúde Públicas**, 38(7). 2022.

SOUZA, Marília Duarte de. FERRAZ, Deise Luíza. A (Im)produtividade do trabalho reprodutivo e a exaustão da mulher na contemporaneidade. In.: **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 5. 2023.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa geopolítica da fome**. 1. ed. [S.l.]: Cortez, 2013.

CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DA POBREZA ENTRE AS MULHERES BRASILEIRAS FRENTE AO IMPACTO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA PÓS GOLPE DE 2016

Wilma Pessoa¹

1. Introdução

As desigualdades salariais e de condições de trabalho entre homens e mulheres no Brasil tem sido objeto de uma incansável luta com vistas à sua superação por parte do movimento feminista e sindical com apoio de diversos segmentos e movimentos organizados da sociedade brasileira. Após a chamada “transição democrática”, os governos republicanos que antecederam o golpe parlamentar que derrubou Dilma Rousseff da presidência da República, avançaram, ainda que vagarosa e limitadamente, em algumas das demandas das mulheres no sentido não apenas do reconhecimento do seu direito a condições igualitárias de trabalho e assalariamento² mas também da visibilidade e valorização da sua ativa contribuição na produ-

1 Professora Doutora do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), e pesquisadora no Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais, Trabalho e Identidade. E-mail: wilmapessoa2709@gmail.com

2 Por pressão dos movimentos de mulheres foram aprovadas as cotas para as mulheres nos partidos políticos, Lei 9.504/97; a Lei Maria da Penha, Lei 11.340/06; a Lei do Femicídio, Lei 13.104/15, e a regulamentação do trabalho de doméstica, Lei complementar 150 de junho/2015.

ção da riqueza social através das atividades reprodutivas invisibilizadas no ambiente doméstico (MELO e CASTILHO, 2009). Em que pese a maioria da população brasileira ser composta por mulheres (cerca de 51,6% da população total o país segundo o IBGE) a importância de suas atividades na produção da riqueza social, sua desvantagem no mercado de trabalho por melhores empregos e rendimentos, o excesso de trabalho doméstico e a discriminação que as cercam tornam as mulheres mais vulneráveis a um maior empobrecimento decorrentes da implementação das reformas neoliberais com suas políticas regressivas na esfera previdenciária e dos direitos trabalhistas.

Consideramos a pobreza um fenômeno complexo no qual os aspectos econômicos têm uma participação decisiva, embora não exclusiva, ou nos ateremos a um reducionismo que elide a percepção de aspectos importantes inserção e participação dos indivíduos na vida social como, por exemplo, acesso a água potável e saneamento. Para os objetivos desse trabalho privilegiaremos o aspecto da situação da mulher na esfera do trabalho e dos direitos previdenciários no modo como estes podem promover seu maior empobrecimento. Essa questão não apenas interessa sob a perspectiva de gênero, mas sob as condições gerais de vida das famílias brasileiras.

Segundo dados comparados do PNAD-IBGE (MELO, 2004), em 1996, 21% das mulheres chefiavam lares, esses números evoluíram ao longo dos anos, em 2000, o percentual foi a 25%, em 2011 a 37,4, em 2015 elas chegam a chefiar 40,5% dos lares³ e, em 2022, segundo Boletim Especial do Dia da Mulher elaborado pelo DIEESE, há um salto e elas se tornam maioria

3 Essa proporção se amplia se considerarmos os lares com filhos de pais separados em 2015 as mulheres eram a referência em 88,2% deles.

dos chefes dentro dos 75 milhões de lares brasileiros chefiando 50,8% deles, um total de 38,1 milhões de lares. Sendo assim, o empobrecimento da mulher afeta diretamente cada vez mais famílias inteiras no Brasil e mais duramente as que vivem em condições de pobreza. A reponsabilidade que recai crescentemente sobre os ombros das mulheres contrasta com a manutenção da desigualdade que as coloca em condições de maior precariedade e desvalorização no mercado de trabalho.

Se em casa elas estão assumindo o comando publicamente, no mercado de trabalho ainda há diferenças. Mesmo se ambos estiverem em cargos de chefia, o homem vai ganhar mais, em média. Segundo o IBGE, eles têm rendimento médio mensal de R\$ 5.222 e elas R\$ 3.575, uma diferença de 31,5%. Em 2015, entre todas as mulheres ocupadas, 4,7% estavam em cargos de alto escalão. Entre os homens essa proporção chegava a 6,2%.⁴

Essa evolução se torna mais grave para as mulheres nos lares mais pobres em momentos de crise econômica e de avanço neoliberal, como se verifica nos dados publicizados pelo relatório supracitado do DIEESE, de 2022.

Do total da força de trabalho no Brasil, 44,0% eram mulheres, grupo que lidera a taxa de desemprego com 11,0% contra 6,9% dos homens, segundo O boletim mostra ainda que, do total de pessoas fora da força de trabalho, 64,5% eram mulheres. Desse percentual, 5,7% delas estavam em situação de desalento – quando a pessoa quer

4 <http://www.valor.com.br/brasil/4794419/brasil-conta-com-mais-lares-chefiados-por-mulheres-diz-ibge>.

trabalhar, está disponível, mas acredita que não vai encontrar uma vaga. Do total de desalentados, 55,5% eram mulheres.

Do total de mulheres ocupadas, a proporção de subocupadas, ou seja, que trabalharam menos de 40 horas, mas gostariam de trabalhar mais, foi superior à dos homens: 7,8% delas estavam nessa condição, enquanto entre os homens, o percentual ficou em 5,1%.⁵

Prosseguindo com a observação dos dados do relatório do DIEESE, nos debruçamos no corte racial e ficou evidente como a situação se agrava ainda mais quando se trata de mulheres negras. Dentre as trabalhadoras subocupadas, as mulheres negras corresponderam a um percentual 9,3% maior do que as mulheres brancas. Em termos de desalento, desocupação e subocupação a taxa entre as negras foi de 30,2% enquanto entre as não negras foi de 19,2%.

2. Gênero e Pobreza: alguns aspectos dessa relação no que se refere às mulheres

Sendo a pobreza, na sua interface com a questão de gênero, um fenômeno caro a agenda das lutas sociais femininas no Brasil, torna-se necessário estabelecer uma reflexão sobre os desdobramentos do empobrecimento que atingiu as mulheres em virtude das reformas implementadas após a subida ao poder do ex vice-presidente de Dilma Roussef, Michel Temer. Durante os quatro anos da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro não foram desenvolvidos suficientes estudos de impacto

5 In: <https://assets.cut.org.br/system/uploads/ck/BOLETIM%20MULHERES%202023%20%281%29.pdf>.

das reformas neoliberais pós-golpe de 2016 sobre o segmento feminino, mas começam a avançar a produção de dados e análises sobre o fenômeno.

Segundo Melo (2004, p.14-15) o PIB per capita de homens e mulheres evoluiu no passado recente, de 1991 até 2000, foi de US\$2.574 para US\$2.916, para os primeiros, e de US\$1.362 para US\$1.731, para as últimas, ou seja, as mulheres tiveram um percentual de elevação relativamente maior na sua renda, em que pese ainda ter permanecido menor que a dos homens. Segundo dados dos anuários do IBGE, essa tendência prosseguiu por algum tempo e a renda feminina evoluiu de 65% para 68% da renda dos homens entre 2000 e 2010, em 2014 chegou a 70% e, em 2018, a 75%. O incremento da renda entre as camadas mais pobres, no período petista de 2003 a 2014 (com aumento real dos salários), certamente repercutiu na diminuição dessa desigualdade de gênero uma vez que é nos segmentos de menor renda salarial que a diferença entre a renda de homens e mulheres é menor e onde, também, as mulheres conseguem maior inserção no mercado de trabalho. A partir de 2014, quando essa tendência começa a ser impactada pela crise econômica que se abateu sobre o país começa a ocorrer uma reversão da tendência. Em 2017 a ONU divulgou o PNUD e a renda per capita dos homens foi de US\$17,736 enquanto que as das mulheres foi de US\$ 10,672.

Em que pese os últimos dados do IBGE terem revelado uma melhora na longevidade e uma elevação nos níveis educacionais das mulheres brasileiras, as ocupações de comando e os melhores salários seguiram sendo dos homens. Em desvantagem na esfera do trabalho, as mulheres ainda conseguem ser

mais longevas que os homens, mas isso pode não representar uma grande vantagem. Na verdade, de maneira geral, trata-se de um fenômeno, que sob uma determinada perspectiva

[...] agrava a situação feminina, primeiro pelo fato de terem dedicado grande parte da vida ao trabalho não remunerado, muitas [mulheres] não contam com aposentadoria; em segundo, as que contam com auxílio, os valores tendem a serem mais baixos devido às instabilidades no mercado de trabalho e por terem participado de ocupações precárias e desprotegidas, tornando assim as idosas mais vulneráveis a pobreza. (FREITAS; GOMES, 2010, p. 2)

Assim sendo, pode-se compreender a importância para as mulheres do reconhecimento do trabalho informal e rural bem como o reconhecimento do trabalho doméstico para efeitos de pensões e de aposentadoria. A pressão dos movimentos trabalhista e feminista em sintonia frente aos padrões lograram alguns avanços nessa demanda, a Argentina, por exemplo, seguindo o exemplo de medidas adotadas no Uruguai e no Chile, relativa aos direitos trabalhistas e previdenciários das mulheres, reconheceu a dupla jornada de trabalho feminino para efeito do cálculo das suas aposentadorias em 2021⁶.

6 “É a primeira vez na Argentina que se reconhecem as tarefas de cuidado em uma política pública no sentido de lhes dar acesso à Previdência”, aponta Débora Lopreite, especialista em desigualdade de gênero pela Carleton University. O país junta-se ao Uruguai, que inclui o trabalho materno no cálculo da aposentadoria, e ao Chile, onde as mulheres recebem um abono por filho. “É um passo importante reconhecer na legislação a jornada dupla e a divisão sexual do trabalho ou do trabalho intermitente das mães, sobretudo nos setores mais vulneráveis”, comemora Lopreite.” In <https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-argentina-reconhece-a-dupla-jornada-feminina-como-tempo-de-servico-para-aposentadoria/>.

Há, no mundo todo, uma feminização da velhice no mundo urbano⁷ (CEPELLOS: 2021), esse fenômeno tem múltiplas variáveis que o explicam, dadas as dimensões desse trabalho, não as trataremos aqui nesse momento, importa, contudo, ressaltar que os estudos que vem sendo desenvolvidos são unânimes em descrever a maior vulnerabilidade da mulher idosa à pobreza, fato que reforça a necessidade de se melhorar e ampliar os mecanismos protetivos no campo da previdência social para esse grupo que vem crescendo ao longo do tempo. Tal vulnerabilidade é continuidade e consequência das dificuldades históricas enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho em virtude das desigualdades de gênero, essas dificuldades se agravam conforme a idade das mulheres avança e em função do seu próprio histórico. Quanto mais pobres as mulheres, mais difícil será sua inserção no mercado de trabalho quando jovem, quanto mais tardia a sua inserção e menor a sua qualificação e experiência, menos chances a mulher terá de obter um trabalho formal que lhe permita alcançar um bom benefício previdenciário por ocasião de sua velhice (SALGADO, 2002).

Por tradicionalmente casarem-se com homens mais velhos e por um conjunto de fatores que faz a mortalidade masculina ser maior e mais precoce em relação à das mulheres, ten-

7 “No Brasil, estima-se que, em 2060, o percentual da população com 65 anos ou mais de idade será de 25,5% (58,2 milhões), enquanto, em 2018, essa proporção foi de 9,2% (19,2 milhões) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018). Com relação à proporção entre os sexos, tem-se que os homens de 60 anos ou mais de idade correspondiam a 5,7% da população, em 2012, e as mulheres, a 7,2%; já no ano de 2018, os homens dessa faixa etária correspondiam a 6,8%, e as mulheres, a 8,6% (IBGE, 2019). As mulheres também são as que vivem mais em nosso país. Dados da tábua de mortalidade indicam que os homens possuem uma expectativa de vida de 72,8 anos, e as mulheres, uma expectativa de vida de 79,9 anos (IBGE, 2018). Tendo em vista que há mais mulheres idosas do que homens, tanto no mundo como no Brasil, diz-se que há uma feminização do envelhecimento em áreas urbanas”. (CEPELLOS, 2021)

de-se a uma maior viuvez feminina e as mulheres viúvas tem mais dificuldades de se casar novamente do que os homens (SALGADO, 2002). Convergem, desse modo, um conjunto de dificuldades que servem de gravame umas das outras precarizando ainda mais as condições de vida da mulher idosa. Nessas circunstâncias, quaisquer políticas que impliquem em redução de direitos previdenciários das mulheres são extremamente perversas para seu futuro em sua velhice.

As diferenças de gênero tornam a situação mais crítica. As pesquisas gerontológicas mostram que são as mulheres de idade avançada (e não os homens) que estão mais expostas à pobreza e à solidão e que também detêm taxas mais altas de institucionalização, mais condições de morbidade, que consultam mais médicos e que têm menos oportunidades de contar com um companheiro em seus últimos anos de vida (TURNER; TROLL, 1994; GREENBERG; KOPITO, 1994). Após uma vida sem receber rendimentos ou salários adequados, não é acidental que a mulher, na velhice, seja mais pobre que o homem. Apesar de muitas mulheres de idade avançada precisarem suprir certas necessidades básicas, enfrentam mais a pobreza do que quando eram jovens. Entre as razões que se pode assinalar para este fato, cita-se: não se dá compensação, reconhecimento ou direito à aposentadoria a mulheres cujo trabalho tenha sido primordialmente doméstico; devido à discriminação sexual, as mulheres ganham menos e, por esta razão, as aposentadorias são mais baixas; caso decidam

voltar a trabalhar, não são admitidas por falta de experiência recente ou pela idade; muitas não têm direito à pensão de seus maridos por serem muito jovens. (SALGADO: 2002, p. 14)

3. As reformas trabalhistas no Brasil e a situação da mulher

Dois Projetos de Lei aprovados no Legislativo nos períodos dos governos Temer e Bolsonaro afetaram de forma desastrosa toda a classe assalariada e, mais intensamente, a situação da mulher no mercado de trabalho em suas condições de trabalho e assalariamento.

A Lei das Terceirizações estendeu a possibilidade de contratação de trabalho terceirizado às atividades fins. Segundo o DIEESE, o trabalho terceirizado se caracteriza por salários menores, maior jornada, maior rotatividade, piores condições de trabalho e maior incidência de acidentes de trabalho. Antes dessa lei a rotatividade do trabalho no setor terceirizado já era o dobro do que o trabalho sob formas tradicionais de contratação pela CLT ou como estatutário do serviço público, por exemplo. A generalização dessa modalidade de contratação levou a uma desvalorização geral do trabalho em toda a extensão do mercado, prejudicando os trabalhadores, a produtividade e a qualidade da atividade laboral, que sofreu intensa precarização nas condições de seu desenvolvimento. A expansão da terceirização se deu de forma rápida haja vista as facilidades para o empregador na ampliação dos seus lucros com a ampliação da possibilidade de explorar ainda mais e com menor custo seus empregados.

Um estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou que 80% das empresas brasileiras utilizam a terceirização em algum setor ou atividade, destinando a esse fim, em média, 18,6% de seus orçamentos.

Conforme dados do IBGE, em 2020, cerca de 4,3 milhões dos profissionais eram terceirizados, correspondendo a cerca de 25% dos trabalhadores formais.

O setor de serviços é o mais terceirizado no país, representando uma parcela de 70% deste mercado. Em 2020, por exemplo, obteve um crescimento de 8,8%, mesmo com a pandemia de COVID-19.⁸

Para FURNO e GOMES (2015) as mulheres foram as mais atingidas pela terceirização por um conjunto de razões: historicamente o trabalho feminino é pior remunerado em função de uma perspectiva ideológica da sociedade patriarcal sobre a importância da mulher na própria sociedade, a queda dos salários incidirá ainda mais sobre elas que já recebem, em média, 80% do salário dos homens; as mulheres já são maioria no setor terceirizado e os prejuízos da precarização alcançarão atividades nas quais elas estão mais expostas às maior exploração decorrentes das desigualdades de gênero, por fim, a jornada de trabalho no setor terceirizado é 20% maior para os trabalhadores em geral, ou seja, a generalização das terceirizações aumentará a sobrecarga de trabalho feminina dada a

8 “Crescimento do Mercado de Terceirização no Brasil”. In: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/especial-publicitario/security-seguranca-e-servicos/noticia/2023/03/31/crescimento-do-mercado-de-terceirizacao-no-brasil.ghtml>

sua dupla jornada de trabalho. Sem a terceirização as mulheres já trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens.

O trabalho doméstico, secundarizado e invisibilizado pela sociedade, não monetarizado, não pago, é um estratégico produtor de riqueza na medida em que assegura as condições para reprodução da força de trabalho e sua recomposição diária a serviço do capital.

Esta discussão da pobreza sob o prisma de gênero levanta questões específicas da vida das mulheres, que os dados estatísticos nem sempre revelam ou mesmo ocultam como o trabalho não remunerado. Este constitui um conceito central na lógica feminista para analisar a pobreza numa perspectiva de gênero. É óbvio que este não responde ao enfoque monetário, mas sua realização permite reproduzir a vida e desta forma o movimento de mulheres internacional tem tentado colocar sua medição na agenda política mundial. A questão se refere à forma de imputar valor monetário aos afazeres domésticos e incorporar esta mensuração aos valores das Contas Nacionais de cada país. É fundamental fazer esta imputação porque isso desvenda a importância do trabalho doméstico no cuidado do domicílio e das crianças, idosos e enfermos que são majoritariamente realizados pelas mulheres. A questão é que estas atividades não são intermediadas pelo dinheiro, seu locus é fora do circuito mercantil, portanto, este é um trabalho invisível e as pessoas que se ocupam destas tarefas são desvalorizadas socialmente. (MELO: 2004, p. 6-7)

A maior rotatividade e os baixos salários se desdobrarão numa maior dificuldade as mulheres contribuírem com a previdência. Já precariamente remuneradas, terão diante de si uma perspectiva nebulosa quanto as possibilidades de conseguirem se aposentar ou de se aposentar com proventos dignos capazes de mantê-las em sua velhice (FURNO; GOMES, 2015).

As Reformas Trabalhistas representaram um modelo de flexibilização para aprofundamento da precarização do trabalho e do grau de subordinação do trabalhador ao capital. As regulações que caracterizavam a proteção ao trabalho na legislação trabalhista, ainda que limitadas, em nosso país, se interpunham aos interesses do capital em tempos de crise de acumulação. No momento em que a taxa de lucro cai a estratégia neoliberal é a redução bárbara do custo da força de trabalho.

Nesse sentido, o fio condutor destas reformas é a desregulamentação dos institutos protetivos ao trabalho pela prevalência do acordado sobre o legislado. A alteração das condições para a busca da justiça do trabalho invisibilizam aos trabalhadores a busca da mesma para serem reparados por acidentes de trabalho, por assédio ou por descumprimento de responsabilidades por parte dos seus contratantes.

As Reformas Trabalhistas confluem com a Lei das Terceirizações deixando totalmente à mercê do jugo patronal os trabalhadores. Se isso é algo que se coloca como extremamente grave para os interesses e a segurança do trabalhador homem, tradicionalmente privilegiado nas relações de gênero no mercado de trabalho, é de se supor o quão grave é esse impacto nos direitos e condições de trabalho e de assalariamento da mulher trabalhadora.

A criação da figura do trabalho intermitente afronta qualquer possibilidade mínima de organização da vida do trabalhador, no caso das mulheres, que enfrentam a dupla jornada de trabalho, essa modalidade de contrato traz consequências ainda mais desastrosas. Segundo a lei, será permitido a não fixação prévia da duração da jornada de trabalho, nem a fixação de um salário definido ficando o trabalhador disponível integralmente para as necessidades do contratante, a qualquer momento, alternando inatividade e extrema exploração de forma totalmente imprevisível para o trabalhador. Essa é uma situação que afetará de forma extremamente negativa as possibilidades de trabalho para mulheres que tenham filhos, por exemplo. Não porque se afirme a obrigação moral da mulher para com os cuidados da prole mas porque a realidade brasileira é de mais de 40% de mulheres que chefiam lares e das quais depende uma família inteira, essas situações são mais frequentes justamente entre as famílias pobres.

A Reforma estabelece limites às indenizações decorrentes de danos causados pelos patrões aos empregados, independente da natureza dos danos, vinculando-se as mesmas ao nível salarial do empregado e não a gravidade do mal causado. Mulheres, constantemente vítimas de assédios e humilhações no trabalho, além dos acidentes decorrentes da falta de segurança no ambiente laboral, com o salário, em média, 25% inferior aos dos homens terão ainda menos possibilidades de terem indenizações compatíveis com a natureza e gravidade do dano sofrido. Em caso de danos como cegueira, amputação, desfiguração, invalidez, escravidão e morte o valor máximo da indenização passa a ser de US\$ 12,536. Tal cálculo desconsidera a capacidade financeira da empresa e o grau de responsabilidade da mesma no ocorrido.

Serão passíveis de negociação questões relativas à segurança e à insalubridade do local de trabalho. Segundo relatório do DIEESE, publicado em 2017⁹, a mulher gestante não estará mais automaticamente protegida de trabalhar em local insalubre, terá que se sujeitar a insalubridade “em baixo grau” caso não consiga provar pericialmente através de atestado de que tal exposição trará prejuízos a si e seu bebê.

No geral, a desregulamentação e a submissão dos termos contratuais do trabalho a um processo de negociação demandará uma maior mobilização das mulheres junto aos sindicatos para que se assegurem nos processos de negociação suas demandas específicas. Outrossim, tal grau de flexibilização, incidirá de forma regressiva nos avanços alcançados pelas mulheres nos últimos anos, desde a regulamentação do trabalho das domésticas até seus avanços nas outras esferas da vida social, como o investimento de tempo e dedicação para o aprimoramento intelectual e profissional.

Dados da última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do IBGE, divulgada na última segunda-feira (6), mostram que 18,8% das mulheres economicamente ativas já completaram ao menos um curso superior. Entre os homens, este número cai para 11%. Elas ganham dos homens também entre os brasileiros com ensino médio completo: 39,1% contra 33,5%. Os dados referem-se ao período de 1995 a 2015.¹⁰

9 Cf em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.html>

10 Na maioria das universidades brasileiras as mulheres ainda ganham menos que os homens. In: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/maioria-nas-universidades-brasileiras-mulheres-ainda-ganham-menos-que-homens-21032650.html>.

As mulheres já eram 57% dos aprovados do exame de acesso ao ensino superior, o SISU, em 2016, e também formavam maioria entre os bolsistas de pesquisas em pós-graduação de todo o Brasil no mesmo período. Dentre outras coisas tais como as cotas para negros, estudantes de escola pública e bolsas de estudo, a possibilidade de compatibilizar trabalho e estudo permitiu para um segmento importante das mulheres, especialmente as mais pobres, viabilizar novos projetos de vida que pressupunham sua dedicação aos estudos. Num contexto de terceirização e desregulamentação geral das garantias trabalhistas reverte-se essa tendência e se ingressa num período em que a perspectiva de empobrecimento, mesmo trabalhando, volta a assombrar a sociedade.

4. As reformas da Previdência, repercussão nos direitos das mulheres

Sob a falsa alegação de déficit na Previdência os governos têm, sucessivamente, promovido mudanças no regime previdenciário, essa estratégia vem de Sarney, passando pelo governo FHC, Lula e Dilma. O acúmulo de perdas de direitos previdenciários dos trabalhadores não é empecilho para que o capital avance sobre o fundo público destinado a a essa política social. O objetivo da Reforma é asfixiar a previdência, instaurar uma vida laboral que torne inviável a contribuição para o INSS aos trabalhadores, é viabilizar a expansão privatista dos fundos de pensão que alimentarão o lucro do setor financeiro.

Para tanto, o desmonte da previdência passa por um processo ainda não concluído que se inicia com o descumprimento da aplicação dos recursos previdenciários conforme estabelecido pela Constituição de 1988, a fim de desviá-los para

outras finalidades e alegar que ela é deficitária para desmontá-la. Pressupõe ainda um tempo de contribuição extenso que diminua ou impossibilite ao trabalhador usufruí-la, seja porque já estará muito velho ou por não viver até recebê-la. É preciso reduzir ainda mais o valor do benefício, ou seja, o valor mínimo da aposentadoria pode ser rebaixado independentemente do valor do salário mínimo.

Um dos itens da reforma se refere a equiparação da idade de aposentadoria entre homens e mulheres, a alegação é de que as mulheres são mais longevas e que países da OCDE já fazem essa equiparação em função disso. O argumento elide da análise a rede de proteção e de bem-estar destinada às mulheres da OCDE, diferentemente do que ocorre no Brasil, onde a maioria das mulheres vive sob situação de exploração e precariedade constante.

O argumento de que as mulheres vivem mais do que os homens, como relata a citada exposição de motivos, não é suficiente para igualar homens e mulheres para a obtenção do acesso a benefícios, é necessário analisar o contexto histórico e social. A referida alteração desconsidera a herança social do patriarcado brasileiro e a desigualdade que existe no mercado de trabalho. A rotatividade, a intermitência do trabalho, a informalidade contribuem para que grande parte dos trabalhadores não consiga alcançar 25 anos de contribuição. No caso das mulheres, há outra peculiaridade: elas assumem grande parte dos afazeres domésticos, fatores que dificultam o acesso ao mercado formal e por isso elas

terão mais dificuldade de acumular os anos de contribuição necessários para a aposentadoria integral. Hoje a contribuição de 15 anos exclui muita gente. Para as diaristas, por exemplo, é fator que contribui para a falta de proteção previdenciária, e a ausência da referida proteção é ruim para o país, pois aumenta gastos com assistencialismo. (SOUZA; SANTOS: 2017)

É preciso ter claro que a Reforma da Previdência não se reduz a um projeto de um governo, foram várias leis e emendas constitucionais que vieram sendo aprovadas ao longo de anos e que foram se complementando num processo de desmonte do sistema previdenciário e de retirada de direitos de aposentadoria da população. Em que pese esse trabalho se debruçar no período de 2016 a 2022, já nos governos petistas ocorreram medidas no sentido desse processo, começando pela reforma da previdência dos servidores públicos, em 2003, até a reforma da previdência de 2015, com Dilma Rousseff e Joaquim Levy.

Segundo cálculos do IPEA, 47,3% das mulheres e 30% dos homens não irão conseguir se aposentar devido a Reforma da Previdência confirmando a desvantagem das mulheres no impacto das reformas neoliberais de Temer e Bolsonaro. Em nota técnica o IPEA adverte que o regime de Previdência Social brasileiro é de repartição e benefício definido o que significa dizer que se trata do oposto de um regime de capitalização, sendo assim, a ideia de que as pessoas mais longevas tenham que pagar mais não tem o menor cabimento¹¹.

11 SOUZA, P.H.G.F., VAZ, F.M., PAIVA, L.H. Efeitos redistributivos da Reforma da Previdência. Texto para Discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. RJ, 2018. In: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8900/1/td_2424.pdf

Antes de se empunhar casuisticamente a bandeira da “igualdade” entre homens e mulheres no tempo de contribuição e na idade da aposentadoria seria necessário dirimir as desigualdades de gênero que tem prejudicado historicamente as mulheres na conquista da igualdade salarial, de condições de trabalho, de responsabilidades nos afazeres domésticos e familiares, no respeito às suas demandas legítimas e específicas.

Ao fim de 2022, com a Reforma Previdenciária de Bolsonaro (EC 103) aprovada em novembro de 2019, viúvas e viúvos com seus filhos deixaram de ter direito a receber pensão integral e passaram a receber apenas 60% do valor do salário original do cônjuge falecido. Considerando os dados anteriormente apresentados sobre a maior incidência de viuvez entre mulheres do que entre homens e como isso se conjuga com a desigualdade salarial e as dificuldades de aposentadoria das mulheres, o impacto dessa redução vai atingir com muito mais intensidade as famílias chefiadas por mulheres, que hoje são maioria no Brasil.

Com relação a aposentadoria feminina, na Reforma de 2019, as mulheres deixam de se aposentar aos 60 anos e passam a se aposentar aos 62, mas com um aumento do tempo exigido de contribuição de 15 para 20 anos. Essa mudança deve ser analisada à luz das dificuldades de as mulheres ingressarem no mercado formal de trabalho e de manterem uma contribuição previdenciária regular por 20 anos, fato que se agrava quando elas possuem filhos, especialmente filhos pequenos. A divisão sexual do trabalho no interior das famílias, marcada pela herança patriarcal, não só coloca a mulher na condição de cuidadora de todos no lar, como faz com que sua jornada em afazeres domésticos seja mais do dobro da dos homens e com

que ela seja penalizada por mãe dificultando seu acesso ao mercado de trabalho e, por consequência, a uma aposentadoria.

Entre as mulheres de 25 a 49 anos que viviam em lares com crianças de até 3 anos de idade, pouco mais da metade (54,6%) estava efetivamente ocupada. Em lares sem crianças nessa faixa etária, o nível de ocupação das mulheres foi de 67,2%. Entre os homens, o nível de ocupação é superior tanto em lares com crianças com até 3 de idade (89,2%), quanto em lares sem crianças nesse grupo etário (83,4%).

Não há dúvidas sobre os prejuízos que as reformas trouxeram ao conjunto dos trabalhadores, mas, dado o contexto da desigualdade de gênero que assola o mercado de trabalho brasileiro, as condições para se aposentar não apenas serão muito mais difíceis para as mulheres como os valores a serem recebidos a título de pensão e/ou de aposentadoria serão menores para elas. Analisando essa reforma num contexto de precarização geral do trabalho que afeta, também, de forma mais aguda, as mulheres, as perspectivas que se desenham no horizonte são desalentadoras e só poderão ser evitadas revertendo tais reformas levando em conta as necessidades da classe trabalhadora e as especificidades que caracterizam seus diferentes segmentos na perspectiva de uma efetiva justiça entre todos eles.

5. Considerações Finais

Concluimos que as Reformas nas Relações Trabalhistas e as Reformas da Previdência se encadeiam num ataque promovido pelo Estado neoliberal contra a classe trabalhadora brasileira em prol dos interesses do grande capital num contexto da crise de acumulação do neoliberalismo que se arrasta mundialmente e teve seu epicentro no crack do setor imobiliário norte-americano em 2008. A liberação do fundo público para socorrer o capital segue em marcha rápida e o barateamento do custo do trabalho a níveis só comparáveis aos do século XIX surpreende o século XXI sob o discurso fetichizado da “modernização das relações trabalhistas” e da “austeridade nos gastos públicos”.

As repercussões negativas desse processo não pouparão aqueles que vivem da venda da sua força de trabalho no mercado, a população assalariada, mas conseguimos identificar e comprovar que tal impacto reverbera com força ainda mais destrutiva sobre um dos segmentos tradicionalmente mais oprimidos pela desigualdade de oportunidades e de tratamento no seio da população, no caso desse breve estudo, as mulheres. É certo que, ao destacar como tais medidas são agravantes da pobreza relacionada a questão de gênero, não perdemos a perspectiva de que há outros recortes ainda mais graves que se entrecruzam, de raça e de origem de classe. Se as mulheres empobrecerão mais com as reformas, as mulheres negras e pobres empobrecerão mais ainda. De qualquer modo essa articulação de Reformas implicou num ataque às mulheres, a seu bem-estar e suas perspectivas de vida, no trabalho, na sua juventude e na sua velhice. Isso deve ficar suficientemente claro

na análise do desmonte das políticas sociais promovidas pelos governos beneficiários do golpe de 2016.

A elucidação dessa perspectiva coloca a tarefa da construção de alternativas que permitam interferir nesses processos impedindo que mais sacrifícios sejam impostos àqueles que já vêm sendo os mais sendo sacrificados historicamente no Brasil. Esse é o desafio.

6. Siglas e Abreviaturas:

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional Por Amostra Domiciliar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SISU – Sistema de Seleção Unificada (Para acesso ao ensino superior)

7. Referências

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CEPELLOS, V. M. Feminização do envelhecimento, um fenômeno multifacetado muito além dos números. **Revista de Administração de Empresas**. V. 61, n. 2, 2021.

DIEESE. **Terceirização e Precarização do Trabalho**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/nota-tecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>> Ano: 2017. Acesso em: 19 ago. 2017.

FREITAS, A.M.L.; GOMES, P. I. J. **Desigualdade de Renda, Gênero e Pobreza no Brasil**. Disponível em: http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista/images/arquivos/anais/GT6/desigualdades_genero_renda_pobreza_brasil.pdf. Ano 2010. Acesso em: 29 ago. 2017.

FURNO, J.C.; GOMES, B. P. **O gênero da terceirização**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/1806-5023.2015v12n1p207/29701>. Ano: 2015. Acesso em: 28 ago. 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007. Tradução Fátima Murad. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 28 ago. 2017.

MELO, Hildete P. **Pobreza no Brasil – Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Gênero en America Latina y el Caribe**. Disponível em: http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/genero-e-pobreza-no-brasil/at_download/file. Ano: 2004. Acesso em: 19 jul. 2017.

MELO, Hildete P.; CASTILHO, M. Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**. 2009, V. 13, número 1. ISSN 1415.9848. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/rec/v13n1/06.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALGADO, S.D.S. **Mulher idosa**: a feminilização da velhice. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/4716/2642>. Ano: 2002. Acesso em: 28 jun. 2017.

SOUZA, V.R.C.; SANTOS, F.R.S. A Reforma da Previdência deve basear-se na dura realidade brasileira. **Boletim da Conjur**. 16/04/2017. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2017-abr-16/reforma-previdencia-basear-dura-realidade-brasil>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SOUZA, P.H.G.F., VAZ, F.M., PAIVA, L.H. Efeitos redistributivos da Reforma da Previdência. **Texto para Discussão – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. RJ, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8900/1/td_2424.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.html>. Acesso em: 23 out. 2023

<http://www.valor.com.br/brasil/4794419/brasil-conta-com-mais-lares-chefiados-por-mulheres-diz-ibge>. Acesso em: 13 mar. 2018.

<https://assets.cut.org.br/system/uploads/ck/BOLETIM%20MULHERES%202023%20%281%29.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/especial-publicitario/security-seguranca-e-servicos/noticia/2023/03/31/crescimento-do-mercado-de-terceirizacao-no-brasil.ghtml>. Acesso em 30 nov. 2022.

<https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/maioria-nas-universidades-brasileiras-mulheres-ainda-ganham-menos-que-homens-21032650.html>. Acesso em: 28 mar. 2018.

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170321_nt35-disco-previdencia-e-genero.pdf. Acesso em: 26 nov. 2017.

<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/05/os-impactos-da-reforma-previdenciaria-para-as-mulheres-o-sofisma-da-igualdade-juridica/>. Acesso em: 13 mar. 2018.

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO ÂMBITO INTRAFAMILIAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Raquel Braga Lacerda¹
Irenilda Angela dos Santos²

1. Introdução

Mediante a importância do tema abordado foi necessário realizar uma breve análise e orientações teórico-metodológica a partir dos estudos de Foucault, sobre a violência doméstica contra mulheres no contexto intrafamiliar na vivência mundial de pandemia, levando em consideração o cenário envolvendo o Novo Corona Vírus que o seu advento é a de uma doença infectocontagiosa e suas variantes COVID 19 (Sars-CoV-2). Sendo assim, visando o contingenciamento do contágio ocorreu que, medidas de prevenção são consideradas fundamentais para a redução dos números de infectados sendo estas o distanciamento social, que corroborou ou foi um dos atenuantes pontos de análise e discussão sobre o proposto artigo da violência doméstica e familiar uma vez que essas mulheres passaram a ter o convívio ainda maior com seus agressores dentro de seus

1 Assistente Social, mestranda no PPGPS da UFMT, pesquisadora do MERQO. aqueleova23@outlook.com

2 Professora e pesquisadora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) UFMT. Membro do Grupo de Pesquisa MERQO, LEAL/CNPq, e do Observatório/Laboratório *Violência contra mulheres e meninas na Amazônia legal*. irenilda.santos@ufmt.br

domicílios. Sendo assim um dos pontos-chaves para o debate é ampliar a discussão sobre o contexto histórico do papel da mulher na sociedade e como esse papel vem sendo aceito socialmente, bem como pontuar a dimensão ótica do fenômeno das violências de modo global, porém enfatizar às violências conjugais contra a mulher o qual é a centralidade do artigo.

Vale lembrar que muitos estudos envolvidos na temática apontam que a progênie desse fato está diretamente relacionada a desigualdade de gênero e não apenas proveniente de um enquadramento socioeconômico limítrofe, se tratando de uma conduta fixada e naturalizada nos pilares social que está presente, infelizmente, em várias culturas é uma realidade onde todas as mulheres, na qual não se leva em valimento aspecto de classe, raça, religião e apreçamento político entre outras composições do sujeito, a não ser a de gênero. É válido destacar que, mesmo que a violência seja centrada nas desigualdades de gênero, majoritariamente, e colocada a todas as mulheres sem distinção nenhuma, muitas ainda sofrem duplamente quando se soma a violência doméstica e familiar com outras como: classistas, racial, xenofóbica, transfóbica, lesbofobia e étnica, que abraçam outras discriminações, intolerância, segregações sociais pela elite patriarcal heteronormativa e branca. Na complexidade do tema devemos compreender a gama que envolve os tipos de violência doméstica e familiares existentes, sendo o que configura a violência contra mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause sofrimento: Físico (crimes de lesão corporal e tentativa de homicídio – Femicídios – que segundo a Lei 13.104/2015 acrescentou-se no artigo 121 do código penal, o inciso IV, para qualificar as mortes contra mulher por razões e condição do sexo feminino.

O parágrafo 2º – A, quanto às mortes de mulheres envolvidas: violência doméstica e familiar, II menosprezo ou discriminação à condição de mulher, o feminicídio é uma modalidade de homicídio qualificado e passou a integrar o rol de crimes hediondos, com punição de 12 a 30 anos de reclusão); Sexual (estupro, ou atos libidinosos sem o consentimento da mulher, além de negar o uso de contraceptivos); Psicológico (ameaças, constrangimento ilegal bem como isolar a mulher do meio social); Moral (injúria difamação, calúnia); Patrimonial (roubo, furto, apropriação, estelionato e impedir a companheira de trabalhar), além disso, a Lei 11340/06 define que somente a mulher pode ser vítima, independentemente da idade; é interessante ressaltar, que nesse período de pandemia a violência sexual contra mulheres cresce de forma acentuada, no período de pandemia a violência sexual dentro do casamento se agrava devido ao isolamento social advindo das restrições impostas como medidas de prevenir o contágio do Novo Corona vírus, atualmente vivida mundialmente (BRASIL, 2020).

Mesmo que a violência doméstica tenha origem privada, ela é considerada de ordem e preocupação de saúde pública, entretanto, a violência que ocorre no berço familiar ainda é vista como algo receoso por parte comunitária e coletiva, sendo essa muitas vezes ocultada pela mesma comunidade. (NOBRE; BARREIRA, 2008). É possível observar que não há mudanças na perspectiva e sim um aumento na questão de violência contra mulher que vem se acentuando cada vez mais e se tornando alvo de várias pesquisas sobre a temática, nessa reflexão Scaranto, Biazevic e Michael-Crosato (2007, p. 696) confirmam que “a violência doméstica possui um percurso histórico que permeia a humanidade há muitos anos, não sendo

nova no contexto da sociedade”. Mesmo assim o tema viraliza nos meios de comunicação e amplia o debate sobre o alto nível de feminicídios e violência de ordem física e emocionais, sendo esta, como dito anteriormente o isolamento social serve para destacar ainda mais a realidade já existente há tempos, porém que ocorria de modo mais velado e quase sempre sem interferência dos órgãos públicos.

Diante dessa problemática, algumas inovações trazidas com a Lei Maria da Penha visam estabelecer as formas de violência doméstica que determina quais as violações contra a mulher independem de sua orientação sexual, determinando que a mulher possa somente renunciar à representação perante o juiz sendo esse um aspecto importante, visto que o agressor corriqueiramente coage a vítima, sendo assim na presença do juiz o mesmo analisara caso a caso. Proíbe a pena de multa isolada ou cestas básicas; prevê que a ofendida seja notificada dos atos processuais em especial, quando do ingresso e da saída da prisão do agressor.

Alteração do Código Processual Penal para viabilizar o juiz a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da vítima; Retira também da competência dos Juizados Especiais Criminais a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra mulher, assim como prevê a criação de Juizados Especiais de violência doméstica e familiar contra mulher com competência mista; proíbe a entrega de intimação ao agressor por parte da vítima, e possibilita a prisão em flagrante e altera o Código Processual Penal que viabiliza a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher.

Ainda assim, fazem-se necessários nos questionarmos, se esses mecanismos são suficientemente eficazes para se combater a violência doméstica, mesmo quando nos deparamos com a ausência de denúncias por parte da vítima, quais os obstáculos e quais fatores sociais, culturais, religiosos, coletivos, institucionais, socioeconômicos contribuí para o aumento dessas violências. Bandeira (2014) indica que discursos patriarcais de cunho conservador no serviço público que faz atendimento às vítimas de violência doméstica ao qual seu modus operandi é o ideário de que mulheres são responsáveis por provocar a agressão, bem com a pobreza de equipamentos de dispositivos necessários para ofertar um trabalho integrado de rede e interpessoal no atendimento e acompanhamento dessas vítimas, dando destaque a uma problemática de segurança, saúde e justiça em todas as esferas. Dessa forma a reflexão e a discussão frente a essa problemática leva de encontro a outros fatores e pontos de partida, como o controle do corpo feminino, a estrutura social e poder masculino, políticas públicas feministas, sendo essas a construção de movimentos sociais femininos.

2. A mulher como objetificação e propriedade

Á segregação do corpo feminino imposto pelo patriarcado, sendo essas mulheres submissas a ele já é um assunto debatido e estudado há tempos, mesmo assim ressoa como ameaça e que vem sendo uma problemática de anos, visto que incide os parâmetros ortodoxos e tradicionais já estruturados por décadas. A reflexão nesse assunto traz como relevância a trajetória árdua sobre a emancipação ou a ascensão social da mulher e seu “lugar” de direito na sociedade numa perspectiva anterior e contemporânea, dadas as correlações que são

estabelecidas entre si, bem como elucidar o que acreditamos como ideário social acerca dos papéis conservadores impostos sobre essas mulheres e seus corpos, onde se compreende que o ponto chave dessa percepção é a violência que essas ofendidas sofrem diariamente e que, sob justificativas são formulados discursos de ordem que se dirigem à culpabilização da vítima a saber, a mulher.

O corpo da mulher sempre foi alvo de imposição, subordinação, sujeição, exploração, dentre tanto outros modelos de segregação humana dada por outros sujeitos, sendo este o homem que acaba por colocar com símbolo de objetificação e estando no domínio do patriarcado já estabelecido socialmente e aceito, sendo designada a mulher a aceitação de subjugação e atribuições conferidas pelas normas vigentes, como exemplo: os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos, do lar e da família. Essas normas citadas foram criadas pelo domínio masculino em pro de beneficiá-los de algum modo sendo estes os responsáveis considerados privilegiados de ditar ou manter a lógica tradicional do modelo conservador histórico instaurado, sendo este os detentores do saber, visto que cabia apenas ao sexo masculino a possibilidade de obter o conhecimento, de estudar, ou seja, a hegemonia do poder masculino que sempre foi norteadora dos processos de desigualdades sociais e de gênero. Mesmo diante de diferentes óticas, é indiscutível dizer que a centralidade do poder dado ao homem, afeta diretamente a relação de gênero, talvez por que essas ocorram em diferentes níveis, ambientes e formas, mas, mesmo assim, elas ocorrem, e tenta ser justificado com uma conduta de legítima de defesa alegando-se a honra masculina, assim como na década de 1970 ocorria julgamentos de crimes contra a honra,

atualmente o discurso é mascarado ou contaminado com a lógica estabelecida.

3. A violência doméstica intrafamiliar

A violência doméstica e familiar é uma realidade de muitas mulheres, infelizmente algumas vítimas sentem dificuldade em identificar essas relações abusivas seja ela qual for, dificuldade que devemos analisar e que perpassam em muitos pontos, mas principalmente o medo. Quando falamos de violência intrafamiliar, compreende-se por toda e qualquer relação violenta que se estabelece dentro do âmbito familiar e especificamente, quando se trata de uma intimidação sexual ou até mesmo a um estupro conjugal, e essa identificação, de tal violência se mostra deficitária, pois muitas mulheres não se veem nessa condição, pois são induzidas a crer e a se corromper pelo ideário social e cultural propagado, de que se esta mulher está vivendo uma união estável ou matrimonial, sendo assim a mesma deverá cumprir com ditas funções matrimoniais como exemplo o coito (relações sexuais), ainda que se não seja consensual, espontâneo, natural ou livre para ambos os cônjuges.

O feminino na literatura de Foucault é veementemente criticado pelo movimento feminista, devido a que, o autor não teve tanto zelo em se apropriar e adensar sobre as divergentes e desiguais violências sofridas e provocadas pela questão de gênero, muito embora seus escritos tenham auxiliado para a percepção de saber/poder com prática de libertação e quanto às problematizações sobre as construções de verdades absolutas (NARVAZ; NARDI, 2007).

Nessas relações de poder, que se justificam ainda a condução de atitudes violentas com base em preconceito que se formulam a partir da perspectiva do campo familiar e validadas pelas diferenças de gênero/sexo, estas mesmas sendo distintas, porém se articulam entre si, sendo a primeira a ser tratada de percepções atribuídas e relacionada ao sexo do sujeito, do qual se espera socialmente, que se cumpra uma espécie de função ou papel masculino ou feminino, reforçando ainda mais as estruturas simbólicas e misóginas estabelecidas. Já a questão de sexo de como o sujeito veio ao mundo sendo macho ou fêmea, homem ou mulher, sendo a mulher é visto de forma nítida com um corpo reprodutor e sexual, sendo que seu ser vem a ser reduzido a apenas a isso e desvalorizada como sujeito, indo pela ideia binária e hierárquica imposta sobre os sexos, o mesmo é universalizado, focando-se nas experiências dos homens e excluindo todas as formas de existência feminina com sendo legítimas.

Para além dessas considerações a construção e manutenção das violências sofridas por mulheres, têm ainda que identificar seus modos de sustentação e validação, por exemplo, as múltiplas violações com base racista, classista, xenofóbica, lesbofobia, transfóbica, e as minorias étnicas: quilombolas, indígenas, afrodescendentes, mulheres/pessoa com deficiência, mulheres transexuais que percorrem ainda mais, contribuindo com a formulação desse fenômeno.

Cabe analisar que a violência doméstica está isenta de classificações, uma vez que não se distingue, visto que está atrelado ao gênero, englobando todas as classes sociais, étnicas, o que devemos ponderar é que há sim questões que perpassam esse fenômeno, como já citadas mulheres pobres, marginalizadas,

e por assim dizer todas aquelas pelas quais foram por muito tempo também segregado e excluído socialmente. Baseando-se nessas perspectivas as mulheres foram, cada vez mais colocadas como objeto de exploração e seu corpo observado como fonte de prazer sexual, muitas dessas mulheres desde a infância sofrem a perseguição machista, e que durante toda a vida vivem a sombras de atentados como a violência sexual (estupro), levando em consideração que mulheres sofrem desde o seu nascimento, e depois ao longo da vida.

É sabido que o movimento ante estupro vem como ativismo e militância na contramão dessa apropriação dos corpos femininos, na tentativa de acabar com a ideia de que o corpo feminino deve estar sujeito e a mercê do homem a todo o momento (DAVIS, 2017) sendo assim, as mulheres passaram a fazer protestos pois compreendiam que suas vidas estavam ameaçadas e isso só pode ser feito mediante ao processo de consciência, e a exclusão aos quais as mulheres são postas, compreendendo que não são meros objetos de manipulação e sim sujeitos de voz e lutas. E foi assim que se passou a surgir à onda feminista, ao qual se deve critérios por ter dado lugar as questões tidas na estrutura social e maior notoriedade aos modos de existência/experiência das subjetividades femininas, tendo como principal objetivo a emancipação política e a utopia da emancipação humana.

É interessante recordar que os primeiros sinais desse levante surgiram na revolução francesa em meados dos anos de 1789, mesmo que se fosse apenas considerado como um movimento de reivindicações, porém com o tempo, a urgência. As grandes marchas foram travadas pelas lutas feministas desde o século XIX, como por exemplo, a luta pelo direito do voto, no Brasil,

mais especificamente essa luta passou a vigorar em 1910 com as primeiras manifestações, nesse período as mulheres lutavam pelo direito do voto que só passou a ser vigorado em 1932 (PINTO, 2010). Essas lutas não pararam visto que, em 1963 foi escrita, por exemplo, a bíblia feminista como era conhecida na época.

Nesse momento o feminismo era visto como um ideal de vida, sendo a liberdade o ponto crucial dessa temática, entre outros como a temática do trabalho, a vida pública, educação, pautas estas que somente era discutida no âmbito do sexo masculino e passou a ser centralidade entre mulheres (PINTO, 2010). Ao longo dos estudos sobre a temática o homem vem sendo observado e colocado no lugar de dominador e as mulheres precisam lutar para deixar a posição de dominadas e exploradas pelo sexo masculino entendendo-as com objeto de posse, buscando sua autonomia e tornando-se assim dona do seu próprio “eu”, no sentido genuíno da palavra as mulheres não tinham a opção ou autonomia para escolher coisas além de uma vida doméstica, sendo vista por muito tempo como uma “propriedade” de seu cônjuge. Nisto, o fator resultante se sujeita a posse e a banalização da violência.

A sociedade subjuga essa mulher e coloca a figura do macho alfa com um homem viril e provedor e que se deve guardar a família, mesmo que essa lógica dispense uma racionalidade, os homens ainda ditam as leis sustentando assim o patriarcado e junto a isso as formas discriminatórias e excludentes que existam, mesmo que veladas, porém intensas e constantes conforme aponte Narvaz e Nardi (2007, p. 51 apud MILLETT, 1970) que indicam “o patriarcado – principal filosofia da opressão de gênero – é um modo predominante, geograficamente e

histórico de relacionamentos, nos quais a política sexual implica no fato de que os homens estabelecem as regras de poder e controle social” cabendo ao homem aquele que detêm do saber e que se considera proprietário de mulheres subordinadas e subjugadas bem com da natureza. Para Foucault não existe a construção de uma verdade sem poder e o poder sem verdade (NARVAZ; NARDI, 2007), e contrapondo o pensamento para Arendt e Moraes (2016) toda verdade deve ser questionada, acrescida de certa sensibilidade para compreender a complexa, contraditória e polêmica por trás de tais “verdade”.

Em contextos mais atuais, vivemos uma crise humanitária de calamidade pública ainda mais nesse período de pandemia (Sarvs-Cov-2) que deriva como mencionado de uma doença infectocontagiosa COVID-19, doença que está sendo um desafio para a saúde pública de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) afetando todos os setores sociais, econômicos e culturais. Sendo uma das medidas adotadas pela OMS o isolamento social, que é essencial e estratégica para mitigar e contingenciar a transmissão da doença.

Considerando que a boa parte da população, esteve e está em isolamento social em seus lares, passaram a vivenciar novas ou velhas rotinas, cada vez mais intensas com seus parceiros, devido ao isolamento por períodos indeterminados por dia. Exposto isso e considerando o elevado índice de denúncias cada vez maior e observado a problemática dessas vítimas em se locomover até as delegacias especializadas no atendimento a mulheres – DEAMs para a efetivação dessas denúncias.

Segundo o relatório emitido em abril de 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública onde informou que no mês de

março de 2019, no Brasil foram realizadas mais de 8400 denúncias de violência contra mulher e ainda segundo o relatório, enquanto há uma queda de denúncias de feminicídios em outros estados brasileiros, Mato Grosso as taxas crescem em termos alarmantes. Em março de 2019, teve-se no estado, dois casos de feminicídios para 10 casos em março deste ano, um aumento de 400%, no trimestre registrou-se 22 anos casos no primeiro trimestre de 2019 para 22 casos este ano e número vem aumentando.

Vale destacar que os dados deste ano parecem não refletir a realidade brasileira, já que estão sendo influenciados pelo isolamento que esse período pandêmico coloca assim como a dificuldade em realizar denúncias em consequência deste (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

Parafraseando a questão levantada por Donna Haraway apudn Arendet e Moraes (2016, p. 15) em seu projeto ético-político, e que se entende de forma conveniente ao tema, indaga-se “como é possível existir no mundo mulheres vítimas de homens agressores?” Devemos então considerar a partir de então um novo ponto de partida, a exploração das situações e o porquê das coisas a serem como são em vez de prescrever moralidades e/ou julgamento sobre sua existência.

O histórico ontológico da estrutura patriarcal enraizada na sociedade foi e é fecunda desde os primórdios da civilização e que até os dias atuais vem se atualizado com dados catastróficos. Haraway traz uma perspectiva sobre o qual podemos magnificamente entender o fenômeno estudado de forma sintética, o qual a autora coloca a sensível citação “retornar nossa humanidade significa retomar a palavra homem,

não como homo sapiens, mas como humus, adubo, híbrido, aquele que trabalha na terra e que com ela se mistura”. (Arendet e Moraes, 2016, p. 19).

4. Considerações Finais

Compreende-se que a violência doméstica está diretamente relacionada a questão de gênero, sendo que o sexo (masculino e feminino) aparece como um fator biológico, e o gênero se apresenta como uma aquisição social. A sociedade define as crenças e/ ou comportamentos característicos de cada sexo em um determinado processo histórico e ao longo das eras, o entendimento de mundo tem favorecido a subalternização das mulheres, por favorecer somente homens os papéis como mais importantes, respeitados e valorizados, à custa da apropriação das mulheres e retenção de seus direitos.

As diferentes e desiguais ideias surgiu de uma pressuposta superioridade dos homens em relação a mulher, responsável pela dominação masculina que foi instituída socialmente, dando origem ao que se chamamos de violência de gênero, sofrida por mulheres assim com sofreu em todos os tempos, sendo este o motivo delas necessitarem de legislações especiais de proteção com é o caso da Lei Maria da Penha, felizmente para eles, os homens não sofrem violência ou discriminação em razão do gênero (apenas pelo fato de serem homens) em detrimento a isso não sofrem das mais perniciosas de suas sequelas com a violência doméstica e intrafamiliar, pelo menos não das mesmas proporções que essas mulheres sofrem diariamente, sendo que ao contrário delas os relevantes fatores de risco para suas vidas e integridade física, e externa ao ambiente doméstico e familiar.

5. Referências Bibliográficas

BRASIL, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 2449-469, 2014.

_____. **O que Você Precisa Saber: O que é COVID-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-adoenca#oque-e-covid>. Acessado em: 20 mai. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Biotempo Editorial, 2017.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

FOUCUAL, M. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamentos. **Coleção Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 202. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/violencia-domesticacovid-19-v3.pdf>. Acessado em: 20 mai. 2024.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teóricos-políticos do feminismo na contemporaneidade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, p. 1-9, 2010. *sociologia e política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, 201º.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *CADERNOS* pág. n. 5, p. 7-41, 1995.

MONTEIRO, C. F. S.; SOUZA, I. E. de O. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. *Texto & Contexto-enfermagem*, v. 16, n.1, p. 26-31, 2007. NARVAZ, M.; NARDI, H. C.

Problematizações feministas à obra de Michael Foucault. **Revista Mal-Estar e subjetividade**, v. VII, n. 1, p. 138-374, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de ARENET**, R. J. J; MORAES, M. O. O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a pesquisa em psicologia social. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, v. 11, p. 1124, 2016.

SCARANTO, C. A. A.; BIAZEVIC, M. G. H.; M ICHAEL-CROSATO, E. Percepção dos agentes comunitários de saúde sobre violência doméstica contra mulher. **Psicol. Cienc. Prof.**, v. 27, n. 4, p. 694-705, 2007.

Secretária de Estado de Segurança Pública (SESP) Governo de Mato Grosso. **Orientação Práticas sobre o atendimento à vítima de violência doméstica na delegacia da mulher de Várzea Grande.**

POR QUE PRECISAMOS FALAR SOBRE A TAXA ROSA?

Pâmela Mossmann de Aguiar¹

1. Introdução

A igualdade de gênero materializa-se quando os direitos, responsabilidades e oportunidades são acessíveis de forma equitativa, independentemente do sexo ou gênero da pessoa, promovendo e valorizando de maneira igualitária uma diversidade de comportamentos, aspirações e necessidades de mulheres, homens e pessoas não-binárias. Importa esclarecer que a igualdade de gênero não implica a homogeneidade entre mulheres e homens, mas sim que os seus direitos, responsabilidades e oportunidades não estão condicionados pelo gênero atribuído aquando da sua nascença (DUGAROVA, 2018). Esta abordagem preconiza os direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais universalmente reconhecidos, aplicáveis tanto a mulheres quanto a homens (NCPE, 2012). Em contraste, a discriminação de gênero ou desigualdade de gênero ocorre quando indivíduos são excluídos ou tratados de forma discrepante em virtude do seu sexo ou gênero (NCPE, 2012).

1 Estudante de doutoramento em Ciência Política, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH), com orientação das Professoras Doutoras Catherine Moury (NOVA-FCSH) e Ana Prata (California State University). E-mail: pamosmann@gmail.com.

A discriminação de preços com base no gênero – também designada por “taxa rosa” – representa uma manifestação de discriminação econômica que afeta mulheres e homens, acometendo mormente as mulheres. Este fenômeno tem origem nos papéis e estereótipos de gênero, que perpetuam a ideia de que é natural e inquestionável que as mulheres paguem mais que os homens por produtos e serviços semelhantes. Este artigo compila evidências de diversas fontes, incluindo pesquisas acadêmicas, para demonstrar que a taxa rosa é uma prática disseminada entre varejistas, pessoas e empresas prestadoras de serviços. Dado que este tema ainda não recebeu amplo debate público, o objetivo é sensibilizar e conscientizar o público sobre a existência desta forma de discriminação, capacitando as pessoas a identificá-la e refletir sobre a questão. Adicionalmente, espera-se que a leitura deste artigo engaje quem o lê a partilhar essas informações em seus círculos sociais (amigos e amigas, familiares, colegas de trabalho etc.), pois a disseminação do conhecimento sobre a Taxa Rosa aumenta a probabilidade de questionamento e demanda pela sua consideração na agenda política.

2. Enquadramento Teórico

Antes de adentrarmos na discussão sobre a Taxa Rosa, é pertinente apresentar alguns conceitos fundamentais relacionados à igualdade de gênero. Esta abordagem visa assegurar que todas as pessoas interlocutoras possuam um nível uniforme de informação e partam de uma base comum para o diálogo.

Todos os indivíduos distinguem-se por suas características, identidades, relações e fatores sociais (UN WOMEN, 2021).

O sexo e o gênero representam algumas dessas características, categorizando os seres humanos entre mulheres e homens, seguindo um sistema binário² de classificação. O sexo corresponde às características físicas, fisiológicas e biológicas – tais como cromossomos, gônadas, hormônios, sistema reprodutivo interno, e genitália externa – que definem os seres humanos como mulheres e homens (EIGE; LIPS 2018; UN WOMEN). Já o gênero refere-se a papéis, comportamentos, atividades e atributos que uma sociedade específica, em determinado período, considera apropriados para mulheres e homens, meninas e meninos. Trata-se de uma construção social, que varia entre culturas e ao longo do tempo, influenciando atributos sociais e oportunidades associadas ao ser mulher ou homem, bem como as relações entre mulheres e homens, e entre mulheres e entre homens (EIGE; UN WOMEN).

Embora sejam conceitos distintos, sexo e gênero estão interligados e exercem influência mútua. Um exemplo dessa interconexão reside no fato de as mulheres poderem engravidar, o que contribui para moldar as expectativas sociais em torno do papel materno. Da mesma forma, a tendência dos homens em serem fisicamente mais fortes, com corpos de maior porte em comparação com as mulheres, amplifica as pressões sociais e incentiva-os a moldar-se a esse padrão físico (LIPS, 2018).

Outros quatro conceitos são essenciais para a compreensão das diversas desigualdades de gênero presentes na sociedade. São eles: *identidade de gênero*, que expressa a maneira como um

2 É importante ressaltar que os seres humanos possuem mais identidades de gênero e orientações sexuais do que o sistema binário de classificação entre mulher e homem, e feminino e masculino. No entanto, para facilitar a abordagem do tema Taxa Rosa, sobre o qual versa este capítulo, optei por escrever com a abordagem tradicional de classificação binária.

indivíduo identifica-se, seja como homem, mulher, não-binário ou gênero fluido; *papel de gênero* ou *expressão de gênero*, que corresponde ao conjunto de comportamentos considerados apropriados para homens e mulheres em uma cultura específica; *orientação sexual*, que expressa a quem uma pessoa sente-se atraída, seja do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos, ou sem importar o sexo da outra pessoa para que a atração ocorra; e *estereótipos de gênero*, que influenciam as expectativas em relação a qualidades, prioridades e necessidades individuais de mulheres e homens, em diferentes contextos (ELLEMERS, 2017; LIPS, 2018; SCARBOROUGH & RISMAN, 2018).

Na sequência desta breve contextualização teórica acerca de conceitos fundamentais vinculados à igualdade de gênero que desempenham um papel crucial na contextualização do tema abordado neste artigo, abordarei a denominada “taxa rosa”.

3. A Taxa Rosa

3.1. O que é a Taxa Rosa?

A cor rosa está intrinsecamente associada à feminilidade e é amplamente reforçada pelo “acordo social” na maioria dos países. Inúmeros símbolos dirigidos às mulheres adotam a cor rosa, como o laço cor-de-rosa da campanha internacional de sensibilização para o câncer de mama e os produtos comercializados para as mulheres, que frequentemente apresentam a tonalidade rosa em sua embalagem (YAZICIOĞLU, 2018).

A influência do rosa como símbolo de gênero é notável no vestuário, mas também em outros itens pessoais utilizados por

mulheres e homens. Embora seja comum as mulheres utilizarem o azul, persiste um tabu em relação aos homens utilizarem produtos cor-de-rosa (PAOLETTI, 2012; YAZICIOĞLU, 2018). PAOLETTI (2012) destaca que:

As meninas podem usar azul, desde que outros elementos de estilo – folhos, mangas bufantes – se sobreponham ao fraco significado “masculino”. Mas o cor-de-rosa supera toda e qualquer tentativa de o neutralizar. (...) o cor-de-rosa continua a ser um símbolo de feminilidade e é provável que continue a sê-lo durante algum tempo.³

A discriminação de preços baseada no gênero consiste na prática de estabelecer preços mais elevados para produtos e serviços destinados a mulheres e homens em comparação com produtos e serviços semelhantes voltados para o público do gênero oposto (DUERSTEHAUS *et. al.*, 2011; GUITTAR *et. al.*, 2021; JACOBSEN, 2018; METZINGER, 2020; YAZICIOĞLU, 2018). Além disso, pode envolver embalagens que contenham uma quantidade menor de produto em produtos destinados a mulheres ou homens em comparação com os seus equivalentes cujo público-alvo seja do gênero oposto (DUERSTEHAUS *et. al.*, 2011; GUITTAR *et. al.*, 2022). A partir da breve contextualização da cor rosa – e considerando que essa prática afeta sobretudo as mulheres – torna-se possível compreender o termo “taxa rosa”, uma das designações para a discriminação de preços baseada no gênero. Este tipo de discriminação é também conhecido como *gender pricing*, *woman tax* ou *gender tax* (MANZANO-ANTÓN *et. al.*, 2018; SALMAN & EL AYOUBI, 2019; YAZICIOĞLU,

3 Tradução feita pela autora.

2018). Yazicioğlu (2018) aponta a possível origem do termo taxa rosa na França, resultante de uma campanha promovida pelo grupo de direitos das mulheres Georgette Sand, em outubro de 2014⁴.

A Taxa Rosa é um fenômeno cada vez mais discutido, especialmente nos meios digitais. Relatórios encomendados por agências governamentais, estudos independentes e algumas pesquisas acadêmicas têm demonstrado a relevância da discussão da taxa rosa para as e os consumidoras e consumidores e para a sociedade, em conjunto com as autoridades públicas e as empresas. No entanto, ainda existem lacunas a serem preenchidas para esclarecer a magnitude do problema, suas causas e implicações, visando uma possível melhoria, solução e apoio à ação das pessoas responsáveis por decisões políticas (JEC, 2016; DUESTERHAUS *et. al.*, 2011; MANZANO-ANTÓN *et. al.*, 2018; DE LA FUENTE *et. al.* 2016).

Ao contrário de outras questões relacionadas com a discriminação baseada no gênero, como a diferença salarial entre homens e mulheres e o acesso à terra, a fixação de preços com base no gênero não tem recebido uma atenção significativa por parte do mundo acadêmico e de outras instituições. Organizações internacionais como a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico)⁵, o EIGE (Instituto

4 O movimento teve início em outubro de 2014 com uma petição em linha intitulada *Monoprix: Stop aux produits plus chers pour les femmes! #Womantax*. Em poucos meses, o termo *woman tax* transformou-se em *taxe rose*, o termo francês para taxa rosa. A provável mudança do termo *woman tax* para *pink tax* deve-se à cor dos produtos demasiado caros. Os produtos principais escolhidos para a campanha foram as lâminas de barbear cor-de-rosa e azuis (YAZICIOĞLU, 2018).

5 Disponível em: <https://data.oecd.org/earnwage/gender-wage-gap.htm>

Europeu para a Igualdade de gênero)⁶, e o Banco Mundial⁷, já incorporam a disparidade salarial entre homens e mulheres em seus dados de monitorização, indicando que as mulheres ganhavam, em média, 23,0% menos do que os homens, a nível mundial, em 2022⁸. No entanto, ainda persiste um desconhecimento e desinteresse em relação à avaliação do impacto da discriminação de preços com base no gênero na esfera financeira privada, nomeadamente no caso das mulheres.

A análise comparativa entre as disparidades salariais e de consumo (em que as mulheres tendem a receber salários mais baixos que os homens e a pagar mais por produtos e serviços) poderia ser objeto de estudos por parte dessas instituições ou de quem formula políticas públicas, visando abordar essas questões de modo efetivo.

3.2. A Taxa Rosa abordada pela Academia

Não obstante a limitada quantidade de estudos sobre a prática de precificação fundamentada no gênero, há algumas pesquisas que se dedicam a investigar essa temática. A seguir, serão apresentados alguns dos resultados obtidos nessas análises.

Em 1990, um teste de auditoria conduzido em Chicago, que englobou mais de 400 negociações independentes em mais de 200 concessionárias de automóveis novos, revelou disparidades significativas na precificação com base no gênero. Este estudo evidenciou que as mulheres brancas, ao negociarem a compra de um veículo novo, estavam propensas a receber uma oferta inicial que excedia em 200 dólares (29,0%) aquela

6 Disponível em: <https://eige.europa.eu/gender-equality-index>

7 Disponível em: <https://wbl.worldbank.org/en/reports>

8 Disponível em: <https://www.forbes.com/advisor/business/gender-pay-gap-statistics/>.

oferecida aos homens brancos. Para as mulheres negras, essa disparidade atingiu 470 dólares (65,0%) em relação às ofertas destinadas aos homens brancos (AYRES, 2001).

É notável que, mesmo após adotarem estratégias de negociação padronizadas, equiparadas às dos auditores masculinos, as mulheres brancas foram confrontadas com uma oferta final que se elevava em 215 dólares (50,0%) em comparação com aquela destinada aos homens brancos. Por sua vez, as mulheres negras, ao término das negociações, receberam orçamentos que ultrapassavam os 446 dólares, representando o dobro do montante ofertado aos homens brancos (AYRES, 2001).

No Reino Unido, as mulheres incorriam em um custo médio 43,0% superior ao dos homens por um serviço de corte de cabelo em estabelecimentos unissex (LISTON-HEYES & NEOKLEOUS, 2000). Whittelsey e Carroll (1995) observaram que as mulheres desembolsavam montantes superiores aos dos homens por diversos artigos de vestuário semelhantes, exemplificado por um suéter idêntico que apresentava um custo 49,0% maior para as mulheres em comparação aos homens (145 dólares para as mulheres e 97,50 dólares para os homens). O economista-chefe da *American Apparel Association*, Carl Priestland, argumentou:

Desde os anos 1920, os retalhistas compram e comercializam o vestuário feminino de forma diferente do masculino. A maior parte dessas diferenças são agora tradição. A forma como o vestuário de mulher é vendido ao varejista é diferente do de homem, e os próprios varejistas

têm um sistema de preços diferente para o vestuário de mulher e para o de homem. Mesmo em áreas em que o vestuário é *unisex*, como as blusas de malha, esta peça no departamento de homem será vendida por menos do que a mesma blusa de malha no departamento de mulher (WHITTELSEY E CARROLL 1995)⁹.

Duersterhaus et. al. (2011) verificaram que as mulheres tendem a desembolsar quantias superiores por desodorantes (25,0% mais por grama), cortes de cabelo (54,0%), e camisas lavadas a seco (92,0%). Outro estudo desenvolvido por Guittar et. al. (2022) identificou que os desodorantes (20,0% mais por onça), juntamente com as loções (73,0% e 56,5% a mais por onça para as loções não especializadas e especializadas, respectivamente), figuram como produtos nos quais as mulheres, em média, incorremem custos superiores em relação aos homens. Por outro lado, os homens apresentam uma despesa média 86,5% maior à das mulheres em géis/cremes de barbear (GUITTAR et. al., 2022).

As normas de gênero prevalentes na sociedade exercem influência no desenvolvimento e na comercialização de produtos e serviços “genderizados”, perpetuando distinções de gênero, mesmo em meio a debates sobre a fluidez de gênero ou a não-conformidade de gênero na era pós-gênero no mercado (DUESTERHAUS et. al., 2011; GUITTAR et. al., 2022). Duesterhaus et. al. (2011) propõem dois pilares subjacentes às diferenças de preço entre mulheres e homens: (1) a percepção natural e comum, por parte das mulheres, de pagar mais do que

⁹ Tradução feita pela autora.

os homens por produtos ou serviços essencialmente idênticos, e (2) a crença das mulheres de que os produtos de gênero atendem às suas necessidades específicas enquanto mulheres, ao passo que os produtos masculinos não o fazem. Nesse contexto, a justificativa para a categorização de produtos de gênero se fundamenta em diferenças intrínsecas ao sexo (por exemplo, níveis de pH, hormônios) ou particularidades associadas ao gênero (por exemplo, cuidados pessoais, práticas de higiene) (DUESTERHAUS *et. al.*, 2011).

De fato, a discriminação de preços pressupõe que todas as pessoas consumidoras possuem uma “disponibilidade para pagar” distinta por um bem ou serviço específico (FERRELL *et. al.*, 2018). Na esfera econômica, a prática de fixação de preços em função do gênero configura uma discriminação de preços de terceiro grau, derivada das diferentes elasticidades de demanda das pessoas consumidoras, a quem são aplicados preços diferentes com base em características observáveis, tais como gênero, localização ou idade. As outras duas formas de discriminação de preços podem manifestar-se em primeiro grau, baseando-se na demanda e na disponibilidade individual das pessoas consumidoras para pagar por um produto ou serviço. A discriminação de preços em primeiro grau é pouco comum, dada a impossibilidade de os vendedores atenderem às expectativas de preço de todas as pessoas que compram. Contudo, a negociação e a licitação entre quem compra e quem vende assemelham-se a este tipo de discriminação de preços. Já a discriminação de preços de segundo grau ocorre quando grupos de consumidores e consumidoras adquirem com base na quantidade ou no tempo relacionados à natureza do produto ou serviço, como por exemplo, um plano telefônico que cobra uma

tarifa mais elevada por minutos excedentes ao pacote contratado (FERRELL *et. al.*, 2018).

Corroborando os dois pilares para as diferenças de preços baseadas no gênero propostos por Duerstehaus *et. al.* (2011), os resultados do estudo realizado por Ferrell *et. al.* (2018) acerca dos preços de cortes de cabelo e lavagem de roupa indicam que os homens tendem a demonstrar menor sensibilidade e possuem expectativas mais altas em relação a pagar valores mais baixos por serviços similares prestados às mulheres. As mulheres, pelo contrário, são as que expressam os sentimentos mais negativos quando confrontadas com preços baseados no gênero e, adicionalmente, são as que apresentam maior propensão para aceitar este tipo de discriminação em comparação com os homens.

3.3. A Taxa Rosa fora do Contexto Acadêmico

Vários estudos e relatórios, encomendados por agências governamentais e organizações de defesa dos direitos das mulheres em diferentes partes do mundo, têm explorado a problemática da discriminação de preços baseada no gênero. De seguida, são fornecidos exemplos de estudos conduzidos em diversos países que evidenciam a incidência da taxa rosa no consumo.

No Canadá, duas pesquisas realizadas pela ParseHub, em 2016 e 2021, mostraram que as mulheres pagavam 43,0% e cerca de 50,0%, respectivamente, mais do que os homens por produtos de cuidados pessoais. Embora sejam apenas dois estudos, esses resultados mostram a desigualdade de gênero nas despesas associadas a produtos de cuidados pessoais. Em 2016, a amostra incluiu 3.191 produtos de cuidados pessoais (tais como produtos para o cuidado dos cabelos, desodorantes, lâminas de

barbear/depilar, cremes e loções de barbear/depilar, sabonetes líquidos) de três redes varejistas canadenses populares. Nesse ano, a ParseHub estimou que as mulheres despendiam, em média, 497 dólares anualmente em produtos de higiene pessoal (considerando também os produtos sanitários femininos, como absorventes), enquanto os homens despendiam 282 dólares. Importa salientar que, em todas as categorias de produtos, as mulheres suportavam uma carga financeira superior à dos homens, com a diferença de preços variando entre 12,0% (cuidados com o cabelo) e 63,0% (lâminas de barbear).

No ano de 2021, a ParseHub constatou um aumento na disparidade entre os preços praticados para mulheres e homens, em comparação com o ano de 2016. Essa pesquisa comparou mais de 1.000 produtos de duas redes varejistas populares no Canadá (*Walmart* e *Shoppers Drug Mart*) e descobriu que as mulheres estavam pagando aproximadamente 51,0% a mais por 100g de desodorante, 66,0% a mais por 100g de sabonete líquido e, em média, 5,0% a mais por uma lâmina de barbear.

Em 2017, uma pesquisa conduzida por estudantes do programa de Mestrado em Comportamento do Consumidor da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing), no Brasil, revelou que, em média, as mulheres pagavam 12,3% a mais que os homens por produtos semelhantes. Diversas categorias foram analisadas, incluindo vestuário (nos segmentos bebê, criança e adulto), cuidados pessoais, serviços, alimentação e brinquedos. Os resultados demonstraram que: (i) as mulheres desembolsavam 17,0% mais do que os homens por vestuário para pessoas adultas; (ii) roupas de bebê custavam 23,0% mais para meninas do que para meninos; (iii) produtos de cuidados pessoais eram 4,0% mais caros para mulheres em comparação

com homens; (iv) cortes de cabelo para mulheres representavam um acréscimo de 27,0% em relação aos homens; e (v) brinquedos direcionados a meninas custavam 26,0% mais do que seus equivalentes destinados a meninos. O estudo levanta questionamentos, visto que as mulheres constituem aproximadamente 65,0% do público consumidor do varejo supermercadista no Brasil, fato que levaria a que essa alta demanda resultasse em preços mais competitivos para as mulheres, dada a maior produção e otimização de custos associados. Todavia, tal expectativa não se materializa na prática.

Também em 2017, uma pesquisa encomendada pela FADA (Agência Federal Anti-Discriminação) da Alemanha revelou que, dentre 1.682 produtos examinados, incluindo brinquedos, vestuário para pessoas adultas e crianças, e produtos de higiene pessoal, em torno de 85,0% não apresentavam uma diferença significativa de preços entre gêneros. No entanto, cerca de 3,7% dos produtos analisados no varejo demonstraram variações de preços, com 2,3% desses casos evidenciando que as mulheres pagavam mais caro pela variante feminina do mesmo produto, em oposição a 1,4% de incidência inversa, em que os homens pagavam mais pela variante masculina do produto. Por exemplo, na rede de supermercados Aldi, uma embalagem contendo quatro recargas de lâminas de barbear cor-de-rosa custava 15,4% mais do que as lâminas na cor azul. No site da *Toys 'R' Us*, um saltador espacial da Disney com a marca das princesas da franquia *Frozen* tinha um preço 12,7% superior ao de uma versão do filme *Cars*, destinada aos meninos.

Contudo, a discrepância de preços aumentou para 59,0% nas categorias de serviços analisadas, que englobou corte de cabelo, limpeza a seco, cosmética facial e alfaiataria, apesar

dos serviços fornecidos serem essencialmente idênticos para homens e mulheres. Foram auditados 381 serviços, sendo que 50,0% eram mais caros para as mulheres e 9,0% para os homens. Destacam-se os serviços oferecidos por lavanderias e salões de cabeleireiros e cabeleireiras: (i) 32,0% das lavanderias aplicavam taxas fixas diferentes para camisas masculinas e blusas femininas, resultando em um custo médio de limpeza a seco de blusas em 1,80 euros em comparação com a limpeza de camisas masculinas; e (ii) 89,0% de cabeleireiros e cabeleireiras praticavam preços distintos para os mesmos cortes de cabelo curtos, destinados a mulheres e homens, com as mulheres pagando, em média, 12,50 euros a mais.

Em Outubro de 2014, o coletivo Georgette Sand, na França, citada anteriormente e que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens naquele país, iniciou uma petição intitulada *Monoprix: Acabem com os produtos mais caros para as mulheres! #Womantax*.¹⁰ A ação tinha como objetivo exigir que o *Monoprix*, uma das principais redes de supermercados em França, equiparasse os preços de seus produtos e de outras marcas distribuídas, com a especificação nos rótulos do valor das versões masculina ou feminina do produto quando os departamentos feminino e masculino são diferenciados. Um estudo de mercado realizado na cadeia de supermercados *Monoprix*, em 2014, revelou que as mulheres pagavam quase 112,0% a mais que os homens por lâminas de barbear/depilar descartáveis cor-de-rosa, 20,0% a mais por espuma para barbear/depilar, e 2,5% a mais por desodorantes roll-on. Além disso, foi constatada uma disparidade significativa

10 Tradução feita pela autora.

nos preços dos cortes de cabelo, em que as mulheres desembolsavam 65,0% a mais do que os homens.

O alcance da petição promovida pelo grupo Georgette Sand – que angariou quase 50.000 assinaturas – e os dados reunidos no estudo de mercado inspiraram o governo francês a conduzir uma investigação aprofundada sobre as discrepâncias de preços entre os gêneros no país. A análise concentrou-se em três categorias de produtos (desodorante em spray, lâminas de barbear/depilar descartáveis, e hidratantes para a pele), e três categorias de serviços (chaveiro, oficinas de reparação de automóvel, e serviços de mudanças). No entanto, o relatório final publicado em 2015 concluiu que as diferenças de preços entre os gêneros não eram sistemáticas.

Ainda na França, uma pesquisa de 2019 divulgada no site Statista¹¹ revelou que, relativamente aos *eaux de toilette* e perfumes, 74,0% das versões femininas eram mais caras. Em 17,0% dos casos, o frasco estava disponível ao mesmo preço em todas as versões, ao passo que os restantes 9,0% dos frascos analisados eram mais caros na versão destinada aos homens.

Na Espanha, um estudo encomendado pelo eurodeputado Ernest Urtasun em 2016, intitulado *La fiscalidad en España desde una Perspetiva de Género*, identificou uma diferenciação de preços entre mulheres e homens em cinco categorias de produtos (brinquedos, perfumes, lâminas de barbear, camisetas para crianças, e calças jeans para pessoas adultas). Os dados foram coletados em três lojas online para cada grupo de produtos, abrangendo estabelecimentos como *El Corte Inglés*,

11 Dados disponíveis online em: <https://www.statista.com/statistics/1182913/share-fragrances-higher-prices-women-men-versions-france/>

Toys 'R' Us, Mercadona, Sephora e Levi's. Com exceção das camisetas para crianças, os demais grupos de produtos apresentaram preços mais elevados para as mulheres e meninas, com diferenças que variavam entre 0,27% e 32,0% em relação a produtos homólogos dirigidos a homens e meninos.

Em 2015, o antigo Departamento de Defesa do Consumidor da Cidade de Nova Iorque (NYC-DCA, na sigla em inglês)¹² realizou a maior pesquisa de preços até o momento. Através da consulta e coleta de preços de 794 produtos de 35 categorias pertencentes a cinco indústrias (brinquedos e acessórios, vestuário infantil, vestuário adulto, produtos de higiene pessoal, e produtos de assistência domiciliar para pessoas idosas). Dentre as descobertas destacam-se: (i) em todas as cinco indústrias analisadas, os produtos femininos apresentavam um custo médio cerca de 7,0% mais elevado do que suas versões contrapartes masculinas; (ii) em 30 das 35 categorias analisadas, os produtos direcionados às mulheres exibiram preços superiores aos destinados aos homens; (iii) as mulheres arcavam com custos mais elevados em 42,0% das situações, enquanto os homens enfrentavam essa disparidade apenas em 18,0% das vezes, sendo que nos 40,0% restantes os preços eram iguais. Em 1994, estudos encomendados pela então deputada estadual Jackie Speier estimaram que as mulheres pagavam anualmente um “imposto de gênero” de aproximadamente 1.351 dólares pelos mesmos serviços prestados aos homens (NYC-DCA, 2015).

Ainda que alguns dos estudos consultados não cheguem à conclusão de que a diferença de preços ocorre de maneira sistemática, todos apresentam indícios da prática de discrimi-

12 Em 2019, esta agência governamental da Cidade de Nova Iorque mudou o seu nome para Departamento de Proteção do Consumidor e do Trabalhador (NYC-DCWP, na sigla em inglês).

nação de preços com base no gênero, afetando principalmente as mulheres. As categorias de serviços parecem contribuir de forma mais pronunciada para as discrepâncias de preços entre mulheres e homens, atingindo diferenças superiores a 50,0%. Embora tenham sido formuladas nos Estados Unidos algumas políticas públicas, como leis e outros instrumentos legais, para abordar a questão da taxa rosa, essas iniciativas, por si só e sem fiscalização adequada, não alcançam a eficácia necessária para erradicar a discriminação de preços baseada no gênero. No entanto, as leis contribuem para reduzir as diferenças de preços entre mulheres e homens a limiares não significativos do ponto de vista estatístico (AGUIAR, 2024).¹³

4. Considerações Finais

A disparidade salarial entre homens e mulheres é uma problemática frequentemente discutida e amplamente divulgada na sociedade, sendo tema de debates em organizações internacionais como a ONU e o Banco Mundial. No entanto, há uma lacuna notável na discussão em torno do fato de que, além de receberem, em média, salários mais baixos do que os homens, as mulheres também incorrem em despesas mais elevadas na aquisição de produtos e serviços semelhantes aos consumidos por homens. A Taxa Rosa, fenômeno abordado desde a década de 1990 nos Estados Unidos, parece não ter convencido plenamente agentes de outros países a investigarem mais a fundo esta questão e a adotarem medidas para combatê-la. Embora a opinião sobre a Taxa Rosa não seja unânime – o que é comum em temas relacionados à igualdade de gênero e justiça

13 Esta conclusão consta na pesquisa que desenvolvi na minha tese de doutoramento, que até a data da escrita deste artigo, ainda não foi publicada para acesso aberto.

social – as pesquisas empreendidas para explorar sua prática fornecem dados que, no mínimo, indicam que as diferenças de preços praticadas não são necessariamente justificadas por fatores objetivos, como o tempo necessário para a prestação do serviço, a quantidade de produto utilizada, ou diferenças notórias nos componentes de um produto, entre outros.

Embora as mulheres sejam as principais impactadas pela taxa rosa, os homens também enfrentam suas consequências em algumas categorias de produtos e serviços. A erradicação da discriminação de preços baseada no gênero traz benefícios para toda a sociedade, promovendo a justiça social. Não deveríamos sujeitar-nos a pagar mais devido ao nosso gênero, independentemente de nossa identificação pessoal ou da categorização imposta pela sociedade. A conscientização sobre este tópico possibilita a autorreflexão das pessoas, tornando-as conscientes desta forma de discriminação. Isso, por sua vez, capacita-as a demandar a implementação de políticas públicas efetivas por parte de quem formula políticas. A eliminação da taxa rosa implica superar uma mentalidade profundamente enraizada na sociedade, e, portanto, requer tempo. Nas palavras da eurodeputada Maria Manuel Leitão Marques, tal empreendimento exige “paciência, resiliência e persistência” para efetuar mudanças na estrutura social. O fornecimento de informações e a conscientização constituem o primeiro passo, contribuições que este capítulo aspira ter proporcionado.

5. Referências

DUESTERHAUS, M.; GRAUERHOLZ, L.; WEICHSEL, R.; GUITTAR, N. A. The Cost of Doing Femininity: Gendered Disparities in Pricing of Personal Care Products and Services. **Gender Issues**, v. 28, p. 175-191, Oct. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12147-011-9106-3>. Acesso em: 18 nov. 2023.

DUGAROVA, E. **Gender Equality as an Accelerator for Achieving the Sustainable Development Goals**. 2018. United Nations Development Programme.

DW. Women getting ripped off: In Germany, pink razors cost more. DW, 20 dec. 2017. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2piTH>. Acesso em: 18 nov. 2023.

EIGE - European Institute for Gender Equality. **Glossary and thesaurus**. Disponível em: <https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus>. Acesso em: 22 out. 2023.

EIGE - European Institute for Gender Equality. **Gender Equality Index**. Disponível em: <https://eige.europa.eu/gender-equality-index>. Acesso em: 22 out. 2023.

FADA - Federal Anti-Discrimination Agency. **Factsheet "Gender Pricing in Germany"**. 1 Nov. 2017. Disponível em: https://www.antidiskriminierungsstelle.de/SharedDocs/forschungsprojekte/EN/Studie_Preisdifferenzierung_n_Geschlecht_en.html. Acesso em: 22 out. 2023.

FERRELL, O. C.; KAPELIANIS, D.; FERRELL, L.; ROWLAND, L. Expectations and Attitudes Toward Gender-Based Price Discrimination. **Journal of Business Ethics**, v. 152, p. 1015-1032, Nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3300-x>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CHANGE.ORG. **Monoprix**: Stop more expensive products for women! #Womantax. Georgette Sand Collective. França. Disponível em: <https://www.change.org/p/monoprix-stop-aux-produits-plus-chers-pour-les-femmes-womantax>. Acesso em: 18 nov. 2023.

HAAN, K.; REILLY, K. Gender Pay Gap Statistics In 2023. **Forbes**, 27 fev. 2023. Disponível em: <https://www.forbes.com/advisor/business/gender-pay-gap-statistics/>. Acesso em: 22 out. 2023.

JACOBSEN, K. A. Rolling Back the “Pink Tax”: Dim Prospects for Eliminating Gender-Based Price Discrimination in the Sale of Consumer Goods and Services. **California Western Law Review**, v. 54, n. 2, p. 241-266, Spring 2018. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.cwsl.edu/cwlr/vol54/iss2/2>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FUENTE, M. de la; Martínez, M.; Cutillas, S.; Fresnillo, I. La fiscalidad en España desde una Perspectiva de Género. 2016. **Institut per a l'Estudi i la Transformació de la Vida Quotidiana**. Disponível em: <https://www.ernesturtasun.eu/wp-content/uploads/2018/01/Informe-Final-Fiscalitat-Impr%C3%A8s.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NCPE – National Commission for the Promotion of Equality. **Step-by-Step Guide for Gender Impact Assessment**, publicação que faz parte do projeto VS/2010/0819 Gender Mainstreaming – in Practice (2010-2012). Disponível em: https://ncpe.gov.mt/en/Documents/Projects_and_Specific_Initiatives/Gender_Mainstreaming-in_Practise/gmip_step_by_step.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

NYC-DCA – New York City – Department for Consumer Affairs. **From Cradle to Cane**: The Cost of Being a Female Consu-

mer. 2015. Disponível em: <https://www1.nyc.gov/assets/dca/downloads/pdf/partners/Study-of-Gender-Pricing-in-NYC.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. **Gender wage gap**. Disponível em: <https://data.oecd.org/earnwage/gender-wage-gap.htm>. Acesso em: 22 out. 2023.

PAOLETTI, J. B. **Pink and Blue**: Telling the Boys from the Girls in America. Bloomington: Indiana University Press, 2012, 192 p.

PARSEHUB BLOG. **Pink tax is real**: women pay 43% more for personal care products in Canada. 30 Mar. 2016. Disponível em: <https://www.parsehub.com/blog/pink-tax-is-real-women-pay-43-more-for-personal-care-products-in-canada/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PARSEHUB BLOG. **Does The Pink Tax Still Exist? From our Research, Yes**. 3 Feb. 2021. Disponível em: <https://www.parsehub.com/blog/pink-tax-women-pay-more/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

EQUIPE DO PORTAL. Pink Tax: a desigualdade de gênero no mercado. Portal Jornalismo ESPM, 4 Mai. 2021. Disponível em: <https://jornalismorio.espm.br/geral/88577/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SALMAN, D.; Ayoubi, S. El. Gender-Based Price Discrimination: The Cost of Being a Woman. **Proceedings of Business and Economic Studies**, v. 2, n. 5, p. 32-38, Oct. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26689/pbes.v2i5.729>. Acesso em: 12 nov. 2023.

UN WOMEN. **Gender Equality Glossary**. Disponível em: <https://trainingcentre.unwomen.org/mod/glossary/view.php?id=36>. Acesso em: 22 out. 2023.

UN WOMEN. **Intersectionality Resource Guide and Toolkit – An Intersectional Approach to Leave No One Behind**. 2021. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2022/01/intersectionality-resource-guide-and-toolkit>. Acesso em: 22 out. 2023.

WORLD BANK. **Women, Business and the Law**. Disponível em: <https://wbl.worldbank.org/en/reports>. Acesso em: 22 out. 2023.

YAZICIOĞLU, A. E. **Pink Tax and the Law: Discriminating Against Women Consumers**. Oxon and New York: Routledge, 2018, 102 p.

ORÇAMENTO SECRETO: UMA ANÁLISE ACERCA DE SUA ADEQUAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ORÇAMENTÁRIOS

Marina Carlos França¹
Alair Silveira²

1. Introdução

O fenômeno que se convencionou denominar de *orçamento secreto* consiste no uso das emendas do relator-geral do orçamento, de forma ampliada, para inclusão de novas despesas públicas no Projeto de Lei Orçamentária da União sem: I. identificação do proponente e clareza sobre a destinação; e, II. necessidade de aprovação pelos seus pares e de execução obrigatória por parte do Poder Executivo. No plano contábil, nada mais é do que uma porção do orçamento da União destinada a um tipo específico de emenda parlamentar: as emendas do Relator-Geral do Orçamento.

1 Bacharel em Direito. Pós-graduada em Direito Público, Processo Civil, Direito Civil. MBA em Gestão do Poder Judiciário. Juíza de Direito. Mestranda em Política Social pelo Universidade Federal do Estado de Mato Grosso. Contato: marina8666@yahoo.com.br

2 Professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia e Ciência Política (SOCIP) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UFMT. Membro do Núcleo de Pesquisa MERQO/CNPq e do GTPFS/ADUFMAT/ANDES-SN. alair.silveira@ufmt.br

No Brasil, diversas crises político-institucionais já foram travadas em torno do planejamento orçamentário do Estado. Apenas em um breve recorte histórico, retomando a edição da Constituição da República em 1988, vários foram os escândalos envolvendo o apoderamento espúrio do Fundo Público.

Através de denúncias realizadas pelos veículos de imprensa (a exemplo do que ocorreu em maio de 2021³), foram descortinados vários esquemas; os quais foram objeto de investigações através de Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMIs), tais como: I. Esquema PC Farias (1992), II. Anões do Orçamento (1993), III. Sanguessugas (2006), restando evidente as vulnerabilidades estruturais do sistema político-normativo brasileiro.

No ano 2022, as discussões acerca das emendas de relatoria geral do orçamento ganharam mais fôlego. Em razão da disputa eleitoral, os veículos de imprensa passaram a noticiar o uso do instituto com instrumento de compra de apoio político e meio para obtenção de novos mandatos eletivos.

Desta forma, as emendas seriam usadas como moeda de troca em negociações de votações de projetos de leis e escolha dos presidentes das Casas Legislativas, revelando, também, a formação de um esquema eleitoreiro, cujo objetivo era privilegiar os detentores de mandato eletivo, de forma a garantir a renovação de seus mandatos nas urnas, assim como se consubstanciou em arranjo político para apoio do Congresso Nacional ao então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (PL).

3 Em 08 de maio de 2021, o jornal Estado de São Paulo veiculou reportagem intitulada "Orçamento secreto bilionário de Bolsonaro banca trator superfaturado em troca de apoio no Congresso", a qual indicava a existência de esquema com a finalidade de obtenção de apoio político entre o Poder Executivo e sua base parlamentar. Esquema este que envolvia a liberação de emendas orçamentárias em troca de apoio das Casas Legislativas.

Passadas as eleições e iniciada a transição entre o então governo e o eleito (Luís Inácio Lula da Silva, PT), permanecem as notícias sobre manobras orçamentárias para liberação de verbas do *orçamento secreto*, as quais estariam remodelando o orçamento através da criação de artifícios criticados pelos próprios técnicos do Governo Federal⁴.

2. Estado ampliado como interdependência entre sociedade civil e sociedade política

O instituto (ou fenômeno) que nos propomos a estudar se desenvolve no bojo Estado, dentro de seus poderes basilares (Poderes Executivo e Legislativo), tais como colocados pela Constituição da República (art. 2º da CF/88) e sob a forma de governo adotada (art. 1º da CF).

O poder estatal se mantém pela legitimidade, não sendo o Estado uma instituição dotada de neutralidade. Embora ele precise assim parecer, de maneira a assegurar (sob a aparência de neutralidade) a naturalização necessária à realização da valorização do capital (OFFE, 1984).

Na sociedade capitalista, o Estado possui um papel central, pois além de fundamentar a existência de toda a ordem jurídica vigente através de um Poder Comum, também garante o seu cumprimento através dos meios coercitivos necessários.

O Estado, porém, não deve ser entendido apenas como aparato estatal (ou burocrático), mas de forma ampliada, conforme compreendido por Antonio Gramsci (1989), isto é, integrado, também, pela sociedade civil. Para o referido autor, o Estado

4 <https://www.estadao.com.br/economia/comissao-do-congresso-aprova-projeto-com-manobras-para-liberar-verbas-do-orcamento-secreto/>. Acesso em 27 de novembro de 2022.

engloba tanto a sociedade política como a sociedade civil: a primeira monopoliza a coerção, mas esta não está dissociada da segunda. De forma interdependente, a sociedade civil está inserida na sociedade política, o que implica que o Estado não é tão somente poder coercitivo inafastável ou tão somente estrutura para execução e manutenção dos interesses da classe dominante.

Desta maneira, a sociedade civil não se confunde com a estrutura do Estado, muito embora seja parte indissociável de sua concepção, pois embora Gramsci reconheça que o Estado é o detentor do monopólio da força, ele, paradoxalmente, subordina-se à sociedade civil. Em outras palavras, depende da legitimidade⁵ que lhe é dada por ela.

O Estado ampliado significa a existência de um maior grau de convencimento, muito embora não se elimine a coerção. Os pontos e momentos consensuais ocorrem ante a atuação da sociedade civil, dos aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, os integrantes de entidades associativas são educados, preparados para defenderem certas posições sociais e para adotar uma certa postura sociável. Conforme assevera Gramsci (2001, p. 20-21):

Por enquanto, podem se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em

5 No artigo *Estado para quem?* Silveira (2017) analisa mais detidamente este aspecto.

toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizadas e conectivas. Os intelectuais são os “pressupostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dadas as grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo.

De acordo com o pensador italiano, a sociedade civil atua dialeticamente, na medida em que ao mesmo tempo em que se sujeita às estruturas capitalistas, também pode miná-las. Conforme pontua Fontes (2009)⁶, a sociedade civil “expressa contradições e ajustes entre frações da classe dominante e, ao mesmo tempo, nela se organizam também as lutas entre as classes”.

A relação umbilicalmente desenvolvida com o Estado se dá de duas formas. Por um lado, as entidades associativas (ou grupo delas) facilitam a conquista de postos no Estado. Estes

6 <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socconv.html>.

postos não são apenas cargos eletivos, disputados através das eleições periódicas, mas, também, burocráticos (principalmente os cargos e funções de confiança). Por outro lado, há a atuação do Estado, da sociedade política e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação de suas próprias diretrizes. (FONTES, 2009).⁷

Cumprir destacar que, para Gramsci, sociedade civil é sociedade civil organizada, instituições das mais diversas naturezas que possuem forma e estrutura, a exemplo de jornais, igrejas, associações, sindicatos, partidos etc.

Estado e sociedade civil são interdependentes, possuem uma relação dialética as quais estão refletidas no *ser* e *agir* do Estado. Por esta razão, simultaneamente, resta assegurada sua direção pelos segmentos capazes de criar diretrizes, tornar sua defesa geral como refúgios da sociedade civil, difundindo sua visão de mundo. Neste particular, Gramsci (1989) sublinha o papel dos partidos políticos, difundidos através da mídia.

Afirmou-se que o protagonista do novo Príncipe não poderia ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político. [...] Embora cada partido seja a expressão de um grupo social e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o

7 <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/sociov.html>.

desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos. [...] Portanto, apresentam-se duas formas de “partido” que, como tal, ao que parece fazem abstração da ação política imediata: o partido constituído por um *elite* de homens de cultura, que têm a função de dirigir do ponto de vistas da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (na realidade, frações de um mesmo partido orgânico); e, no período mais recente, o partido de não-*elite*, mas de massas que como massas não têm outra função política que a de uma fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível [...] A massa é simplesmente de “manobra” e é “conquistada” com pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos de expectativa de idades fabulosas, nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas. (GRAMSCI, 1989, p. 22-24)

Conforme observa Silveira (2017), Gramsci reconhece a estrutura classista da sociedade capitalista, assim como o papel que compete ao Estado no processo de controle e legitimação da estrutura de dominação. O Estado para Gramsci, contudo, não se resume ao poder estrutural da classe dominante, na medida em que a classe trabalhadora (enquanto sociedade civil organizada) também atua sobre o Estado e, por isso, pode forçá-lo a fazer garantir políticas que não são de valorização do capital, mas de caráter social.

Considerando o Estado ampliado temos a compreensão de que o *orçamento secreto* espelha a atuação na sociedade civil dentro no Congresso Nacional, na medida em que, com a conquista de cargos eletivos, determinados segmentos sociais, ligados ao capital ganharam força, influenciando na aprovação das Leis Orçamentárias de 2020 e 2021. Através dessas leis, o *orçamento secreto* foi formal e materialmente criado, na medida em que permitiu que uma parcela dos parlamentares pudesse, supostamente, contribuir mais pontualmente com o desenvolvimento de suas bases eleitorais.

A sociedade política, por seu turno, também atuou no sentido de normatizar a situação dando-lhe uma aparência de legalidade, tanto que as leis passaram por todas as fases do processo legislativo, ganharam vigência e eficácia, produzindo efeitos, até serem declaradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) incompatíveis com o Ordenamento Jurídico Brasileiro.

O orçamento cada vez mais se descola da sociedade civil organizada representada pela parcela que representa os trabalhadores, e se aproxima dos interesses do capital ou da parcela da sociedade civil que representa seus interesses. Agindo por dentro do Estado e sobre o Estado, cada vez mais uma parcela maior do Orçamento é direcionada à esta fração da sociedade em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

Até a eclosão de reportagens jornalísticas, ou seja, até que estas articulações políticas ganhassem a grande mídia, provocando reações de partidos políticos e parlamentares excluídos dos “benefícios” acordados, assim como de alguns setores da sociedade, a destinação de recursos públicos ostentava total aparência de legalidade. Isto é: observava a legislação

orçamentária, tramitava normalmente e, por fim, era votada e sancionada dentro de toda formalidade legal.

Cumprir destacar, entretanto, que, em poucos anos, o instituto se expandiu de forma geométrica, ganhando um vulto cada vez maior dentro do orçamento da União. E a dinâmica continuou a se desenvolver mesmo depois das denúncias por parte da mídia, das manifestações de discordância por parte da sociedade e de membros das próprias Casas do Congresso Nacional.

Neste sentido, leciona Silveira (2017) que a sociedade civil organizada não está presente tão somente as arenas de disputa pelas agendas do governo, pois as disputas pelos interesses políticos contemplam, inclusive, a condução do próprio Estado.

A partir dos estudos de Gramsci, e observando o atual contexto, podemos perceber que a organização das vontades coletivas se converteu em aceitação da dominação. A edição de normas que permitem práticas como as adotadas no *orçamento secreto* permite o apoderamento do Fundo Público, sem que haja reação ou, então, que as reações sejam retardadas e/ou insuficientes. Isto é: somente ocorreram quando as práticas já estavam sendo executadas e que milhões de reais já haviam sido retirados dos cofres públicos, demonstrando a extensão do processo de alheamento social com relação à política institucional, reforçando o descolamento recíproco entre sociedade civil e sociedade política, na medida em que a primeira rejeita ou é indiferente à política congressional cotidiana; por outro lado, a sociedade política beneficia-se do alheamento para impor políticas orçamentárias que revitalizam seu próprio poder e penalizam a sociedade civil. Este aparente descolamento

recíproco retroalimenta os fundamentos da dominação hegemônica, sob a também aparente democratização institucional.

Assim, temos que a sociedade civil não pode se desassociar dos mecanismos privados de hegemonia. Tais mecanismos, nas palavras de Fontes (2009), constituem:

[...] formas concretas de organização de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser, de sociabilidade e de cultura, adequadas aos interesses hegemônicos (burgueses). [Revelam] a ampliação dos espaços de luta de classes nas sociedades contemporâneas, em sua íntima vinculação com o Estado. Seu objetivo é contribuir para superar o terreno dos interesses (corporativo) e o de uma vontade plasmada pela vontade estatal, defendendo uma sociedade igualitária.⁸

Ao se destinar parcela do Orçamento Público sem a devida transparência e sem, em última análise, obedecer aos princípios constitucionais (conforme depois declarado pelo STF) para beneficiar certa parcela da população (base eleitoral de cada parlamentar) resta sistematizada e interiorizada as relações sociais necessárias para legitimação da chegada de eventuais benefícios àquela população (mesmo que em detrimento do coletivo).

3. A centralidade do Orçamento público

O planejamento orçamentário de um Estado é de vital importância para o desenvolvimento de suas atividades. Os recursos para o financiamento de suas necessidades são finitos,

8 <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socconv.html>.

por esta razão o planejamento (onde e como gastá-los) assume protagonismo.

Além da função de manter o equilíbrio das finanças estatais, o orçamento incorpora, atualmente, funções políticas, econômicas e jurídicas, necessárias à intervenção do Estado junto à sociedade civil, através da adoção de políticas econômicas capazes de arrefecer os efeitos nefastos dos ciclos econômicos, assim como para promoção do desenvolvimento social.

A ciência das finanças exerce limites por meio de instrumentos de planejamento e controle financeiro, para que a vontade política exteriorizada pelos governantes não ceda espaço ao patrimonialismo e a atos de captura do poder, com capacidade de subverter gravemente os interesses públicos em benefício de projetos de governo inoficiosos, capazes de corromper a democracia e promover a demagogia.

Diante do amplo grau de discricionariedade presente na definição dos programas e ações do Estado e no montante necessário para sua execução, torna-se mais evidente e necessária a transparência na execução do orçamento, devendo as informações serem coesas, completas, claras e precisas, bem como verídicas quanto ao seu conteúdo, de forma que os órgãos de controle e toda a sociedade possam exercer o dever e a faculdade de fiscalização.

Neste sentido, o orçamento público se revela como a instrumentalização da atividade financeira do Estado, nos termos do art. 165, § 8º da Constituição Federal, com a função de estimar receitas e despesas para um período determinado. Desta forma, diante da estimativa de receitas é que são projetadas as despesas. Para sua satisfatória execução, é de se dizer

que se confirmada a arrecadação estimada, serão realizadas as despesas autorizadas. Consequentemente, exige-se que o orçamento público seja equilibrado.

Objetivando este planejamento, existe um amplo regramento composto por leis e outros atos normativos, adjetivadas comumente como Leis Orçamentárias, as quais são cíclicas, compondo o que se convencionou chamar de ciclo orçamentário.

As principais Leis Orçamentárias são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)⁹, podendo ser incluídas aqui também a Lei n. 4.320/1964, que “estatuí Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”¹⁰ e a Lei complementar 101¹¹ (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.

9 O PPA tem a função de estabelecer as diretrizes, objetivos de metas da Administração Pública Federal, elencando as prioridades para um interstício de 4 anos, os quais não correspondem ao mandato do presidente da República, de modo que no primeiro ano de seu governo, um presidente executa o PPA elaborado pelo governo anterior. E, assim, sucessivamente. Nele são definidos os programas de duração continuada de forma regionalizada, instituindo os objetivos e diretrizes da administração federal (art. 165, § 1º).

A LDO, por sua vez, compreende as “metas e prioridades da Administração Pública Federal”, estabelecendo “as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da Dívida Pública”, de maneira a orientar a elaboração da LOA (art. 165, § 2º). Sua função é a operacionalização das prioridades e metas previstas no PPA, adequadas com uma programação anual. Já a LOA dá à programação financeira mais concretude, na medida em que compreende o orçamento fiscal anual (receitas e despesas), o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social (art. 165, da CF/1988). É exigido que os três orçamentos federais conservem harmonia entre si e sejam elaborados em uma única peça (princípio da unidade orçamentária), contendo as finanças de todos os Poderes Públicos da União, órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta (princípio da universalidade orçamentária).

10 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm.

11 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

A fase de elaboração da peça orçamentária é realizada no âmbito do Poder Executivo (art. 84, XXIII da CF/88), a partir das estimativas de receitas e despesas dos órgãos e entidades, as quais são encaminhadas ao Ministério da Economia (órgão central), que realiza as compatibilizações necessárias, promovendo a integração com o PPA, a LDO e as diretrizes da Presidência da República. As dotações dos Poderes e órgãos autônomos são submetidas ao Poder Executivo para apreciação e consolidação da proposta orçamentária anual. Somente após este processo é que o projeto é enviado ao Congresso Nacional, respeitado o prazo de 31 de agosto, através de Mensagem Presidencial.

A partir daí dá-se início à fase de autorização legislativa com análise pela Comissão Permanente de Senadores e Deputados, a qual tem a função de examinar e emitir Parecer acerca dos projetos de leis orçamentárias (art. 166, § 1º, da CF/88).

Na novel Constituição, a atuação do Poder Legislativo, na elaboração do orçamento, foi ampliada, não se restringindo apenas à apreciação e aprovação das leis. Conseqüentemente, ao Congresso Nacional também cumpre controlar e fiscalizar as diversas etapas do ciclo orçamentário. Segundo o artigo 70 da CF/1988, o Congresso Nacional tem o dever de proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

Em resumo, a CF/1988 outorgou amplos poderes e prerrogativas ao Congresso Nacional para atuar de forma autônoma e independente na elaboração do orçamento, bem como no controle de sua execução. Além disso, criou um sistema integrado

e coeso de planejamento do orçamento e da gestão fiscal com o condão de orientar toda a atividade financeira do Estado para concretização dos objetivos e metas governamentais. É nesta fase que o Legislativo avalia se a proposta é factível quanto à estimativa de receita e às despesas. Antes de 1988, o Congresso não possuía tais atribuições e poderes. Por decorrência, no âmbito do Poder Legislativo a Lei Orçamentária Anual (LOA) pode sofrer alterações.

Conforme Portal da Transparência, as alterações na LOA se dão via emenda, que podem ser conceituadas como “propostas por meio das quais os parlamentares podem opinar ou influir nas alocações de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto a instituições¹²”. As emendas podem ter como consequência o acréscimo, supressão ou modificação de itens (rubricas) do Projeto de Lei Orçamentária enviado pelo Poder Executivo.

A prerrogativa do Legislativo de apresentar emendas compreende quatro espécies: I. emendas individuais; II. emendas de bancada; III. emendas de comissão; e, IV. emendas de relatoria.

Como antecipamos em outro momento, o objeto deste artigo reside na análise da última espécie, as quais podem ser definidas, conforme site do Senado, como aquelas “feitas pelo deputado ou senador que, naquele determinado ano, foi escolhido para produzir o Parecer Final sobre o Orçamento – o chamado *relatório final*”¹³.

12 <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/605525-emendas-parlamentares#:~:text=Ou%20seja%2C%20por%20meio%20das,e%20munic%C3%ADpios%20quanto%20a%20institui%C3%A7%C3%B5es.>

13 <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emendas-ao-orcamento.>

4. Histórico da atuação do Congresso Nacional sobre o Orçamento¹⁴

A ministra Rosa Weber (STF)¹⁵ foi responsável pela análise das Ações de Descumprimento de Preceito Constitucional (ADPFs). E, para fundamentar seu voto, a Ministra procedeu ao breve histórico das Constituições brasileiras, de maneira a explicitar as determinações constitucionais, desde a aprovação da primeira Carta Magna.

Acompanhando os fundamentos de Rosa Weber (2023), sintetizamos: desde nossa primeira Constituição (1824), ainda no Império, existiam dispositivos que versavam sobre o planejamento financeiro do Estado. Este é o caso do artigo 15, X, que consagrava a adoção do sistema inglês, no qual o Rei submetia suas contas para aprovação, prévia, perante o Parlamento. A Constituição de 1891, por sua vez, conferiu ao Poder Executivo a atribuição de elaborar a proposta de orçamento anual e, ao Congresso, a competência de mensurar a receita e fixar as despesas. Esta Constituição também criou o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão responsável pelo assessoramento das Casas Legislativas (art. 89) e a ampliação do controle por parte dos parlamentares sobre as contas públicas (art. 34, § 1º).

No que tange às Cartas de 1934 e 1937, a competência do Poder Legislativo quanto à elaboração e fiscalização do orçamento foram reduzidas. Com o fechamento do Congresso,

14 O resgate histórico acerca da atuação do Congresso Nacional sobre o Orçamento Público foi realizado a partir do julgamento das Ações de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) números 850, 851, 854 e 1014, ajuizadas contra o instituto em estudo, junto ao Supremo Tribunal Federal. A relatoria das ações coube à Ministra Rosa Weber, que proferiu o voto condutor. Neste foi realizada uma cronologia acerca da atuação do Poder Legislativo desde a primeira Constituição do Brasil (1824) até a atual (1988).

15 <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15357616601&ext=.pdf>.

em 1937, o Poder Executivo passou a atuar com grande margem discricionária, deliberando sobre o orçamento através de decretos. E, em 1946, com a inauguração de um período democrático e a edição de uma nova Constituição, o Congresso Nacional recuperou suas atribuições, assegurando a participação de deputados e de Senadores no processo de elaboração do orçamento através da criação de emendas parlamentares.

Registre-se que, segundo Pires e Mota (2006), existem evidências de emprego desarrazoado das emendas após a promulgação da Constituição de 1946, o que representou um quadro legislativo anárquico, uma vez que não havia indicação da fonte dos recursos e as verbas públicas eram usadas de forma casuística, sem parâmetros para definição de metas ou diretrizes a serem seguidas.

As Cartas de 1967 e de 1969 espelharam o período de ditadura civil-militar (1964/1985), quando os Poderes do Congresso Nacional foram reduzidos e as funções orçamentárias foram mitigadas e reduzidas às funções de controle. Poderes que somente com a Constituição Federal de 1988 foram retomados, passando a ostentar um papel ativo no planejamento orçamentário da União, bem como no seu controle.

É sob o reconhecimento do Legislativo como um Poder com competência para intervir sobre o Orçamento Público, que as emendas de relatoria passaram a viger, a partir de 1988. Em um primeiro momento, ante a ausência de normas que as regulamentassem, as emendas possuíam grande amplitude. Porém, com a utilização destas prerrogativas para desvio de dinheiro público, com a denúncia de esquemas envolvendo congressistas e entidades do setor privado, seu alcance foi reduzido.

Necessário registrar que quando o sistema orçamentário foi instituído, em 1988, o ciclo orçamentário foi estruturado para que fosse transparente e pautado pela moralidade na aplicação dos recursos públicos. Desta forma, a Constituição Federal objetivava a criação de um sistema orçamentário moderno, possuidor de princípios de grande envergadura, capaz de fomentar o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades regionais.

Entretanto, logo no início dos anos 90 não foi a transparência e a probidade que reinaram no planejamento. Diante de um quadro de hiperinflação (o que tornava o planejamento píffio) e da ausência de normas para tornar possível o exercício do Legislativo frente às suas novas e múltiplas atribuições, formaram-se “estruturas de poder não institucional no âmbito da Comissão Mista de Orçamento” (WEBER, 2023, p. 48)

Suas consequências foram expostas em ao menos dois grandes escândalos denunciados no início da década de 90 do século passado: a) Esquema PC Farias e, b) Anões do Orçamento. Da mesma forma que a CPMI do “Esquema PC Farias”, o relatório da CPMI dos “Anões do Orçamento” concluiu pela necessidade de clareza e transparência no processo orçamentário, pondo fim à existência de rubricas misteriosas, através das quais se consubstanciavam ‘caixas pretas’.

O relatório supracitado ainda concitava à maior participação parlamentar e ao engajamento da sociedade civil quanto aos métodos e processo de funcionamento do aparelho estatal, não restritos apenas à discussão de metas e elaboração de projetos.

Normas limitativas da abrangência das emendas de relator-geral foram editadas após as CPMIs do “Esquema PC Farias” e dos “Anões do Orçamento¹⁶”, restando-lhes como atribuição tão somente a sistematização do conjunto de emendas orçamentárias ao projeto da LOA, assim como a correção de eventuais falhas de ordem técnica e omissões provenientes de anulação de despesas e demais alterações feitas na proposta inicial do Executivo.

A edição de normas regulamentares não foi capaz de impedir que emendas parlamentares fossem ganhando novos contornos. Sua natureza tem sido modificada ao longo do tempo, podendo-se afirmar que em poucos anos esta mudança foi profunda. Em 2015, por exemplo, foi criado o que se conveniou chamar de *Orçamento Impositivo*, momento no qual as emendas individuais passaram a ser de execução obrigatória¹⁷. Antes da Emenda Constitucional n. 86 (EC 86/2015), as dotações apenas poderiam ser sugeridas, cabendo ao chefe do Poder Executivo acatá-las ou não. A partir de 2019, entretanto, se tornou obrigatória a execução das emendas de bancada

16 O Esquema PC Farias (1992) foi denunciado através de reportagens publicadas pela revista Veja e pelo Jornal do Brasil, dando conta da existência de um esquema que favorecia empresários e empreiteiras da construção civil que haviam doado quantias para financiar a campanha à eleição presidencial de Fernando Collor de Melo (PRN/AL). Os fatos narrados culminaram na instalação de uma CPI, que comprovou a existência da captura do Orçamento Público federal por interesses privados. A figura central era Paulo Cesar Farias (PC Farias), responsável pela existência de um verdadeiro ministério paralelo junto ao governo federal. Anões do Orçamento, por sua vez, foi o nome dado ao esquema de fraude do Orçamento que ocorreu dentro da Comissão Mista de Orçamento (CMO), operada por parlamentares que não possuíam grande influência política. O esquema foi denunciado em outubro de 1993, dando início a uma CPI que culminou na cassação de seis deputados, absolvição de oito e renúncia de quatro. As fraudes eram realizadas de duas formas: i) através de emendas parlamentares que favoreciam entidades filantrópicas ligadas aos parlamentares, seus parentes e/ou laranjas; e, ii) através da destinação de valores para grandes empreiteiras, por meio da inclusão no Orçamento de obras vultuosas sobre as quais os deputados ganhariam comissões.

17 Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 86/2015, as emendas parlamentares individuais até o limite de 1,2% da receita corrente líquida se tornaram de execução obrigatória.

estadual, sendo que a metade do montante destinado deveria ser aplicado em obras, possuindo um valor correspondente a 1% da despesa corrente líquida¹⁸.

Diferentemente das emendas de bancada e das emendas individuais, as emendas de relator não possuem previsão constitucional. Na roupagem que adquiriram com o *Orçamento Secreto*, eram inseridas na lei orçamentária sem a identificação do parlamentar que as requereu, ou seja, sem que a identidade de quem postulou a despesa esteja expressa. Sendo todas as despesas atribuídas à pessoa do relator. Este atuava como pessoa interposta entre o Orçamento Público federal e o parlamentar proponente da Emenda.

As funções do relator geral do Orçamento não estão expressamente previstas na Constituição Federal ou em leis. Assim, a regulamentação fica a cargo das resoluções editadas pelo Congresso Nacional. Em 1991, o assunto foi tratado pela primeira vez através da Resolução nº 1/1991, seguida da Resolução nº 2 /1995; posteriormente, sofreram alterações conforme as resoluções n. 01/2001 e n. 1/2013¹⁹ (FARIA, 2022).

Pela leitura das referidas resoluções entende-se que ocorreu uma mudança no instituto, para aumentar os poderes do relator-geral. Quando a edição da Constituição de 1988 o relator geral passou a ter poderes muito amplos na condução da votação e concretização do Orçamento junto ao Poder Legislativo. Frente aos escândalos e desvio de finalidade ocorridos foram editadas as resoluções que limitaram o poder do relator para

18 Emenda Constitucional n. 100/2019.

19 Calha consignar que recentemente o tema recebeu novo tratamento, sendo editada a Resolução n. 3/2022, editada para obediência das determinações contidas em acordão do Supremo Tribunal Federal, em ações que impugnaram o Orçamento dos anos de 2020 e 2021.

correção e adequação de valores. Passados alguns anos, principalmente a partir da Emenda Constitucional n. 86/2015, com a criação do *Orçamento Impositivo*, as emendas parlamentares passaram por mudanças em sua natureza. No orçamento de 2020, os poderes do relator foram ampliados ainda mais. Das funções de correção e adequação, passou à destinação direta de valores não previstos na proposta oriunda do Poder Executivo, sem indicar o proponente e nem mesmo o destinatário.

A legislação orçamentária de 2019 (LOA e LDO) restabeleceu os poderes do Relator-Geral, ampliando, vultuosamente, os valores destinados às emendas de relator, as quais foram classificadas com o indicador orçamentário RP-9²⁰.

5. Reação da sociedade civil, ajuizamento de ações e conclusões do STF

Com fundamento no descumprimento de preceitos fundamentais da Constituição Federal pela legislação orçamentária de 2020 e 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA), foram propostas quatro ADPFs (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) junto ao STF (Supremo Tribunal Federal). Estas ADPF tiveram como autores os seguintes partidos políticos: I. ADPF n. 850 (Cidadania); II. ADPF n. 851 (Partido Socialista Brasileiro/PSB); III. ADPF n. 854 (Partido Socialismo e Liberdade/PSOL); e, IV. ADPF n. 1014 (Partido Verde). Todas estas ações questionavam a ausência de identificação dos proponentes das emendas e a falta de critérios socioeconômicos para sua destinação.

20 O Orçamento se traduz em um documento contábil, traduzido em termos contábeis para sua execução. Por essa razão, todas as despesas e receitas possuem rubricas próprias. A rubrica RP-9 expressa aquelas emendas organizadas sob a lógica do instituto do *Orçamento Secreto*.

O julgamento conjunto das ações (por possuírem o mesmo objetivo), ocorreu em dezembro de 2022. E culminou no reconhecimento pela Corte Suprema da incompatibilidade da prática orçamentária em face da ordem constitucional brasileira, acarretando a violação dos princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade. Restando claro, para a Corte, que as emendas de relator-geral cabem, exclusivamente, como instrumento para correção de erros e omissões.

Restou assentado no julgamento que a criação de despesas e/ou a ampliação de programas previstos na lei orçamentária configura a utilização indevida das emendas de relator-geral.

Para Ministra Relatora, Rosa Weber (APDF 850, 2022), chancelar práticas legislativas ou administrativas carregadas de segredo injustificado, acerca da arrecadação de despesas e destinação dos recursos públicos, é incompatível com o princípio republicano e o Estado Democrático de Direito:

A partilha secreta do orçamento público operada por meio das emendas do relator configura prática institucional inadmissível diante de uma ordem constitucional fundada no primado do ideal republicano, no predomínio dos valores democráticos e no reconhecimento da soberania popular (CF, art. 1º); inaceitável em face dos postulados constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (CF, art. 37, caput); inconciliável com o planejamento orçamentário (CF, art. 166) e com a responsabilidade na gestão fiscal (LC nº 101/2000; além de incompatível com o direito

fundamental a informação (CF, art. 5º, XXXIII). E com as diretrizes que informam os princípios da máxima divulgação, da transparência ativa, da acessibilidade das informações, do fomento à cultura da transparência e do controle social (CF, arts. 5º, XXXIII, “a” e “b”, 37, caput e § 3º, II, 165-A e Lei nº 12.527/2011, art. 3º, I a V). 11. ADPFs 850 e 851 integralmente conhecidas e ADPFs 854 e 1014 conhecidas em parte. No mérito, pedidos julgados procedentes, nos termos do voto da Relatora. (STF; ADPF 1.014; DF; Tribunal Pleno; Relª Min. Rosa Weber; Julg. 19/12/2022; DJE 17/05/2023)

Conforme apontado no julgamento, os documentos enviados ao STF pelo Presidente do Congresso Nacional (Petição STF nº 23165/2022) dão conta que, na realidade, as despesas classificadas na rubrica RP-9 não eram ordenadas pelo relator-geral. Em verdade, a escolha e quem se beneficiaria e dos destinatários dos recursos, em sua maioria foram encaminhados de forma direta pelos congressistas (Senadores e Deputados, Líderes de Partido) para Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV). Percebe-se, assim, que embora a rubrica (RP-9) indique ‘emenda de relator’, ela serve, apenas, para ocultar os reais demandantes de tais emendas, comprometendo-se, desta forma, não somente a transparência, a impessoalidade, a eficiência e a moralidade, mas, também, a qualquer fiscalização social da atuação parlamentar.

Por estas razões, revela-se um *orçamento secreto*: seja pela ausência de conhecimento de quem são os parlamentares que integram o grupo privilegiado, seja por desconhecer as quan-

tias administradas individualmente, seja pela inexistência de critérios objetivos e claros para a realização de despesas, seja pela inobservância das regras atinentes à transparência e execução do orçamento.

Conforme a Ministra Rosa Weber (2022), nem mesmo o Congresso Nacional e o Ministério da Economia (órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal) conseguiram identificar, diante da determinação do Supremo Tribunal Federal: a) os ordenadores das despesas classificadas com a rubrica RP-9; b) quais os programas e objetivos vinculados ao planejamento forma atingidos; c) quais os critérios adotados para justificar os gastos; e, d) quais as obras, serviços e/ou bens foram adquiridos e/ou contratados com estes valores.

A realização de acordos informais para repartição dos recursos públicos da União, visando benefícios e interesses eleitorais dos parlamentares, “mediante entabulações políticas secretas” (R. WEBER, 2022, p. 68), podem gerar grave crise institucional e insegurança, bem como ameaçar a ordem democrática. Além de demonstrar que o orçamento não está a serviço do desenvolvimento nacional, mas de interesses pessoais e paroquiais dos congressistas.

Por meio deste instituto observa-se uma reinvenção da política patrimonialista; através da utilização de instrumentos jurídico-contábeis procurando conferir legitimidade e legalidade ao conteúdo espúrio, aparência e escorreito ao que não tem qualquer amparo constitucional.

Conforme pontuou a Min. Rosa Weber, no julgamento das ADPFs, a alocação de investimentos e gastos públicos possui um caráter dúplice: ao mesmo tempo que ostentam o caráter

de decisão política, estão submetidas ao “primado da racionalidade”, não podendo ser entendido apenas como uma autorização formal de gastos. São pressupostos de validade do emprego de recursos públicos a “integração funcional com programas mais amplos (nacionais, regionais e setoriais)”, de modo que os planos mais gerais englobem os mais pontuais, mais concretos, bem como sua execução. Conforme disposto no artigo 165, § 4º da CF. **Afinal, muito além de ser um instrumento contábil, o orçamento público também possui funções sociais e distributivas. E, neste sentido, as leis orçamentárias têm o dever de cumprir o seu mandamento constitucional de “reduzir desigualdades inter-regionais”** (art. 165, § 7º) [Grifos nossos].

Por esta razão, em que pese existir margem de discricionariedade na elaboração do Orçamento, a Constituição de 1988 é clara na determinação quanto ao primado da racionalidade, submetendo eventuais interesses pessoais e/ou partidários e/ou de grupos de pressão ao princípio do interesse público e da transparência.

Segundo apontado no julgamento das ADPFs, a história brasileira demonstra que ocorreu um distanciamento entre o objetivo das emendas de “representar instrumento legítimo de aprimoramento das políticas públicas nacionais e regionais **para servirem ao proveito de interesses de cunho privatístico e eleitoral**” (WEBER, 2022, p. 02 [Grifos do documento]), não raro relacionados que esquemas de corrupção e desvirtuamento das verbas públicas em escala nacional.

Conforme se pode observar, no decorrer de pouco mais de três décadas – e de forma cíclica – tem sido demonstrado que ainda imperam a ausência de transparência e critérios objeti-

vos no planejamento, o que favorece a captura do fundo público por interesses privados. Os esquemas citados também escarnam a dimensão das influências externas junto aos parlamentares e Comissões das Casas Legislativas.

A ausência de critérios claros na elaboração da programação de despesas também favorece a captura do orçamento público federal por grupos de interesses privados. Esta atuação se dá dentro das Casas Legislativas, através do apoio de membros da própria Comissão Mista do Orçamento (CMO) que opina e propõe ajustes no orçamento apresentado pelo Poder Executivo (WEBER, 2022).

6. Considerações Finais

No ano de 2020 mais R\$ 36 bilhões de reais foram destinados a emendas parlamentares. Deste montante, R\$ 20 bilhões de reais ficaram sob a rubrica RP-9. Isso significa que o relator-geral, sozinho, obteve mais recursos do que todos os demais parlamentares, bancadas estaduais e comissões juntos. Se comparadas às emendas parlamentares do ano anterior, as emendas de relator obtiveram um percentual 157% maior. Nos anos seguintes, a cifra perfez o montante de R\$16,5 bilhões e para o ano de 2023 já haviam sido reservados R\$ 19,4 bilhões para esta finalidade²¹. Muito além da controvérsia sobre o grande vulto de valores concentrados em um único parlamentar, a polêmica gira em torno sigilo das negociações sobre a destinação dos recursos.

21 SIGA Brasil. Painel de Execução de Emendas. Disponível em <https://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2Fsigabrazilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=SH14>.

É de se notar que o propósito final dos recursos também restava encoberto, afinal, as emendas foram designadas em favor de um grupo de parlamentares restrito, oculto, escondido debaixo do manto da rubrica RP-9, cuja identificação se restringia ao Relator-Geral, formalmente responsável pela ordenação das despesas, permanecendo os verdadeiros autores no anonimato (WEBER, 2022).

Os elevados valores possuíam finalidades dúbias, vagas e genéricas, afrontavam direta a ordem constitucional vigente, dissociada do devido processo orçamentário e das diretrizes constitucionais de “planejamento, da transparência e da responsabilidade fiscal”. Apenas quando do seu empenho, ou seja, “às vésperas da liquidação e do pagamento”, era possível saber quem seria beneficiado com tais recursos (WEBER, 2022, p. 44-45).

Desse modo, não é possível saber, com antecipação, quais Municípios ou Estados brasileiros serão contemplados, muito menos qual tipo de obra, serviço ou ação estatal será efetivada com tais recursos. Não há, realmente, oportunidade para o exercício do controle orçamentário preventivo.

A ausência de transparência do orçamento vai de encontro aos princípios mais básicos que regem a Administração Pública, bem como fere os princípios norteadores, constitucionalmente instituídos na Constituição Federal de 1988. Além de contrariar o regramento legal para a espécie, beneficia quem está próximo ao exercício do poder, o parlamentar que oferece seu apoio ao governante em troca da emenda que lhe beneficiará junto à sua base eleitoral, configurando práticas clientelistas de larga história (e memória) no Brasil.

Tal benefício pode se converter em capital político resultando em eventuais reconduções aos cargos já ocupados. No que tange ao presidente da República, ganha apoio dos beneficiados que geralmente votam a favor de projetos de leis que compõem os programas do governo de plantão.

Através dos pareceres das CPMIs, bem como o julgamento das ADPFs propostas contra sistemática inaugurada pela criação da RP-9, resta comprovado que a CMO está sujeita a lobbies externos. Diante de tal influência, para que haja controle das ações estatais (restando claros os objetivos e prioridades do governo, bem como o império da transparência na execução dos programas nacionais) é necessário e de vital importância o controle social.

Diante de tantos esquemas e subterfúgios utilizados para apropriação e barganhas com o Fundo Público, o próprio relatório da CPMI que investigou o esquema dos “Anões do Orçamento” apontou para necessidade de maior participação da sociedade civil organizada na fiscalização do funcionamento da máquina estatal. Por esta razão, pesquisas que possibilitem o conhecimento do funcionamento na área orçamentária e nos processos de relação interinstitucional e, também, entre os poderes da Federação, são de suma importância para o desenvolvimento crítico e questionador, capazes de auxiliar no dimensionamento de avanços e prejuízos, afim de conferir maior legitimação à intervenção social. Conforme concluiu o Deputado Roberto Magalhães, no relatório final da CPMI do Orçamento (V. III – pág. 10. Congresso Nacional, Brasília. 1992.):

[...] transparência e ampla participação de todos os congressistas e crescente engajamento dos setores da sociedade interessados no processo, não

só na discussão de suas prioridades e na definição antecipada de programas e projetos, mas também no questionamento dos métodos e processos de funcionamento da máquina governamental e na cobrança de sua produtividade e objetividade.

De forma paradoxal, da mesma forma que o Parlamento aprovou, em 2019, o *‘orçamento secreto’*, também havia aprovado, em 2016, a Emenda Constitucional n. 95. Isto é, de um lado, oculta os interesses não republicanos por dentro da “Casa do Povo”; de outro, sob o discurso da integridade orçamentária (austeridade fiscal) congela os gastos sociais por 20 anos. Gastos que *já possuíam destino certo e são alterados no meio do processo de planejamento estatal* (MOTA, 2012).

7. Referências

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 09 fev. 2023.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 09 fev. 2023.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 09 fev. 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 09 fev. 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

_____. **Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1970.** Regimento comum. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/561098/publicacao/16433839>. Acesso em: 13 fev. 2023.

_____. **Resolução nº 1, de 1991-CN.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/1991/resolucao-1-17-maio-1991-536680-publicacaooriginal-27673-pl.html>. Acesso em: 01 fev. 2023

_____. **Resolução nº 02, de 1995-CN.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/Legisla_CMO/resolucao02_1995cn.html. Acesso em: 13 fev. 2023

_____. **Requerimento (CN) nº 52, de 1992.** Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/33818/pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. **Congresso Nacional.** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello referentes às atividades do Sr. Paulo Cesar Cavalcante Farias capazes de configurar ilicitude penal. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/88802>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

_____. **Congresso Nacional.** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades de parlamentares, membros do governo e representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do orçamento da União. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84896>. Acesso em: 14 fev. 2023.

_____. **Congresso Nacional**. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias envolvendo a ‘Operação Sanguessuga’, realizada pela Polícia Federal, para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a Saúde. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/88805>. Acesso em: 14 fev. 2023.

_____. **Senado Federal**. Emendas ao Orçamento. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emendas-ao-orcamento> acesso em 27 nov. 2022.

FARIA, Rodrigo de Faria. **As Emendas de Relator-Geral do PLOA nas Normas Regimentais do Congresso Nacional: Gênese, Configuração e Evolução Histórica**. Brasília. 2022. Disponível em: <http://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6928/1/2.3.%20XI%20Prêmio%20SOF.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

FONTES, Virginia. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Verbete: Sociedade Civil, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socciv.html>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

GRAMSCI, Carlos Nelson. V. 2. Edição e Tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina.

Revista Configurações – Revista de Sociologia. Editora Centro de Investigação em Ciências Sociais. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/1324>. Acesso em: 09 nov. 2022.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Tradução de Bárbara Freitag. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PIRES, J. S. D. B.; MOTTA, W. F. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. Enfoque Reflexão Contábil, v. 25, n. 2, p. 16-25, 2006. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/41805/a-evolucao-historica-do-orcamento-publico-e-sua-importancia-para-a-sociedade/i/pt-br>. Acesso em: 09 fev. 2023.

PONTUAL, Helena Daltro. EMENDAS AO ORÇAMENTO. In: Glossário Legislativo. Brasília. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emendas-ao-orcamento>. Acesso em: 17 nov 2023.

Portal da Transparência. **Entenda a Gestão.** Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/605525-emendas-parlamentares#:~:text=Ou%2seja%2C%20por%20meio%20das,e%20munic%C3%ADpios%2quanto%20a%20institui%C3%A7%C3%B5es>. Acesso: 20 fev. 2023.

SILVEIRA, Alair. Estado para quem? In: **Para onde caminha(rá) o Brasil?** MARTÍN, Nuria Beloso; RODRIGUES, Saulo; CAMILOTTO, Bruno; SILVEIRA, Alair (Orgs.). Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

NEOFASCISMO: DO QUE SE TRATA? – REFLEXÕES PRELIMINARES

Alair Silveira¹

1. Introdução

Se as tragédias se repetem como farsas, nossa história não tem sido outra coisa senão o aprofundamento de ambas, através de uma inesgotável gestação de prefixos que acrescentam a velhas experiências um pressuposto novideiro. Assim, vamos repetimos o passado sob novas roupagens; e, a cada esquina, abertos a tantos *neos* quanto a imaginação permita e a história passada suporte, vamos renomeando liberalismo, populismo, conservadorismo, ordem mundial, economia, fascismo e tantas outras diversificadas experiências do passado que insistimos em revitalizar.

O *novo fascismo* é um desses fenômenos revigorados pela combinação explosiva de vários elementos de alcance mundial que reafirmam a necessidade de considerar a totalidade das relações societárias e produtivas unificadas pelo modo de produção capitalista. Esta perspectiva metodológica de totalidade não se confunde com regime totalitário (como querem alguns), mas com a necessidade de articular, dialeticamente,

1 Professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia e Ciência Política (SOCIP) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UFMT. Membro do Núcleo de Pesquisa MERQO/CNPq e do GTPFS/ADUFMAT/ANDES-SN. E-mail: alair.silveira@ufmt.br.

relações infra e supraestruturais, a partir de interesses antagônicos que se refletem no e sobre o fenômeno *neofascista*.

Conseqüentemente, muitas das dificuldades para caracterizar o *Neofascismo* – inúmeras vezes restrito a interpretações de conjunturas reacionárias (difundidas como de “extrema-direita”) -, derivam de análises que se atêm, mais detidamente, aos perfis de governantes do que propriamente à combinação de aspectos socioestruturais que permitem a emergência desses líderes, aspirantes totalitários.

Das experiências fascistas/nazistas do século XX, três características merecem destaques: a) a massificação dos indivíduos; b) a compatibilidade do discurso antissistêmico com a preservação da ordem econômica e social; c) a tolerância e/ou compartilhamento da chamada “política do ódio”² que conforma o ideário fascista. Como resume Paxton (2007, p. 35), analisando a experiência nazista alemã:

Se pudermos entender por que razão o sistema judicial, as autoridades religiosas e civis e a oposição civil não agiram de modo a pôr freio a Hitler, em novembro de 1938, começaremos a entender os círculos mais amplos de aquiescência individual e institucional, em meio aos quais uma minoria militante foi capaz de se ver suficientemente livre de restrições de qualquer natureza, a ponto de tornar-se capaz de praticar genocídio em um país até então sofisticado e civilizado.

2 Embora essa nomenclatura (mais do que um conceito) seja adequada pela capacidade de síntese que dispõe, ela carrega, em sua raiz, a contradição. A essência da política é a capacidade de persuasão, negociação e convencimento do outro quanto aos interesses em disputa. Movimentos de natureza totalitária, por sua vez, não praticam ou respeitam o argumento e o contra-argumento. Isto é: movem-se pela imposição, não pela persuasão.

Esta *acquiescência individual e institucional* não encontra resposta na figura de Hitler, mas no processo histórico que foi sendo construído sob condições imbricadas da crise pós-1ª Guerra Mundial, do explosivo processo de massificação social frutificado sob o individualismo e falta de perspectivas sociais, da apatia, da antipolítica e do ressentimento coletivo.

Weber, no clássico *A política como vocação* (1968, p. 59), observa que a obediência necessária a qualquer dos tipos de dominação é fundada sobre “*duas orientações gerais: ou medo ou esperança*”. As formas como essas orientações se manifestam coletivamente, entretanto, é um campo aberto de possibilidades, na medida em que outros sentimentos e conjunturas também compõem o fermento das combinações possíveis entre medo e/ou esperança, que podem resultar em oportunidades ideais a determinados projetos de poder.

Nesse sentido, as grandes crises estruturais do capital produzem consequências não apenas sobre a base real da economia (sejam provocadas pelo capital produtivo e/ou financeiro), mas sobre o conjunto da sociedade, desestruturando tanto as relações materiais e conviviais quanto a subjetividade dos indivíduos. Grandes crises são como avalanches, sob as quais somente poucas estruturas³ conseguem sobreviver.

Historicamente, grandes crises têm o potencial de convulsionar as bases estruturantes da *consciência coletiva* (à lá Durkheim, 1983), revolvendo sentimentos socialmente partilhados. Como uma terra revolvida para o plantio, as grandes crises têm a potencialidade de fazer germinar

3 Referimo-nos neste momento da análise, sem as devidas diferenciações necessárias, tanto às estruturas corporativas (muitas vezes salvas por dinheiro público) quanto às estruturas familiares e psíquicas individuais.

alternativas de *esperança* que se fundam sobre o *medo* ancorado no *ressentimento*. E o *ressentimento* é poderoso, especialmente quando articulado ao discurso do ódio e ao empoderamento de um “líder salvacionista”, capaz de garantir o “restabelecimento” da justiça difusamente partilhada.

O *ressentimento* distingue-se da mágoa porque é alimentado pelo retorno infundável e renovado ao sentimento que deu origem à mágoa; porém, enquanto esta é superada, transformando-se em uma lembrança, o *ressentimento* se mantém preso ao revigoreamento permanente da dor, à qual não é permitida a cicatrização.

Como bem explica Maria Rita Kehl (2020⁴), *“Ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Um outro a quem delegamos, em um outro momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo do que venha a fracassar”*. Trata-se, ao cabo, de um *“envenenamento psíquico”* que não busca a vingança (como uma espécie de catarse que liberaria o *ressentimento*), mas que é revigorado pelo sentimento de subalternidade, tanto em relação àquele que é objeto do *ressentimento*, quanto daquele para quem transfere a capacidade de *“protegê-lo, [de] premiar seus esforços, [de] reconhecer seu valor”*. A imaturidade que envolve o *ressentimento* se revela na *“relação de dependência infantil com um outro, supostamente poderoso”*.

A (re)emergência do movimento fascista para além de grupos dedicados à promoção do ideário nazista/fascista revela um processo social, econômico e político que transborda os limites

4 <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/601385-a-psicanalise-do-ressentimento-como-sintoma-social-artigo-de-maria-rita-kehl>.

de contenção, socialmente estabelecidos. Neste sentido, a explicação para o *Neofascismo* não pode se ater às personalidades potencialmente autoritárias, nem aos perfis de aspirantes totalitários, tampouco à materialidade das condições sociais, econômicas e políticas. O crescimento do *movimento neofascista*, portanto, é potenciado pela combinação particular deste conjunto de elementos.

2. De farsas e tragédias: o século XXI e o movimento neofascista

O *novo fascismo* do século XXI não se resume a uma ou outra experiência contemporânea, o que nos permitiria, adequadamente, falar em “movimentos neofascistas”. Entretanto, compreendemos que a singularidade do *movimento neofascista* é que ele toma forma e se difunde em um contexto histórico marcado pelas experiências de Estado de Bem-Estar Social (especialmente na Europa) e de grandes manifestações e conquistas coletivas, que tiveram como referências a solidariedade, a inclusão e a expansão da rede de proteção social, inclusive em países capitalistas periféricos.

Neste sentido, a particularidade desse *Movimento NeoFascista*, que alcança corações e mentes em países centrais e periféricos, com diferentes graus de intensidade, está relacionada àqueles elementos que transcendem os próprios países, envolvendo-os sob uma rede de relações que ultrapassam histórias nacionais e, por conseguinte, sujeitos e partidos aspirantes às alternativas totalitárias.

Em comum com os regimes totalitários do século XX⁵, o Neofascismo se revigora sobre crises profundas. Assim, embora as crises sejam comuns ao modo de produção capitalista, aquelas que, poderosamente, envolvem os países centrais do capitalismo possuem maior poder desorganizador e, portanto, socialmente destrutivo.

A capacidade econômica e tecnológica da classe capitalista de revolucionar os meios de produção (e, com isso, o conjunto das forças produtivas), a coloca frente a um dilema permanente. De um lado, anseia se emancipar da dependência da classe trabalhadora para produzir e fazer circular as mercadorias e serviços que disponibiliza no mercado. De outro, acalanta o sonho de se reproduzir e acumular sem passar pelo processo de produção.

Na medida, porém, em que o dinheiro é o equivalente universal que permite a troca entre todas as mercadorias (inclusive da força de trabalho), a forma dinheiro (comum a todas as mercadorias) promove o “apagamento” dos vestígios do trabalho social impregnado em cada mercadoria particular. Nas palavras de Marx (1991, p. 47):

A forma dinheiro desempenha aqui um duplo papel: ela é a forma a que regride um valor originalmente adiantado em dinheiro, portanto, volta à forma de valor que iniciou o processo, e, ao mesmo tempo, é a primeira forma transmutada

5 Como tais, são conhecidos o Nazismo, na Alemanha, o Fascismo, na Itália, e o Stalinismo, na Rússia. Arendt, no Prefácio da Primeira Edição do livro *As origens do Totalitarismo* (1999, p. 12), alerta: “A tentativa totalitária da conquista global e do domínio total constituiu a resposta destrutiva encontrada para todos os impasses. Mas a vitória totalitária pode coincidir com a destruição da humanidade, pois, onde quer que tenha imperado, minou a essência do homem”.

de um valor que penetrou originalmente na circulação sob a forma mercadoria.

A compreensão quanto às implicações da impossibilidade do descolamento entre capital-dinheiro e capital-mercadoria (como formas distintas de existência do capital) é duplamente reveladora: de uma parte porque o capital portador de juros (baseado no pressuposto da autorreprodução) não gera mais-valor, na medida em que somente remunera (através de papéis e derivativos) o capital já em circulação no mercado, gerando o chamado *capital fictício*, sem lastro na economia real. De outra parte, a injeção de capital novo no mercado depende da produção de mercadorias e, com ela, da extração de mais-valor por meio da apropriação privada do trabalho social.

Desta maneira, se, para os trabalhadores, o desenvolvimento de máquinas e tecnologias de ponta interfere diretamente no mercado de trabalho que lhes assegura a sobrevivência material e mental⁶, para os capitalistas, a *acumulação com predominância financeira* (CHESNAIS, 2002) pode levá-los ao “*desvario de pensar fazer dinheiro sem passar pela produção*” (MARX, 1991, 58) e, assim, emancipar-se da classe trabalhadora. À cada grande crise, contudo, os capitalistas são (em maior ou menor proporção) despertados desse devaneio. E, a cada nova crise “se comprometem” a rever a liberdade desregulamentada do mercado e a emissão descontrolada de papéis (e derivativos) sem lastro.

6 O adoecimento e a ideação suicida crescem assustadoramente sob um mundo do trabalho que restringe as vias de acesso ao emprego (concomitante à baixa-remuneração e precarização das relações laborais), especialmente em uma sociedade cuja valorização do indivíduo está associada ao trabalho.

A maneira como o capital mantém sua fonte de apropriação privada de mais-valia responde a formas combinadas de exploração⁷ e opressão do trabalho através: 1) de empresas terceirizadas; 2) da desterritorialização da produção, em países capitalistas periféricos; 3) da informalização e precarização do trabalho (trabalhadores autônomos e intermitentes); e, 4) da intensificação da exploração do trabalho sobre toda a porosidade das relações laborais, por meio de metas inalcançáveis, diversas formas de assédio moral e utilização de tecnologias que desconsideram limites de tempo e espaço.

Os movimentos do capital incidem direta e inescapavelmente sobre os trabalhadores e, portanto, sobre o conjunto da sociedade civil. Consequentemente, à contração da base de extração de mais-valia⁸ o capital acrescenta o desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas, que Virgínia Fontes (2010) nomeia de “*expropriações secundárias*”.

De acordo com a autora (2010, p. 38 – Grifos meus):

A existência do capital fictício, de maneira similar à do capital-monetário ao qual está acoplado, impõe um resultado social dramático: **não apenas aprofunda as expropriações e intensifica as maneiras de subalternização dos trabalhadores, como também impele a comprometer o futuro da integralidade da vida social**, transformando-a para a reprodução social.

7 Como observa Castel (2012, p. 86): La “gran transformación” ocurrida desde hace unos veinte años no es, como vimos, que haya menos asalariados sino – y esta transformación es decisiva – que haya muchos más asalariados precarios, amenazados de desocupación, desestabilizados en su relación con el trabajo”.

8 A contração da base de extração de mais-valia se dá, especialmente, pela crescente substituição de trabalhadores por máquinas e tecnologias (em que pese os recursos combinados para intensificá-la, acima elencados), provocando tanto altos índices de desemprego quanto a tendência à queda da taxa de lucro.

Na medida em que a reprodução da vida social ultrapassa as condições materiais de existência, alcançando as dimensões subjetivas dos indivíduos que compõem as estruturas sociais, tanto transformações de caráter evolutivo quanto involutivo são potencialidades em aberto. Consequentemente, crises profundas (estruturais), quando combinadas a condições conjunturais específicas, podem desencadear processos objetivos e subjetivos poderosos.

No encadeamento entre a potencialidade destrutiva da crise do capital (sobre trabalhadores e natureza) e a percepção social dessas consequências, é elaborada tanto a explicação ideológica para a crise e para sua superação (a partir de simplificações binárias comuns ao universo da política eleitoral), quanto a captura de parte significativa das subjetividades, desestabilizadas pelas proporções da crise objetiva.

O êxito da explicação ideológica⁹ em tempos de desestabilização de referentes societários está condicionado à simbiose entre as dimensões sociais e individuais. É através dessa simbiose que podemos refletir sobre o revigoramento do movimento neofascista.

Antes de nos determos sobre os elementos que nos ajudam a compreender a receptividade individual ao ideário fascista (nos termos de Adorno *et. al.*, 2006), é necessário pontuar, mesmo que brevemente, os grandes movimentos mundiais que impactaram (e impactam) profundamente as individualidades e, portanto, o ser social, caracterizando a contemporaneidade.

9 Necessário esclarecer que o conceito de ideologia aqui utilizado está amparado na compreensão de Marx quanto à funcionalidade de ideias socialmente compartilhadas, as quais são mais exitosas quanto mais parecerem descoladas dos interesses das classes dominantes, assemelhando-se a ideias que "aterrissam" sobre a sociedade como uma espécie de "eureca" coletiva, atemporais e acéfalas.

Robert Castel (2012), em um instigante livro intitulado *El ascenso de las incertidumbres*, analisa o processo de “descolectivización” ou “reindividualización” que marca o mundo do trabalho contemporâneo e que, de fato e de direito, reflete a desorganização coletiva dos trabalhadores e a subtração de direitos trabalhistas e sociais.

Identificando na década de 1970 o início do processo de descoletivização (e a conseqüente reindividualização), o autor reconhece a força do “estatuto del individuo” no conjunto das relações societárias, na medida em que a apologia à individualidade passou a assumir formas e extremos. Desta maneira, foi sobre os destroços da grande crise do petróleo do início dos anos 1970 que o sentido de identidade, pertencimento e solidariedade de classe foi sendo substituído pela centralidade no indivíduo, soberano e egoísta, que se vê (e compreende) acima e independente dos demais, como uma espécie de feudo moderno, a partir do qual circulam e sobrevivem os ‘outros’¹⁰.

A centralidade da vida social no indivíduo (reindividualização) não surgiu de um único movimento, mas de uma convergência de vários; tampouco respondeu a um processo histórico curto. Afinal, se o indivíduo funda os alicerces da sociedade capitalista, a re-individualização evidencia que entre o indivíduo como sujeito principal da ação, reivindicado pelo Liberalismo clássico (econômico e político), houve uma experiência histórica (política, econômica, social e cultural) que transcendeu às individualidades: a experiência socialdemocrata que deu origem ao Estado de Bem-Estar Social.

10 Nessa perspectiva, observou Tony Judt (2011, p. 116): Essa redução da “sociedade” a uma fina membrana de interações entre indivíduos particulares é apresentada hoje como um projeto de libertários e defensores dos mercados livres.

Os chamados *30 anos gloriosos* (entre os anos 1940/1970) destacaram-se pela poderosa capacidade dos trabalhadores em atuar ativamente nas suas organizações coletivas, garantir legalmente uma rede protetiva de direitos trabalhistas e sociais, e desenvolver uma cultura classista socialmente solidária.

A *neoliberalização da socialdemocracia* (ANTUNES, 1995), refletida nas organizações dos trabalhadores e nos governos socialdemocratas, alimentou-se tanto da reestruturação produtiva, da cultura pós-moderna, da hegemonia do neoliberalismo, quanto da orfandade política pós-derrocada do Leste Europeu¹¹. Em comum, todos esses grandes movimentos têm o indivíduo como a centralidade do mundo e das relações; indivíduos não como expressão de singularidade, mas como manifestação de egocentrismo. Em tais circunstâncias, a tecnologia é somente mais um instrumento a estimular o individualismo exacerbado, bem como o “cancelamento” da convivência e do contraditório.

Sob o reino do individualismo que socializa com as máquinas, mas têm dificuldades para interagir com os ‘outros’ para além dos seus núcleos estreitos de relações, o paradoxo reside na contradição entre a extensão das redes e a restrição das interpessoalidades; ou seja, à expansão do alcance das redes sociais é contraposta a experiência da contração das redes de sociabilização e, com elas, o comprometimento da cultura democrática. Afinal, se as redes sociais permitem opinar sobre tudo, mas interagir somente com os quais concorda, o “cancelamento” e a destruição virtual do outro passa a ser, concomitantemente, tanto a banalização do mal (ARENDDT) quanto a inviabilidade do enraizamento da cultura democrática.

11 Em outras produções, tenho analisado mais detidamente a combinação desses movimentos. Em especial, o artigo *Política: Combinações do desencantamento* (2017).

3. (Neo)fascismo: um olhar sobre a psique

O imbricamento entre a busca natural pela satisfação dos instintos e a necessidade social de sua contenção, assim como os fundamentos do ressentimento, nos remete a refletir sobre os desafios da civilização e da democracia¹², especialmente no contexto da última grande crise do capital, no final da década dos anos 2000.

Em um instigante livro sobre a agressividade como um elemento da sociabilidade histórica e, portanto, das relações de poder que perfazem as experiências materiais e subjetivas de indivíduos concretos, Peter Gay (1995) esquadrinha o período vitoriano (século XIX) para identificar sob quais álibis a agressão fundou sua legitimidade. Segundo o autor, as principais justificativas estão estruturadas sobre: a) a concorrência; b) a construção do Outro conveniente; e, c) o culto da masculinidade. Como resumiu Gay (1995, p. 43 – [Grifos meus]),

[...] toda cultura, toda classe, todo século constrói seus próprios álibis para a agressão. E cada um desses estratagemas defensivos tem sua história. A maioria é simples réplica de racionalização consagradas pelo tempo, ou sutis variações das mesmas, apenas uma pequena parte consegue ser verdadeiramente inovadora.

Considerando história, psique, sociologia e política, o autor reconhece a agressividade como um instinto potente. Porém,

12 Conforme Levitsky e Zibblatt (2018, p. 15), *Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. [...] Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis.*

também reconhece o papel domesticador que a sociabilidade exerce sobre os indivíduos, permitindo-lhes a coexistência convivial. Nesse sentido, o processo civilizatório constitui-se em instrumento fundamental não apenas para a existência social, mas, também, para a definição dos seus fundamentos estruturantes; ou seja, a definição dos caminhos pelos quais as civilizações escreveram suas histórias não foi resultado de uma determinação natural (em resposta aos instintos) ou de uma determinação supra-humana (teológica, mística ou mítica).

Assim, indivíduos e coletividades interagem, especialmente, através da política; isto é, movidos pela sociabilidade inerente ou pela necessidade de autopreservação, os indivíduos precisaram aprender a resolver conflitos de interesse através da capacidade de persuasão, convencimento e, conseqüentemente, domesticação da sua disposição para a agressividade contra o outro, especialmente quando o resultado do seu empenho em fazer prevalecer seus interesses não lhe seja satisfatório.

Nessas relações imbricadas que envolvem (e, ao mesmo tempo, extrapolam) os indivíduos considerados em sua singularidade, o liame social somente é estabelecido pela convergência de interesses entre uns contra outros, de maneira a permitir que, mesmo com divergências por parte de alguns indivíduos, seja possível construir elos de coesão social capazes de permitir a unidade imprescindível à conformação societária. Em outras palavras, indivíduos singulares tornam-se indivíduos abstratos na medida em que estabelecem conexões de interreconhecimento tanto nas esferas privadas quanto nas públicas. Na primeira, as relações que circundam os indivíduos (família, amigos, comunidade, colegas de estudo e de trabalho, grupos religiosos dos quais participam, associações às quais se

associam etc.) e, na segunda, relações que transbordam as referências afetivas, culturais, políticas e econômicas, nas quais estão imersos, não por escolha ou necessidade particular, mas como parte de um universo social, cultural, político e econômico que transcende suas escolhas e reduz suas opções.

Os grandes clássicos da área de conhecimentos humano e social sempre dedicaram especial atenção a essa questão. Alguns, sobrepondo o livre arbítrio do indivíduo em relação ao peso das instituições (e relações institucionalizadas, como sublinhava Durkheim, 1983), outros, concentrando total atenção aos movimentos e sentimentos dos indivíduos, mas sempre à revelia das estruturas e relações de poder nas quais se encontram inseridos. E aqueles, sob outra perspectiva, demonstrando que tais relações são dialéticas, isto é, embora, estruturalmente favorecidos pelo poder econômico, histórico, político e social, esses privilégios estruturais não representam impossibilidade de revolucionar tais relações de poder e de modelo civilizatório.

Freud, no livro *O mal-estar na Civilização* (1997), ao analisar a busca natural dos indivíduos pela satisfação dos instintos indomados (não dominados pelo ego), identifica na civilização o processo de controle societal necessário à coexistência social. Nesse esforço reflexivo, Freud (1997, p. 42) assevera que a:

[...] palavra “civilização” descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos.

Como parte da civilização¹³, que exige contenção dos instintos que conformam o indivíduo livre das restrições sociais (através de padrões comportamentais), as religiões, segundo Freud, convertem-se não apenas no complexo de doutrinas e promessas que “explicam” o mundo e as penitências infligidas, mas garantem aos indivíduos **“que uma Providência cuidadosa velará por sua vida e o compensará, numa existência futura, de quaisquer frustrações que tenha experimentado aqui** (1997, p. 21 [Grifos meus]). Como observa o autor (1997, p. 9), a verdadeira fonte da religiosidade reside na *“sensação de eternidade, um sentimento de algo ilimitado, sem fronteiras – oceânico, por assim dizer”*¹⁴.

A religiosidade, entretanto, não consegue compensar, integralmente, a contenção dos instintos naturais restringidos pelas regras societais. E a depender do grau e eficácia do condicionamento social, a capacidade de controle sobre os instintos naturais resta comprometida. A questão de fundo é que o primeiro círculo de sociabilidade do indivíduo é a família. Estas, porém, não são ilhas, mas unidades que interagem material e socialmente em circuitos de múltiplas naturezas (social, cultural, econômica, política etc.). Consequentemente, o amoldamento social das crianças resulta de muitos outros elementos do que escolhas familiares mais ou menos adequadas para aquele fim. Em outras palavras, as famílias são unidades concretas que refletem relações que as transcendem e, consequen-

13 Freud (1997, p. 38): “[...] constitui fato incontroverso que todas as coisas que buscamos a fim de nos protegemos (sic.) contra as ameaças oriundas das fontes de sofrimento fazem parte dessa mesma civilização”.

14 As religiões da humanidade devem ser classificadas entre os delírios de massa desse tipo. É desnecessário dizer que todo aquele que partilha um delírio jamais o reconhece como tal (FREUD, 1997; p. 31).

temente, traduzem mais do que a personalidade de seus membros, ajustados ou não, aos moldes comportamentais exigidos.

Nesse sentido, articular e redimensionar a relação indivíduo/sociedade é imprescindível para compreender a natureza política, econômica e social do Neofascismo. Afinal, se o Fascismo fosse resultado de personalidades individuais autoritárias ou de líderes aspirantes ao totalitarismo, não conseguiríamos explicar por que, em tempos históricos mais largos e contemporâneos, o Fascismo não se constituiu como movimento dominante, tampouco como regime político.

A reemergência de movimentos neofascistas – após experiências europeias bem-sucedidas de Estado de Bem-Estar Social e, no caso em países latino-americanos pós-ditaduras, de democracia formal como regime regular – recoloca o problema das transformações ocorridas no imaginário social das sociedades civis. Primeiramente, porque, ao mesmo tempo em que evidencia que a sociedade civil mudou, também demonstra que ela foi capaz de construir experiências sociais generosas e solidárias, pautadas pelo sentimento de pertencimento e responsabilidade social. Assim, se compreender a dinâmica da *psique* dos indivíduos nos ajuda a explicar aspectos que parecem incompreensíveis, por outro lado, somente quando redimensionamos esses indivíduos como sujeitos sociais, podemos alcançar a totalidade das relações que os envolvem e, assim, repercutem nas suas manifestações societárias, conformando tempos históricos.

Dessa forma, para além da personalidade do líder, há de se compreender as transformações societárias que permitem (em circunstâncias combinadas), a consagração de tais líderes. Mais relevante do que suas “qualidades” é compreender por que tais

lideranças alcançam projeção em determinado período histórico, apesar de sua espécie ser constante em todos os tempos históricos; e, em boa parte desses tempos, não ultrapassarem a barreira do ostracismo, reduzidos a pequenos círculos de seguidores e uma base eleitoral muitas vezes episódica.

Por esse viés, os estudos de Adorno *et. al.* (2006) mantêm sua atualidade e pertinência. Como pontuam os autores, a *personalidade autoritária* é potencialmente receptiva à propaganda fascista. A questão fundamental, portanto, é imbricar as duas dimensões da existência individual, quais sejam, a personalidade e o comportamento social. De acordo com Adorno *et. al.* (2006, 173 [Grifos dos autores]):

[...] la personalidad es una organización más o menos duradera de las fuerzas internas del individuo. Estas fuerzas persistentes de la personalidad contribuyen a decidir la respuesta ante diversas situaciones, y es debido sobre todo a ellas que podamos atribuir consistencia al comportamiento, sea verbal o físico. Pero el comportamiento, aunque consistente, no es lo mismo que la personalidad. La personalidad se sitúa *detrás* del comportamiento y *dentro* del individuo. Las fuerzas de la personalidad no son respuestas sino *predisposiciones a la respuesta*; si las predisposiciones se convertirán en expresiones manifiestas depende no sólo de la situación del momento sino de la existencia de predisposiciones opuestas. Las fuerzas de la personalidad que se inhiben se sitúan en un nivel más profundo del de aquellas que se expresan inmediata y consistentemente en conductas manifiestas.

Consequentemente, os comportamentos individuais podem ou não dar vazão à personalidade autoritária, na medida em que as relações conviviais nas quais o indivíduo está imerso interferem nas possíveis respostas; e, nesse sentido, a capacidade de amoldamento social da personalidade é mais eficaz quanto mais cedo a criança é introduzida nos círculos de convivência que lhe exigem coexistência social e controle sobre as próprias emoções.

Tais indivíduos, em que pesem suas condições particulares, fazem parte da totalidade da vida em sociedade que, consequentemente, definem seu ser social. Como esclareceu Marx (1987), a consciência não resulta da ideia abstrata dos indivíduos sobre si mesmos e os outros, mas de relações concretas a partir das quais ecoam as bases da consciência ideologicamente refletida e/ou da contraideologicamente¹⁵ produzida.

Desta maneira, se as ideias (e comportamentos) que orientam os indivíduos provêm das relações objetivas a partir das quais elabora sua “consciência” (Marx), mediada pela sua personalidade (Adorno *et. al.*), e materializada através de comportamentos conviviais, resta impossível dissociar as relações entre indivíduos e sociedade, reduzindo-as a um ou outro elemento. Como ironicamente observou Marx (1987, p. 43 – Grifos autor), “Desde o início pesa sobre o “espírito” a maldição de estar “contaminado” pela matéria”.

Contudo, a convergência quanto às relações indissociáveis entre indivíduos e sociedade demanda objetivar sobre qual

15 Necessário registrar que, para Marx, a ideologia é uma espécie de espelho, cujo reflexo é invertido e, portanto, não reflete a realidade das relações sociais, mas as ideias que interessam à classe que se privilegia destas relações estabelecidas. Neste sentido, a ideologia é um instrumento de dominação de classe. Consequentemente, a contraideologia é o instrumento de desvendamento, resistência e superação a ser construído pela classe trabalhadora.

sociedade estamos falando, pois ela também não é uma abstração social estratificada. Neste sentido, esclarece Marx (1987, p. 84 [Grifos meus]):

Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência. Por outro lado, **a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe; tornam-se subsumidos a ela.** Trata-se do mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho. Indicamos várias vezes como **essa subsunção dos indivíduos à classe transforma-se, ao mesmo tempo, em sua subsunção a todo tipo de representações.**

Reconhecer o antagonismo estrutural entre classes implica em reconhecer a inexistência real da representação idealizada de homem, de família e de sociedade, pois constituem somente abstrações segundo as quais as diferenças materiais resultam, exclusivamente, de méritos individuais.

Sublinhar essas diferenciações metodológicas implica destacar que a compreensão do processo de expansão social do Neofascismo não pode ser dimensionado a partir de uma representação ideal de indivíduo universal e de sociedade abstrata, mas, ao contrário, exige a consideração das diversas formas

pelas quais o fascismo se introduz nas distintas classes, encontra eco social e produz impactos que são, também, socialmente diferenciados. Neste aspecto, há que dimensionar as contribuições de Adorno *et. al.* (2006) e Freud (1997) sob a perspectiva do *ser social*, cuja eficácia do discurso de ódio (típica do fascismo) parece responder a distintas motivações e promover distintas consequências, a partir das condições objetivas e subjetivas dos indivíduos por ele alcançados.

O *ser social* se define não apenas pelas condições materiais objetivas nas quais estabelece suas relações conviviais, mas, também e especialmente, a partir das quais desenvolve sua interpretação de homem, de sociedade e de mundo. Interpretações que estão em consonância com seus iguais, pois é no universo das suas relações concretas que conforma sua consciência. Nas palavras de Marx (1987, p. 54-55 [Grifos meus]), *“a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende da riqueza de suas relações reais [...] os indivíduos fazem-se uns aos outros, tanto física como espiritualmente, mas não se fazem a si mesmos”*.

Logo, o Neofascismo não pode ser isolado da totalidade das relações sociais, nem da perspectiva histórica que lhe permite germinar. Nesse aspecto, a confluência de experiências neofascistas, no mundo, em um mesmo tempo histórico, não é uma coincidência ou uma espécie de constelação astral. Trata-se, na essência, de uma combinação que entrelaça crise do capital a partir dos centros capitalistas (MÉSZÁROS, 2011), desestruturação das relações conviviais, intensificação das relações de desfiliação social (CASTEL, 2005), aprofundamento da extração de mais-valia (FONTES, 2010), acumulação com predominância financeira (CHESNAIS, 2002), desesperança, descrença, ressentimento e ódio.

Em uma memorável capacidade de síntese, Leandro Konder (2009, p. 53 [Grifos meus]) resumiu o fascismo da seguinte forma:

O fascismo é uma tendência que surge na **fase imperialista do capitalismo**, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. **O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário.** Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro.

4. (Neo)fascismo: entre o comum e o singular

Se há alguma unanimidade entre os estudiosos do Fascismo é que não há uma definição capaz de abrangê-lo na sua integralidade, tampouco de satisfazer a todas as perspectivas analíticas. Há, contudo, um conjunto de características que são reveladoras do seu regime. Elas, porém, dependem da combinação de outras condições para frutificar.

Arendt (1989), ao estudar as origens do totalitarismo, identificou que as experiências totalitárias são distintas das tiranias e das ditaduras¹⁶, na medida em que, para aquelas, não é tolerável a coexistência. E esta, provavelmente, é uma das mais objetivas definições das experiências totalitárias¹⁷. **O totalitarismo**

16 O Totalitarismo distingue-se do Autoritarismo e das Tiranias na medida em que é um regime que captura a totalidade da vida social, invade e controla todas as esferas da existência individual. Conforme o Dicionário de Ciência Política: “Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de Autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 94). As Tiranias, por sua vez, representam uma forma degenerada de governo, “tanto na sua forma ilegal de governar (tirania quanto ao modo de exercício do poder), quanto na sua forma ilegítima (tirania no respeitante ao título de aquisição do poder, ou usurpação)”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 540). O Totalitarismo “é uma forma de domínio radicalmente nova porque não se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando-o em relação à vida pública, como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998 p. 1.248).

17 Fundamental esclarecer que as grandes experiências de regimes totalitários historicamente conhecidos são: Nazismo, Fascismo e Stalinismo. Cada um deles, tem origem geográfica, tempo histórico e a personificação de seus líderes. A eleição do Fascismo como uma espécie de simbiose entre eles, provavelmente decorre da etimologia da palavra que, de certa forma, figurativamente, espelha tais regimes. Nas palavras de Paxton (2007, p. 14): A palavra fascismo tem origem no fascio italiano, literalmente, um feixe ou maço. Em termos mais remotos, a palavra remetia ao fasces latino, um machado cercado por um feixe de varas que ela levado diante dos magistrados, nas procissões públicas romanas, para significar a autoridade e a unidade do Estado. Esta etimologia é ainda mais esclarecedora, quando acrescentamos as explicações de Konder (2009, p. 65): Os machados simbolizavam o poder do Estado de decapitar os inimigos da ordem pública. E as varas amarradas em redor do cabo constituíam um feixe que representava a unidade do povo em torno de sua liderança.

não tolera coexistência com o contraditório, com o diferente, com o exercício social da retórica, com a liberdade do outro e com a existência do espaço público, imprescindível ao exercício da política democrática.

Paradoxalmente, o discurso pela liberdade de expressão que ornamenta muitas das intervenções de aspiração totalitária não reconhece o mesmo direito àquele que lhe contradiz. O totalitarismo estrutura-se sobre a negação da política, que demanda a interação entre indivíduos plurais, em espaços públicos de liberdade (ARENDRT, 1999) nos quais todos devem ter igual direito à palavra política (*isègoria*), conforme observa Wolff (2003), ao refletir sobre a invenção da política.

Se a política requer liberdade e igualdade para que a retórica possa ser livremente exercida, garantindo-se a todos e a qualquer um o direito de persuadir para assegurar os interesses pelos quais se faz a disputa política, seu antônimo é, justamente, a guerra, na qual os indivíduos são tratados como inimigos, e não como adversários; e, na cultura da guerra, os indivíduos são soldados que se reconhecem como tropa, organizados pelo comandante aos quais devem disciplina e lealdade. Nesta perspectiva, todos aqueles que não fazem parte do regimento são inimigos e, como tais, devem ser neutralizados, inclusive pela eliminação física.

Consequentemente, a “*cultura da guerra*” move-se pela promoção do ódio e da violência. Afinal, é preciso desumanizar seu inimigo e, com ele, desumanizar-se o suficiente para ver no “inimigo” somente a negação de si mesmo e das suas próprias crenças. Nesse sentido, a transposição da cultura de guerra para os tempos de paz (que historicamente foi substituída

pela prevalência da política entre Estados) tem consequências mais complexas do que compreender tal cultura sob a perspectiva da receptividade dos indivíduos às proposições totalitárias.

Dessa maneira, avançando para o entrelaçamento das condições materiais e subjetivas (pretéritas e presentes) que nos permitem falar em *Neofascismo*, é possível destacar três eixos de características que, combinadas, nos permitem refletir sobre o *Movimento Neofascista* na contemporaneidade: a) Societal; b) objetivo/material; c) recursos recorrentes utilizados pelos aspirantes totalitários.

Em um instigante artigo, publicado na década de 1990, Boaventura dos Santos (1999) capturou o desafio da democracia, considerando as enormes proporções da crise que envolve o “contrato social”¹⁸ que organizou a modernidade e suas instituições. Segundo esse autor, os desafios que se expressam na contração democrática estão diretamente relacionados ao estatuto da cidadania. Em suas palavras (1999, p. 45-46):

A crise da **contratualização moderna consiste na predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão**. (...) A predominância dos processos de exclusão apresenta-se **sob duas formas, na aparência contraditórias: o pós-contratualismo e o pré-contratualismo**. O **pós-contratualismo** é um processo pelo qual **grupos e interesses sociais até agora incluídos no contrato social são dele excluídos sem qualquer perspectiva de regresso**. [...]

18 De acordo com Boaventura dos Santos (1999, p. 34): O Contrato Social é a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade.

O **pré-contratualismo** consiste **no bloqueamento do acesso à cidadania por parte de grupos sociais que anteriormente se consideravam candidatos à cidadania** e tinham expectativa fundada de a ela aceder. (...) **Passa-se assim do pré-contratualismo ao pós-contratualismo sem nunca ter passado pelo contratualismo.** Assim tem sucedido **sobretudo nos quase-Estados-providência que têm vigorado em muitos países semiperiféricos ou de desenvolvimento intermédio.** Do mesmo modo, **no nível das vivências e percepções** das pessoas e grupos sociais atingidos, é frequente que **ante a perda súbita da estabilização mínima das expectativas, as pessoas se deem conta de que anteriormente eram afinal cidadãos, sem o saberem nem terem exercido os direitos de que eram titulares.** Neste caso, o pré-contratualismo é vivido subjetivamente como pós-contratualismo.

Diante disto, conforme o sociólogo português, imergimos em um “*regime social e civilizacional*” marcado pelo que caracterizou como “*fascismo societal*”. De acordo com ele, são seis as faces pelas quais **o fascismo societal** se manifesta: a) *apartheid* social; b) Estado paralelo; c) paraestatal; d) populista; e) insegurança; f) financeiro. Da primeira à última forma de *fascismo societal* imbricam-se: segregação social por meio da cartografia urbana (que Boaventura dos Santos nomeou como *zonas selvagens* em contraposição às *zonas civilizadas*); atuação estatal diversificada de acordo com as zonas cartográficas e socialmente contrapostas; tolerância (muitas vezes com incentivo estatal) para com atores sociais que usurpam prerrogati-

vas que são do Estado; promoção da ideia de democratização do consumo, em realidade, inacessível à maioria da sociedade constituída de excluídos; manipulação discricionária da insegurança de grupos vulneráveis (de toda ordem e natureza), “*produzindo-lhes elevados níveis de ansiedade e de insegurança quanto ao presente e ao futuro, de modo a fazer baixar o horizonte de expectativas e a criar disponibilidade para suportar grandes encargos*” (1999, p. 54). E, por fim, o fascismo financeiro, que segundo o mesmo autor, constitui a forma mais “*virulenta de sociabilidade fascista*”, pois além de converter a economia a uma espécie de “*cassino*” de apostas financeiras, “é o mais refratário a qualquer intervenção democrática”. (1999, p. 54).

É preciso destacar, entretanto, que o *fascismo societal* acima tipificado incide sobre uma sociedade que foi desconstruída como organização societária pautada pela solidariedade e corresponsabilidade social, conforme acertadamente observou Castel (2012) ao identificar o largo processo de *descoletivização/reindividualização*. Afinal, os movimentos (neo)fascistas têm como base comum a massificação dos indivíduos. E a **individualização egocêntrica**, como vimos anteriormente, compromete não somente as possibilidades de intervenção orgânica para mudar as condições objetivas nas quais estão inseridos, mas, inclusive, para os indivíduos se perceberem, social e subjetivamente, irmanados. Neste aspecto, a “**massa**” é *conditio sine qua non* para a penetração do discurso (neo)fascista.

O discurso é tanto mais eficaz quanto mais os indivíduos estão receptivos à eleição de intervenções isoladas, não mediadas pela política e, tampouco, pela organização coletiva. Em condições assim, o individualismo – típico da cultura pós-moderna – se entrelaça e se retroalimenta da **anti-política**, do **anti-**

-classismo e do **anti-coletivo** que, por sua vez, se revigora nas relações laborais organizadas pelo modelo toyotista e pela *racionalidade neoliberal* (DARDOT; LAVAL, 2016).

Se a organização e a mobilização coletiva são rejeitadas como prática política para intervenção sobre a realidade, a massa de indivíduos torna-se bastante **suscetível ao discurso da antipolítica e às soluções autoritárias**.

Essa suscetibilidade, contudo, está diretamente relacionada às condições precarizadas de existência material, assim como à falta de perspectivas presentes e futuras, às quais, muitas vezes, convergem para um ressentimento com experiências e expectativas eleitorais frustradas. E o **ressentimento** é um poderoso elixir para alavancar aspirantes autoritários, especialmente quando associado ao *niilismo*, expressão da negação ou recusa às ideias e valores socialmente compartilhados, decorrentes do desencantamento dos indivíduos com a própria existência. E a articulação desses sentimentos converge tanto na forma de responsabilização ressentida do ‘outro’ (KHEL, 2020) quanto na eleição de *pseudos* “inimigos”.

Não por acaso, as manifestações de xenofobia (aversão aos estrangeiros) se cristalizam e são fortalecidos em períodos históricos de **grande crise do capital**, nos quais o desemprego estrutural se recrudescer e a exclusão material e social escala, impedindo parcelas cada vez maiores de trabalhadores de participarem dos direitos e garantias do “contrato” societário (SANTOS, 1999). Ocorre que, de um lado, as grandes crises provocam também grandes movimentos migratórios, sejam na condição de refugiados (já que as guerras representam um dos meios através dos quais o capital libera a superprodução

de mercadorias e incrementa a indústria, especialmente a armamentista¹⁹), sejam na condição de imigrantes, em busca de alternativas materiais de sobrevivência ou de melhorar as condições de vida e trabalho. De qualquer jeito, os empregos disponíveis passam a ser disputados entre nacionais e estrangeiros, em que os primeiros veem seus iguais de outros países como inimigos, e não o capital que os explora impiedosa, perversa e transnacionalmente, posto ignorar fronteiras.

De outro lado, os movimentos expansivos e intensivos do capital, cada vez mais desterritorializados (VASAPOLLO *et. al.*, 2004) e terceirizados (SMITH, 2024), aprofundam tanto a concorrência pelas “oportunidades” de trabalho entre trabalhadores nacionais e internacionais quanto acirram preconceitos e discriminações de toda natureza.

Indubitavelmente, a funcionalidade da concorrência, do preconceito e da discriminação, permite ao capital aprofundar seus ganhos: por um lado, ampliando e intensificando a exploração do trabalho por meio de diversas modalidades de contrato (formais e informais); de outro, comprometendo a unidade e solidariedade de classe capaz de enfrentá-lo²⁰.

O (neo)fascismo funda sua justificação existencial em uma pressuposta superioridade que permite aos seus adeptos personificar *pseudos* “**inimigos**”, eleitos como inferiores e não mere-

19 Vasapollo e Arriola (2010, p. 61) destacam: *La función de la industria militar y del gasto militar va, sin embargo, más allá del simple mantenimiento de las “fuerzas seguras del imperio” [...] la actividad militar se transforma en el cerebro del proceso capitalista de producción convirtiéndose en un pilar básico en el proceso de innovación acelerada y permanente propio del capitalismo, y en un mecanismo de la regulación del ciclo económico; es decir, se convierte en un “keynesianismo militar” que sobrevive hasta en la era del neoliberalismo. Por tanto, la industria de la defensa [...] no puede ser analizada al margen de la industria civil, principalmente, en referencia al ámbito económico creado por el desarrollo tecnológico de la industria civil en los países capitalistas desarrollados.*

20 Neste particular é importante sublinhar que o primeiro “inimigo” do (neo)fascismo é o trabalhador organizado (tal qual o é para o neoliberalismo).

cedores de co-existência, sejam eles estrangeiros ou nacionais. No rol desses inimigos imaginários, a *pseudo superioridade* (racial, regional, sexual, política, de gênero etc.), ao mesmo tempo que justifica o extravasamento da raiva contra o “inimigo”, arbitrariamente responsabilizado pelo sofrimento do indivíduo, também disponibiliza aos aspirantes totalitários os canais de exploração e expansão do ódio e da violência como instrumento eleitoral, assim como da constituição (e consolidação) do fanatismo (avesso ao argumento) necessário à construção do mito e da fidelidade política.

Para manter a fidelidade dos adeptos e fincar os pilares do **poder mítico do líder** é necessário que a racionalidade seja eliminada. Afinal, a crença não é compatível com o percurso do conhecimento científico fundado sobre o desvendamento dos fenômenos, sejam eles de ordem natural, social, religiosa e/ou política. Consequentemente, o (neo)fascismo dispensa atenção especial àquelas categorias que têm como ofício o questionamento, a reflexão e a crítica: **intelectuais, artistas, professores e jornalistas**. Junto com elas, livros, espetáculos, debates e museus também são considerados ameaçadores. Assim, além dos “inimigos” eleitos a partir do pressuposto da “superioridade”, os (neo)fascistas rejeitam categorias profissionais e ativistas sociais que podem pôr em xeque os fundamentos do **mito** e da “**narrativa**”²¹ histórica. O **negacionismo** e a **anticiência**

21 Paradoxalmente, a palavra “narrativa” passou a compor os discursos e textos de muitos intelectuais, ativistas e militantes críticos antifascistas. Amparados na sedução da cultura pós-moderna, a “disputa pela narrativa” tornou-se parte da intervenção antifascista. Dessa maneira, não se trata mais de análise histórica dos fatos, a partir dos interesses (classistas) em disputa, mas, sim, das disputas de “narrativas”. Essa cooptação linguística, contudo, não implica somente em sedução pós-moderna, mas converge para a multiplicação (e disputa) de “narrativas” que têm por propósito descolar-se dos fatos históricos para promover estórias imaginadas. Nesta perspectiva, é bastante reveladora a propaganda sobre a maçã, relatada por Kakutani (2018), no estimulante livro *A morte da verdade*.

constituem, portanto, fundamentos da estrutura ideológica, política e social do (neo)fascismo.

O **fanatismo**, que absorve e reproduz a *banalização do mal* (ARENT, 1999) e é refratário a qualquer argumento, necessita ser alimentado pela ignorância e pelo controle absoluto. Por isso, os regimes totalitários promovem a **delação** como instrumento de controle social e punição privada, de maneira a impedir meios de resistência e subversão. Desta forma, a delação²² absorve a totalidade da vida social, na qual o Estado policial parece incorporado na rede de relações conviviais, onde todos e qualquer um deve(m) delatar atitudes suspeitas, inclusive para não ser qualificado como cúmplice.

Aos **apelos emocionais** (que dialogam tão estreitamente com a cultura pós-moderna) e às propagandas (neo)fascistas, há que se acrescentar a proliferação de *Fake News*, que com a velocidade das redes sociais, multiplicam “narrativas” sem qualquer compromisso com os fatos. Nessa empreitada, a *narrativa* é simplificada pela **oposição binária entre nós e eles**, segundo a qual nós somos *cidadãos de bem* e eles, a representação do *mal*. Não por acaso, muitos tratam apelos e **propagandas** neofascistas como manifestações populistas, na medida em que ambos partilham tanto do apelo emocional, especialmente do líder, quanto o recurso às simplificações binárias.

22 Embora a análise das manifestações do Movimento Neofascista no Brasil seja objeto de outros artigos, cabe registrar os movimentos promovidos pelo Governo Bolsonaro, através de canal criado no MEC, para estimular a delação de pais e estudantes (vídeos e denúncias) sobre a atuação de professores de todos os graus de ensino. De maneira mais orgânica, o Movimento Escola Sem Partido atua em várias frentes, defendendo a delação como forma de controle de conteúdo de ensino.

Porém, o conteúdo do (neo)populismo latino-americano²³ e o (neo)fascismo tem raízes e proposições distintas, não cabendo equalizá-lo, inclusive quanto às relações com a institucionalidade, pois, em que pese ambos os tipos de líderes estabelecerem **relações diretas com o “povo”, sem a intermediação dos respectivos partidos políticos**, o conteúdo do (neo)fascismo é pautado pelo **iliberalismo**, pelo **discurso antisistêmico** e pela **contração e controle do espaço público**; ou seja, contraditoriamente, o (neo)fascismo, *discursivamente*, defende as liberdades e direitos individuais (como a liberdade de expressão e manifestação), porém, *efetivamente*, não tolera a divergência política e o direito de organização dos indivíduos. No mesmo plano discursivo, o (neo)fascismo é anti-sistêmico, rejeitando os métodos e as práticas que considera “velhas” e “ultrapassadas”; porém, *efetivamente*, as mantém e as reproduz. Mais: afirma respeitar as instituições estabelecidas, porém, *efetivamente*, as ataca e, se possível, as sujeita e as transforma²⁴.

Assim, se os **líderes (neo)fascistas emergem das urnas**, revelando que a sociedade civil avançou para níveis impressionantes de **intolerância social e banalização do mal** (ARENDDT, 1989), a elevação desses líderes à condição mítica de salvadores dos desesperançados, desvalidos e ressentidos, também revela que a propaganda (neo)fascista foi exitosa, inclusive quanto ao **apelo à sexualização da política** (a virilidade como

23 Em artigo publicado nos Anais do VI Congresso Latinoamericano de Ciência Política (ALACIP, 2012), sob o título *Neopopulismo na América Latina: em foco Lula & Hugo Chávez*, analisei esta forma de governar, a qual não se confunde com regime político.

24 Relevante sublinhar que há diferenças fundamentais entre “movimento” e “regime”. O primeiro é um instrumento de organização para avançar em direção à instituição do regime. O segundo representa a vitória política do movimento, alcançando as instituições do Estado; e, a partir daí, adequando-as à institucionalização do regime.

expressão de poder resolutivo²⁵) e à **promoção do ódio e da violência como “política”**.

Nessa disputa pelo imaginário social por parte do movimento neofascista contemporâneo, a **apropriação dos símbolos nacionais** não indica uma política de desenvolvimento nacional, cuja intervenção estatal esteja comprometida com a geração de empregos locais e garantia de mercado interno, mas, tão somente, a redução do nacionalismo a uma expressão de fanática de patriotismo que deságua em toda forma de exclusão do “outro”.

5. Considerações Finais

O *Movimento Neofascista* não se constitui no vácuo histórico; tampouco, como uma experiência recuperada de um tempo que se acreditava devidamente enterrado. Como uma expressão latente organizada em pequenos guetos, as aspirações neofascistas assumiram forma, alcance e consequência quando transbordaram tais organizações e passaram a expressar parcelas crescentes da sociedade civil, conquistando adeptos tanto na classe capitalista e classe média, quanto na classe trabalhadora.

O transbordamento para além dos guetos do *Movimento Neofascista* deve-se, contudo, à combinação de condições objetivas e subjetivas necessárias à sua constituição como alternativa

25 Nas palavras de Gay (1995, p. 120), “precisamente na questão da conduta sexual, o mais delicado ponto de honra masculina, tal credo permitia a transgressão, de maneira não oficial, mas autorizada. [...] um dos testes de masculinidade, à parte tolerar a dor sem um piscar de olhos, era o exibicionismo erótico. Um jovem provava sua masculinidade bebendo, praguejando, brigando e fornicando. Os trunfos sexuais eram troféus que o adolescente coletava na estrada para a maturidade”. Esta cultura de masculinidade viril e transgressora compõe a figura do líder (neo)fascista.

de resolução daquelas condições. Desta forma, não basta a identificação quanto à receptividade de propagandas neofascistas por personalidades individuais autoritárias (ADORNO *et. al.*, 2006), da existência de líderes aspirantes totalitários, da desestruturação das relações familiares e sociabilizatórias, do niilismo e do ressentimento; tampouco, da contração democrática, do crescimento do desemprego, da desconfiança nos processos institucionais ou em uma grande crise do capital. É preciso a combinação destes vários elementos para *potencializar* a expansão do *Neofascismo*. A ressalva é fundamental para compreendermos que o (neo)fascismo não foi (nem é) uma sentença histórica, mas uma alternativa histórica, que depende do movimento político das classes em disputa, as quais *fazem* a história.

Nesse aspecto, a proposição de definição mínima do fascismo por Paxton (2007, p. 358-359 – Grifos meus) põe acento no engajamento (desconfortável) de segmentos capitalistas na promoção do fascismo:

uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular por militantes nacionalistas engajados, **operando em cooperação desconfortável com as elites tradicionais**, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza.

Isso posto, as *paixões mobilizadoras*²⁶ do (neo)fascismo, das quais fala Paxton (2007), não incidem igualmente sobre classes sociais estruturalmente desiguais. Assim, mesmo que do ponto de vista superestrutural, o individualismo exacerbado constitua o ideário socialmente compartilhado, as consequências do individualismo incidem distintamente sobre trabalhadores e capitalistas, na medida em que, enquanto para estes o individualismo é ganho, para aqueles é perda. Consequentemente, a eficácia das *paixões mobilizadoras* do (neo)fascismo sobre os trabalhadores implica no aprofundamento da *subsunção* objetiva e subjetiva *do trabalho ao capital*, nos termos de Marx.

Paradoxalmente, não apenas o discurso antissistêmico é fechada para a intensificação da concorrência e da exploração intra-trabalhadores pelo capital, mas, também, são os trabalhadores os primeiros a sofrer com o Estado policial que emerge do regime totalitário. Assim, se para segmentos da classe capitalista a associação direta ao ideário (neo)fascista é *desconfortável*, para os trabalhadores é suicida.

Concluindo, se o fascismo, como asseverou Konder (2009), foi uma manifestação na *fase imperialista do capitalismo*, a ascensão do *movimento neofascista* do século XXI reflete o aprofundamento das relações de superexploração do trabalho assegurada pela globalização da produção (especialmente através

26 De acordo com Paxton (2007, p. 360), as *paixões mobilizadoras* são: a) um senso de crise catastrófica; b) a primazia do grupo, perante o qual todos têm deveres superiores a qualquer direito; c) a crença de que o próprio grupo é vítima, sentimento este que justifica qualquer ação, sem limites jurídicos ou morais, contra seus inimigos; d) o pavor à decadência do grupo sob a influência corrosiva do liberalismo individualista, dos conflitos de classe e das influências estrangeiras; e) a necessidade de integração mais estreita no interior de uma comunidade mais pura, por consentimento, se possível, pela violência excludente, se necessário; f) a necessidade autoridade de chefes naturais (sempre do sexo masculino), culminando num comandante nacional, o único capaz de encarnar o destino histórico do grupo; g) a superioridade dos instintos do líder sobre a razão abstrata e universal; h) a beleza da violência e a eficácia da vontade; i) o direito do povo eleito dominar os demais.

da chamada *terceirização independente*) que permite ao capital beneficiar-se da *arbitragem global do trabalho*, reforçando a trágica imagem de *planeta de favelas* (SMITH, 2024); ou seja, o *novo fascismo* mantém, na essência, a lógica anti-trabalhador que constitui seu ascendente, no século XX.

Desta maneira, em que pese as particularidades da contemporaneidade, as semelhanças entre os regimes fascistas e os movimentos neofascistas nos permitem reafirmar que a tragédia pode se repetir, igualmente, como tragédia.

6. Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel J.; SANFORT, Nevitt. La personalidad Autoritaria (Prefacio, Introducción y Conclusiones). **EMPIRIA, Revista de Metodología de Ciencias Sociales**. N. 12. Jul-Dic, p. 155-200, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2º ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo** – Antisemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. 3ª Reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compiladas por Ursula Ludz. Organização de Ursula Ludz. Pós-fácio de Kurt Sontheimer. Tradução Reinaldo Guarany. 2ª ed., Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1999.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política I**. Tradução Carmen C.

Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Coord. Tradução: João Ferreira. Revisão Geral: João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. 1ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social** – Uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

_____. **El ascenso de las incertidumbres** – Trabajo, protecciones, estatuto del individuo. 1ª ed. 1ª reimpr. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. In: **Revista Economia e Sociedade**. Campinas/SP, 2002 v. 11, n. 1 (18).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Nova Racionalidade. In: **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução Margarida Garrido Esteves. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. In Coleção **Os Pensadores**

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSIV/Editora UFRJ, 2010.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução José Otávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio** – A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. V. 3. Tradução Sérgio Goes de Paula e Viviane de Lamare Noronha. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JUDT, Tony. **O mal ronda a terra** – Um tratado sobre as insatisfações do presente. Tradução de Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KAKUTANI, Michiro. **A morte da verdade** – Notas sobre a mentira na era Trump. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KEHL, Maria Rita. A psicanálise do ressentimento como sintoma social. **Revista Instituto Humanitas UNISINOS**. São Leopoldo/RS. 29 de julho/2020.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Prefácio de Jairo Nicolau. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. A Personalidade Autoritária e a Teoria da Propaganda Fascista nas Reflexões de Theodor Adorno: Uma leitura Aproximativa. **Revista Outros Olhares**. V. 10, n. 2. Jul-Dez/2021, p. 127-141.

MARX, Karl; ENGELS, Friedric. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro 2. O processo de circulação do capital. Vol. III. 6ª ed. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Ed. Beltrand Brasil S/A, 1991.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo. Et. al. 2ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do Fascismo**. Tradução Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SANTOS, Boaventura dos. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: **A crise dos**

paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI.

Heller, Agnes. Et. al. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SILVA, Marcos. Resenha do livro “Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas Universidades”, de Heribaldo Maia. Recife: Ed. Ruptura, 2022. **Revista PROMETEUS**, Ano 14, n. 40. Set-Dez/2022, p. 215-222.

SILVEIRA, Alair. Política: Combinações do desencantamento. In: **Estado, Constituição e Partidos: As várias faces da política.** RODRIGUES, Saulo; et. al. (Orgs.). Cuiabá/MT: EdUFMT, 2017.

SMITH, John. **Imperialismo no século XXI: Globalização da produção, superexploração e a crise do capitalismo.** Tradução Letícia Bergamini Souto. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

VASAPOLLO, Luciano. (Coord.). **A Europa do capital – Transformações do trabalho e competição global.** Tradução Maria de Jesus de Britto Leite. Prefácio de Ricardo Antunes. São Paulo: Xamã, 2004.

VASAPOLLO, Luciano; ARRIOLA, Joaquín. **¿Crisis o Big Bang?** La crisis sistémica del capital: qué, cómo y para quién. La Paz/Bolivia: Plural Editores; CIDES-UMSA, 2010.

WEBER, Max. **Ciência e Política** – Duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 2ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

WOLFF, Francis. A invenção da política. In: **A crise do Estado-Nação.** NOVAES, Adauto. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEMOCRACIA EQUILIBRISTA: ENTRE O AUTORITARISMO E AS REGRAS DEMOCRÁTICAS¹

Bruno Camilloto²

1. Introdução

Os autoritarismos estão na moda. Após as experiências do fascismo e do nazismo durante a Segunda Guerra mundial talvez nenhum teórico ou intelectual pudesse prever que, na atual quadra da história, os fundamentos das sociedades contemporâneas estariam fortemente colocados em xeque por movimentos orientados por ideologias autoritárias. De reivindicações por mais direitos a reivindicações por mais democracia, parece que as sociedades democráticas ao redor do mundo voltaram a experimentar processos de esgotamento daquelas forças sociais capazes de mobilizar potenciais emancipatórios e transformatórios em direção à realização das promessas por

-
- 1 Agradeço aos participantes do Grupo de Estudo sobre Desigualdades e Justiça (DesJus) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) pelos diálogos ao longo de 2022. Este texto foi apresentado numa versão preliminar no evento Constituição Cidadã: Democracia e Justiça, promovido pela Associação Serras de Minas, realizado no IESP-UERJ, em agosto de 2023. As principais ideias apresentadas neste ensaio levaram em conta todas as contribuições recebidas.
 - 2 Professor de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Direito pela UFOP. Pesquisador vinculado à Associação Serras de Minas e à Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN). E-mail: brunocamilloto@ufop.edu.br.

mais igualdade, mais liberdade, mais respeito, mais dignidade. Para além das lutas pelo futuro da própria cidadania, bem como das lutas por reconhecimento de novos direitos para novos sujeitos e/ou novos atores sociais e políticos, o que está em jogo é a compreensão de que os movimentos autoritários aumentam muito o risco de um efetivo retrocesso social que inevitavelmente produz uma desinflação tanto do conceito de democracia quanto do de Direitos Humanos.

As recentes crises econômicas ao redor do mundo³ colocam em teste, uma vez mais, os fundamentos das sociedades democráticas e, com elas, as promessas não cumpridas da modernidade, especialmente daquelas que permitiram melhores condições para a concretização de alguma ideia de justiça social. Antes mesmo da crise sanitária/humanitária do Coronavírus em 2020, vimos surgir uma vasta bibliografia que anunciava precisamente o fim das democracias e de suas forças⁴. E, após a pandemia, o mundo ainda se depara com uma grande onda de autoritarismos que desafiam as bases dos regimes democráticos contemporâneos⁵. Pensando nesses desafios e seguindo as diretrizes desse trabalho coletivo, penso que entre nós os diagnósticos até aqui apresentados não desenharam uma

3 Podemos pensar, por exemplo, no arco histórico entre a crise Asiática de 1997 e a crise “financeira” do mercado imobiliário norte-americano de 2008. Economia e Justiça estão profundamente relacionadas e são temas fundamentais para os desafios contemporâneos das sociedades. Nesse sentido, acompanhamos em linhas gerais o argumento de Nunzio Ali (2022) de que a existência de uma desigualdade econômica excessiva entre os cidadãos de uma sociedade implica que os cidadãos menos favorecidos fiquem subordinados aos mais favorecidos e sujeitos, portanto, à dominação material.

4 Como diagnosticado no *best seller* “Como as democracias morrem” (LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, 2019)

5 A recente eleição de Javier Milei na Argentina está inserida nesse contexto. Milei é considerado um representante da ultradireita, antissistema, ultraliberal e que ficou famoso na TV. A partir de 2023, ele terá o desafio governar a Argentina em profunda crise econômica e social partindo de seu discurso antipolítica e de suas propostas econômicas controversas de fechar o Banco Central e dolarizar a economia.

situação presente menos avassaladora. Isto significa que, apesar de estarmos sob as regras democráticas da institucionalidade normativa desde a constituição brasileira de 1988, ainda precisamos lidar com os desafios autoritários oriundos tanto do nosso passado quanto aqueles que se apresentam no presente cujos efeitos são para o futuro.

Peter Mair (2006) aponta que nas décadas de 60, 70, 80 até meados da década de 90 houve uma pequena e constante redução na participação popular. A partir de meados da década de 90 a redução torna-se maior sendo também uma tendência no início do século XXI. Mair (2006) argumenta que nesses primeiros anos do século XXI a literatura especializada não diagnosticava uma crise da democracia cuja dimensão apontasse para o próprio risco dos sistemas democráticos. O que assistimos após o diagnóstico de Mair foi o aprofundamento das tensões internas e externas, especialmente daqueles países ocidentais cuja institucionalidade encontra-se no registro de regimes democráticos. Não à toa, os recentes exemplos de autoritarismo ao redor do mundo demonstraram que as democracias ocidentais convulsionam intensamente tanto nos períodos eleitorais quanto no intervalo entre eles gerando uma desconfiança ampla, geral e irrestrita da capacidade institucional dos regimes políticos que coloca em xeque a própria viabilidade da democracia.

Como condição de sua própria existência, na contemporaneidade a democracia se constitui como o regime da incerteza vez que ela prevê a alternância do/no poder com respeito à institucionalidade prevista nas regras democráticas. Por esta razão, ela sempre flerta (ou dorme) com seus inimigos. De tempos em tempos, o populismo preenchido de conteúdo autori-

tário reaparece como a solução natural e necessária aos desafios da sociedade brasileira. Daí surge a interpretação segundo a qual no solo histórico brasileiro parece estar assentada uma imagem sobre nosso inescapável autoritarismo institucional (SCHUWARCZ, 2019)⁶. Podemos retomar a formação do Estado brasileiro nos primórdios do processo de colonização português para buscarmos as bases para a constituição de um *ethos* autoritário à brasileira. Afinal, o que seriam as práticas sociais violadoras da dignidade das pessoas negras e indígenas senão uma forma explícita de autoritarismo sobre aqueles sujeitos e seus corpos? Ou, ainda, mais recentemente com a ditadura Vargas na década de 1930 e a ditadura civil-militar, a partir do golpe militar de 1964, que evidenciam o autoritarismo histórico presente na sociedade brasileira e constituem um forte elemento imaginativo da nossa vida social e política. De acordo com esse horizonte explicativo e compreensivo, não parece ser uma novidade o fato de que, entre os anos de 2020 e 2021, parte da sociedade brasileira tenha se manifestado nas ruas a favor da “intervenção militar constitucional” formulando dizeres de ordem como “Fora STF”, “Intervenção no STF. Fora ditadura comunista”, “STF comunista” e, sem esgotar os exemplos, “STF contra o Brasil”.

Após as eleições de 2022 as manifestações públicas anti-democráticas cujo centro de argumentação é o não reconhecimento do processo eleitoral produziram altíssimos níveis de pressão social. Tais manifestações sociais encontraram abrigo na atuação do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022),

6 Em ‘O Brasil à procura da democracia’, Newton Bignotto (2020) faz um esforço intelectual que desafia a compreensão da ideia do autoritarismo como marca inevitável da sociedade brasileira, especialmente no período republicano.

do núcleo de sua governança e de seus apoiadores. Na qualidade de presidente da república, Bolsonaro alimentou e retroalimentou as condições necessárias para a rememoração de um imaginário político e social autoritário que aparece acompanhar a nossa história. Desde a campanha eleitoral de 2018 Bolsonaro atuou com base na lógica do binômio amigo-inimigo,⁷ mantendo um discurso e uma práxis de emparedamento daqueles considerados opositores. E, não esqueçamos, o inimigo pode ser os outros poderes institucionais (Legislativo ou Judiciário) ou os demais órgãos que compõem o desenho institucional brasileiro (Polícia Federal, por exemplo).⁸ Sua atuação trouxe à tona imaginações políticas que remontam o passado brasileiro no qual uma das reminiscências históricas mais evidentes é o período ditatorial de 1964 a 1985 e o ‘fantasma’ do comunismo que acompanhou aquele período.⁹ Após a posse do governo democraticamente eleito as forças sociais insatisfeitas aumentaram a aposta na derrubada da institucionalidade desenhada desde 1988 para, assim, chegarmos ao ‘capitório’ tupiniquim naquele triste 08 de janeiro de 2023, quando

-
- 7 No dia 01 de setembro de 2018 no Estado do Acre, Bolsonaro gritou em cima de um palanque: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”. Bolsonaro também utilizou o tripé de uma câmera para imitar uma metralhadora como se estivesse efetivamente praticando a ação de metralhar alguém. Além do ato de fala pronunciado, que já carrega uma performatividade em si mesmo, a cena dantesca de imitar uma metralhadora também configura uma violência performativa e simbólica que exemplifica muito bem como a lógica do amigo-inimigo foi mobilizada institucionalmente durante os 4 anos do governo Bolsonaro (figura 01).
 - 8 Durante todo o governo Bolsonaro as Universidades e Institutos Federais foram tratados como inimigos. Desde a gestão do ministro da Educação Abraham Weintraub, passando pelas sucessivas trocas de gestores públicos por diversos escândalos, dentre eles fraude no próprio currículo lattes, até os cortes e bloqueios financeiros em dezembro de 2022. Estes últimos deixaram em situação de absoluto desamparo alunos que dependem das bolsas de ensino, pesquisa, extensão e permanência na graduação e na pós-graduação, além de deixar as instituições de ensino absolutamente inadimplentes frente a seus contratantes, dentre eles os servidos terceirizados do qual dependem milhares de trabalhadores por todo o Brasil.
 - 9 Não é por acaso que os apoiadores de Bolsonaro sistematicamente adjetivam os ministros do STF e a própria Corte de comunistas.

os prédios das instituições brasileiras foram física e moralmente atacados por ‘cidadãos e cidadãs de bem’. É preciso destacar que o ataque, que ainda deverá ser objeto de muito estudo e reflexão por toda sociedade brasileira, foi incentivado, preparado e planejado por agentes públicos e políticos que se utilizaram da institucionalidade do Estado para mobilização de parte da população contra a institucionalidade tanto física quanto simbólica.

Se este rápido diagnóstico fizer algum sentido, o desafio que se apresenta é como podemos seguir refletindo e aprofundando a experiência democrática brasileira após as eleições de 2022, especialmente no que diz respeito à institucionalidade necessária à estabilidade social? É assim que interpretamos, traduzimos e aceitamos o convite do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGSP) da Universidade Federal do Mato Grosso. Entre demandas por mais democracia e mais justiça social, as possibilidades de futuro da nossa sociedade democrática se impõem. E é sobre esse solo que (re)colocamos as questões: é possível seguirmos imaginando uma sociedade democrática brasileira para além de um imaginário político autoritário? Quais são os termos de uma institucionalidade que seja diferente daqueles elementos constitutivos de um imaginário autoritário e que se apresenta como inevitável e incontornável? Como superar os elementos autoritários do passado para imaginarmos politicamente um possível futuro democrático?

Propondo-se a imaginar possibilidades democráticas para o futuro, Jan-Werner Müller publicou o livro *Regras Democráticas. 1. Liberdade. 2. Igualdade. 3. Oportunidade*, em 2021. O texto faz uma análise dos termos autoritarismo, populismo e democracia, interpretando os fenômenos políticos

contemporâneos, em especial o crescimento do autoritarismo no cenário internacional. A pergunta central do autor é ‘o que aconteceu com o mundo democrático?’ ou ‘o que [ainda] está acontecendo com o mundo democrático?’.

As perguntas são instigantes para o iniciar uma reflexão sobre os processos sociais que estão em curso no Brasil. O cenário real para a reflexão é a existência de uma sociedade politicamente tensionada e moralmente dividida, cujas fraturas sociais evidenciam rupturas/divergências da ordem do inconciliável. Quem não se lembra das manifestações de bloqueios de ruas, avenidas e rodovias pelo Brasil afora que expressaram a não aceitação dos resultados das eleições presidenciais de 2022 e que causaram severos impedimentos a vários cidadãos que necessitavam trafegar pelos trechos bloqueados. Um dos exemplos mais dramáticos foi o caso de uma criança que necessitava chegar ao hospital para se submeter a uma cirurgia em razão de um acidente na escola no qual seu olho havia sido perfurado. Impedido de prosseguir viagem pelos manifestantes golpistas, o pai entrou em desespero quando não conseguiu passar pela rodovia e levar seu filho para o atendimento hospitalar. Infelizmente a cirurgia foi cancelada. Felizmente a criança conseguiu atendimento posterior realizando a cirurgia. (MATHIAS, 2022) (figura 2).

Partindo da ideia de democracia como um sistema de coordenação da convivência social no qual é necessário garantir liberdade, igualdade e oportunidade para as pessoas, Müller (2021) tratará da importância das instituições intermediárias, a saber, partidos políticos e meios de comunicação, como condição de possibilidade da própria democracia. Logo, sem instituições não há democracia. Mas quais instituições são ne-

cessárias para a configuração de uma sociedade democrática? A construção de qualquer imaginação política depende do revolvimento do solo histórico de cada sociedade. Em nosso caso, penso que o ponto de partida deva ser sempre o desenho político-institucional previsto na Constituição de 1988.¹⁰

2. Democracia e ceticismo: fato ou fake?

É consenso, todo mundo tem suas razões (MÜLLER, 2021). Compreendida como um empreendimento social no qual há uma partilha de sentidos discursivamente construídos, a democracia pode ser concebida como um espaço de dar e pedir razões. Mas para fazer a mobilização das razões, cujos sentidos normativos deverão regular as relações interpessoais dos cidadãos no próprio ambiente social, é preciso ter regras. Se todo mundo que tiver suas próprias razões falar ao mesmo tempo, então ninguém escutará ninguém. A ideia de ter razão, ou de pelo menos de ter direito a ter razão, é inerente às sociedades plurais que são o substrato fático para imaginar as dimensões institucionais da democracia. O pluralismo pressupõe, em alguma medida, uma perspectiva cética em relação à dimensão normativa da sociedade. Contudo, da premissa de que 'todo mundo tem suas razões' não se deduz que todo mundo tenha razão. Ter uma razão é algo muito diferente de ter razão, ou, nos dizeres de Peter Mair (2006), 'todo mundo tem direito a sua própria opinião, mas ninguém tem direito aos seus próprios fatos!'

A imaginação política é desafiadora dos fatos. Se o exercício político se resumisse a descrever aquilo que acontece na

10 O recuo temporal proposto é um dentre outros possíveis.

sociedade, não haveria espaço para mudanças ou inovações nas instituições sociais. A história dos direitos demonstra que eles, especialmente os Direitos Humanos, precisaram (e ainda precisam) ser inventados (HUNT, 2009). Sem imaginar politicamente os Direitos Humanos, não os teríamos como direitos. Não sendo um regime pronto e acabado, a própria democracia é constantemente inventada e reinventada ao longo da história.

Contudo, interrogar os fatos e/ou realidades como exercício imaginativo não significa autorização para criação de fatos e/ou realidades. Num ambiente plural cujo sentimento de descrédito institucional é deliberadamente alimentado por atores políticos (candidatos, governantes, partidos políticos, apoiadores, etc.) a imaginação política encontra uma avenida aberta para criação e divulgação de desinformação (fake news). A avalanche de conteúdos falsos e milimetricamente produzidos para despertar todas as formas de afeto nos cidadãos tem se constituído como a gramática das disputas de poder nos períodos eleitorais (CAMILLOTO, BARBOSA, JARDIM, 2021). E, mais ainda. O ressurgimento do autoritarismo no cenário político contemporâneo fundado na lógica do amigo-inimigo propõe a transposição das tensões inerentes aos períodos de disputa eleitorais para a vida cotidiana dos cidadãos, invadindo o dia a dia das pessoas que, capturadas pelos discursos de ódio, pela desinformação e pelas fake news, orientam suas ações nas relações intersubjetivas como se estivessem sempre, e a todo instante, no calor da disputa política. Desta forma, na entressafra das eleições, o autoritarismo vai produzindo uma imaginação política capaz de manter uma base de apoio popular afastando de forma resoluta as possibilidades dos cidadãos de se reconciliarem ou, no mínimo, de estabelecerem uma

convivência pautada no autorrespeito em outras dimensões da vida para além daquela disputa de poder específica.

Além da lógica do amigo-inimigo, com a criação e divulgação de fake news, o autoritarismo fabrica a imaginação política retomando um tema clássico da democracia: o par dialético elitismo-populismo. Em formulação sintética, enquanto o elitismo tem por fundamento a identificação de alguma elite em oposição ao povo, o populismo pode ser considerado como uma proposta de fazer valer a vontade do próprio povo. Nos dizeres de Müller (2016), o populismo reivindica a ideia do ‘povo real’ cujo correspondente binomial é a ‘elite corrupta’ que, por sua vez, é compreendida como sendo o grupo social que faz uso do poder para benefício próprio nos termos de uma cleptocracia. Para os populistas é preciso combater rigorosamente a ‘elite corrupta’ por meio da produção de discursos e ações que devem ser capazes de reestabelecer a ‘verdade’ na esfera pública. É aqui que a utilização de fake news ganha maior importância pois, compartilhando o sentimento profundo de desilusão a partir da incapacidade do governo de fomentar uma organização social minimamente justa e de atender as expectativas, os cidadãos tendem a acreditar em quaisquer pedaços de (des)informações que confirmem suas crenças mais arraigadas e, assim, seguimos nosso caminho cotidiano dentro de nossas bolhas informacionais (*echo chambers*) e com reduzida capacidade de reflexão crítica. Potencializado pela atuação camuflada dos algoritmos, esse cenário de pós-verdade radicaliza a perspectiva cética e coloca a dimensão institucional da sociedade em absoluta e irretratável suspeição.

Além disso, penso que seja preciso estar atento para as alterações éticas e estéticas que essa nova forma de partilha discursiva

produz na esfera pública. O ressurgimento do populismo encontra como ponta de lança a figura do líder carismático que encarna a salvação das expectativas do ‘povo real’. Uma vez identificada a vontade do ‘povo real’, o líder deve ser capaz de sustentar os discursos que mantêm a ligação direta entre ele e seus apoiadores. Neste cenário, não importam nem os fatos, nem a ciência, nem o conhecimento socialmente produzido, nem as instituições e nem as outras possibilidades discursivas e dialógicas. O importante é que o líder seja capaz de agir em nome do povo para salvar a democracia, o país, a nação e o próprio povo do inimigo comum, seja ele qual for. Ainda neste cenário, o líder autoritário não tolera o contraditório. Não é por acaso que a imaginação política fabricada no contexto brasileiro a partir de 2018 é a figura do mito, que, por definição, não admite nenhuma indagação de qualquer ordem e que quando derrotado na disputa eleitoral não reconhece (e nem pode, sob pena de frustração dos apoiadores) o resultado do processo democrático.

O autoritarismo parte de uma forte crítica às elites governamentais já estabelecida no poder. O discurso e as práticas sociais são fundados no valor antissistema, cuja proposta ideológica é a unificação do povo. É na criação da imaginação política de alguma ideia de ‘realidade’ ou de ‘real’ que o populismo mobiliza seu discurso de oposição às cleptocracias da elite ou do *establishment* governamental. Não raramente esse discurso político é empacotado como ‘não político’, isto é, a democracia está em crise em razão do sistema político estar a serviço das elites governamentais em detrimento do povo que sofre as consequências negativas das ações políticas realizadas pela elite corrupta. Desta forma, seria necessário recuperar

o poder e a governança para devolver ao povo o verdadeiro sentido democrático que possa fazer valer a vontade ‘real do povo’ ou a do ‘povo real’. Com suas razões debaixo do braço os cidadãos são, então, convidados a desafiar a credibilidade dos meios de comunicação, especialmente aqueles considerados ‘tradicionais’.

Se o populismo interroga a governança das elites, então os meios de comunicação por ela financiados também devem ser descredibilizados, estabelecendo-se uma ligação direta entre governante e governado. Eis aqui outro ponto fundamental para entender o populismo: a relação diretamente estabelecida entre os governantes e seus líderes. No processo de comunicação direta e de desconstrução da credibilidade dos meios de comunicação, os atores populistas apresentam um descompromisso total com qualquer verdade factual, isto é, ao se comunicarem com o povo os populistas ofertam ao cidadão informações falsas sem quaisquer constrangimentos. O líder fala diretamente ao povo. Fala, também, pelo povo se autointitulando o proprietário da ‘verdade’, mesmo quando o conjunto de informações apontam para alguma teoria da conspiração. E como diz Müller (2021), não há limites para as teorias da conspiração. Como exemplo, o processo eleitoral de 2018 que foi notadamente marcado pela criação e divulgação públicas de teorias que não possuem qualquer viabilidade epistemológica de reivindicação de veracidade quando confrontadas com a realidade social. Quem não se lembra da ‘mama-deira de piroca’ e do ‘kit gay’? E, hoje, olhando retrospectivamente não há dúvidas o quanto essas duas (e outras tantas) fake news influenciaram o resultado daquele processo eleitoral. A imaginação política produzida por governos populistas

causa severos impactos sobre toda sociedade, não só em tempos de disputa pelo poder. Durante a pandemia, tivemos por parte do ex-presidente Bolsonaro uma ampla e irrestrita divulgação da (des)informação de que a cloroquina era um remédio eficaz contra a contaminação do coronavírus no auge da pandemia, a despeito da não comprovação científica da eficácia do referido fármaco. Além do fato de que cidadãos e cidadãs acreditaram no ex-presidente e tomaram um remédio sabidamente ineficaz, parte dos profissionais da medicina (médicos) tomaram a informação falsa do governo federal como uma verdade e endossaram um discurso sem fundamento científico¹¹.

Sociedades plurais são, por natureza, sociedades fragmentadas moral e politicamente. Conflitos sobre ‘concepções de bem’ existem e devem continuar a existir. O dever de coexistência implica num compromisso com a manutenção da diversidade que dá sentido e concretude ao conceito de democracia. Admitindo o pluralismo, não é possível formular de uma só vez e de uma vez por todas qual é (ou deve ser) a vontade do povo, muito menos do ‘povo real’. É preciso observar que num ambiente democrático distintas concepções de bem não transformam as partes conflitantes automaticamente em partes ilegítimas, ainda que dentro de um contexto de polarização política. Mas também é preciso compreender quais são os limites da própria democracia, sob pena do ceticismo radical legitimar os discursos e práticas autoritárias que colocam em risco as próprias regras democráticas. A democracia precisa de uma infraestrutura

11 Talvez esse fenômeno mereça a atenção dos pesquisadores do futuro: a convicção ideológica no campo da política tornou-se tão alta que profissionais de uma área técnica, a medicina, que deve ser informado por princípios da ciência como comprovação metodológica e evidências, simplesmente negaram os conhecimentos públicos e compartilhados daquele campo de conhecimento para endossar uma posição política pró ex-presidente Bolsonaro.

para funcionar. Então, é preciso imaginar politicamente qual é a infraestrutura necessária para sustentar o regime democrático, sob pena de experimentarmos apenas uma democracia fake.

3. Desafios políticos na encruzilhada da história brasileira

O que temos como horizonte não é, de modo algum, um céu de brigadeiro. Sufocada pela fumaça tóxica do autoritarismo, resta saber se a infraestrutura democrática brasileira possui capacidade de oxigenação que permita a respiração de uma sociedade plural.¹² No contexto contemporâneo podemos entender que estamos numa ‘guerra discursiva (ou de narrativas)’ no interior da qual surge, dentro outros, um desafio e uma tarefa.

O desafio passa por tentar compreender as demandas apresentadas pelos movimentos sociais como reivindicações legítimas tanto pela efetivação de direitos já reconhecidos pela institucionalidade normativa quanto pelo reconhecimento de novos direitos¹³ e identificar os ataques impostos à infraestrutura democrática pelos setores autoritários. A tarefa é cartografar as experiências de violações dos princípios que informam o regime democrático, bem como aquelas que inequivocamente configuram afronta aos direitos humanos, para, usando a imaginação política, pensar alternativas para o futuro da democracia. Dito de outro modo, imaginar o nosso futuro depende da nossa capacidade de olharmos para o passado – próximo e distante – e para outros territórios e experiências.

12 Quer seja no sentido metafórico, quer seja no sentido real experimentado pela sociedade brasileira quando milhares de cidadãos morreram em decorrência da infecção pela COVID-19 e por ausência de oxigênio nos hospitais do país entre os anos de 2020 e 2021.

13 Para o aprofundamento em relação às demandas por igualdade material, vale a pena conferir o argumento da “Igualdade como Não Subordinação” formulado por Petroni (2022).

Nesse sentido, e na esteira do movimento político norte-americano, precisamos enfrentar o fato de que fomos capazes de gestar nosso Trump dos trópicos. Bolsonaro mimetizou o *modus operandi* do ex-presidente estadunidense agindo de forma autoritária, dissimulada e cínica perante as responsabilidades institucionais do cargo que exerceu até 31 de dezembro de 2022. Sua atuação como político parlamentar durante 27 anos¹⁴ demonstra que ele sempre fez parte do sistema político usufruindo de todas as benesses dos cargos exercidos de forma legítima, pois que eleito pelas regras democráticas. Também na qualidade de parlamentar, sempre que podia Bolsonaro aproveitava as oportunidades de inserção e aparecimento na mídia para produzir discursos, falas e entrevistas que eram assimilados por parte da sociedade brasileira como algo ruim ou jocoso, do ponto de vista do conteúdo, mas não ofensivo ou violador dos direitos de outrem, especialmente de grupos sociais minorizados.¹⁵

Nesse processo de assimilação, suas intervenções eram compreendidas como desagradáveis, deselegantes e desnecessárias (DDD), mas, ainda sim, dentro do espaço de liberdade

14 O sistema proporcional para a ocupação de vagas no Poder Legislativo brasileiro (com exceção do Senado Federal) permite a sobrevivência de inúmeras figuras obscuras no parlamento. No caso, Bolsonaro sempre teve uma base eleitoral forte e fiel no Estado e na cidade do Rio de Janeiro. Essa base consolidada permitiu a ele sobreviver no parlamento brasileiro por anos a fio na condição de deputado do 'baixo clero'. Essa qualificação revela o quão inexpressivo, do ponto de vista político, era o deputado Bolsonaro. Contudo, sua experiência acumulada na Câmara dos Deputados aliada à sua base eleitoral permitiram que Bolsonaro saísse das sombras e se tornasse um importante *player* na disputa pelo Poder Executivo federal.

15 Quem não se lembra do programa de televisão Custe o Que Custar (CQC) entre os anos de 2008 e 2015 pela TV Bandeirantes, especialmente no quadro 'O povo quer saber', em 2011, no qual Bolsonaro ganhou uma visibilidade nacional cujo conteúdo é a negativa dos direitos e reivindicações da população LGBTIQIA+. Era o começo da mobilização de uma pauta conservadora contra os movimentos sociais que reivindicavam igualdade de direitos no tocante a liberdade sexual e de organização familiar.

de expressão previsto na Constituição de 1988.¹⁶ Porém, para outros setores da sociedade, as falas de Bolsonaro representavam a ‘verdade’ e, mais do que isso, traduziam a vontade de dizer aquilo que estava preso na garganta, especialmente diante dos recentes avanços de pautas progressistas, nem sempre bem digeridos por perspectivas politicamente conservadoras. O ambiente democrático permite as pessoas a falarem o que pensam sem filtros¹⁷ e essa ação (falar o pensa) pode ser interpretada como expressão de uma virtude pública: coragem. Afinal, alguém teve coragem de dizer aquilo que eu e todo mundo gostaríamos de dizer, mas não dissemos. Essa pessoa corajosa que fala as ‘verdades’ na cara (ou na lata) deve ser capaz de enfrentar o ‘sistema’ e, portanto, me representa.

A personagem política Bolsonaro foi ganhando cores mais vivas. Ancorado na pauta dos valores tradicionais da família, religião e costumes, uma imagem de político começa a ser detalhadamente planejada para que pudesse ressurgir publicamente como aquilo que é da ordem do inimaginável: o mito. O atentado sofrido por Bolsonaro na cidade de Juiz de Fora, em 06 de setembro de 2018, uma facada que quase lhe tirou a vida,

16 Além do argumento da liberdade de expressão, garantida e atribuível a qualquer cidadão, lembremos que as falas de Bolsonaro foram proferidas na qualidade de Deputado Federal e, neste caso, também há que se considerar a imunidade parlamentar também garantida pela Constituição. Se a imunidade parlamentar, por um lado, não é um salvo conduto para proferimento de discursos de ódio (tais como falas racistas, xenofóbicas, misóginas, lgbtfóbicas, etc), por outro, ela é um importante elemento que deve ser levado em consideração no contexto discursivo das regras democráticas.

17 Pensem, por exemplo, que numa democracia é totalmente possível ir às ruas para pedir intervenção militar constitucional que, se atendida, implica no fim da própria democracia. Neste caso, a infraestrutura democrática tem que cuidar do reestabelecimento da ordem social dentro dos limites do Estado de Direito sendo um deles o respeito aos Direitos Humanos. Com as garantias constitucionais debaixo do braço, pedir intervenção constitucional militar na via pública não é uma ação muito exigente ou que imponha um grande risco ao cidadão (especialmente àquele ‘de bem’). Muito mais arriscado e exigente é ir às ruas em regimes ditatoriais para pedir democracia.

é o *gran finale* na construção da figura pública que conquistou a vitória nas urnas no processo eleitoral de 2018 e que teve uma votação absolutamente expressiva nas eleições de 2022. A imaginação política construída em torno da figura de Bolsonaro convenceu a maioria (em 2018) e grande parte (em 2022) do povo brasileiro de que os valores apresentados pelo discurso autoritário são compatíveis com a infraestrutura democrática prevista pela Constituição de 1988. Sustentado e empoderado pela vitória de 2018, os quatro anos de governo Bolsonaro foram puro suco (ou chorume mesmo) de populismo autoritário.

Podemos afirmar que um primeiro passo foi dado em direção à superação do desafio acima formulado. Diferentemente de 2018, a expressão popular de representação política para o governo federal brasileiro em 2022 escolheu outro projeto político protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT): a Frente Ampla pela Democracia. O projeto vencedor em 2022 foi capaz de angariar apoio popular majoritário mobilizando uma imaginação política distinta do populismo autoritário do candidato à reeleição e que detinha a máquina pública sob seu comando. Derrotar o autoritarismo encarnado na figura política do ex-presidente Bolsonaro a partir das regras democráticas que configuram o sistema eleitoral brasileiro era uma condição necessária para o reestabelecimento da credibilidade institucional. Mas e o *after day*?

Como mau perdedor, Bolsonaro seguiu o exemplo antir-republicano de Donald Trump e recusou (e ainda se recusa) a reconhecer o resultado do processo eleitoral democrático. Apesar de suas falas absolutamente infundadas e da ação de impugnação das urnas eletrônicas utilizadas no processo

eleitoral de 2022,¹⁸ julgada pela figura pública que dá vida ao arqui-inimigo na narrativa do bolsonarismo, o Min. Alexandre de Moraes do STF, Bolsonaro decidiu jogar de acordo com as regras da infraestrutura democrática brasileira. Contudo, a não aceitação do resultado demonstra de forma cabal que ele não aprendeu a perder as eleições. Se a arte democrática de perder as eleições pode ser explicitada no exercício de uma oposição leal ao projeto vencedor, a postura autoritária não se preocupa em fazer uma oposição política minimamente leal. Lealdade, neste caso, não só com o projeto adversário e vencedor, mas, também, para com os fundamentos da própria infraestrutura democrática. Talvez esse seja um valor necessário para o aprendizado social do empreendimento democrático: saber perder as eleições e respeito às regras democráticas como reafirmação da própria democracia.

4. Considerações Finais

Em síntese, o desafio é saber se a imaginação política produzida acirradamente no contexto do processo eleitoral de 2022 e que aponta para o respeito às regras democráticas será capaz de se sustentar nos próximos anos. Indivíduos, sociedade e instituições intermediárias devem estabelecer pontes dialógicas nas diversas oportunidades de interação intersubjetiva, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. A tarefa dialógica deve ser orientada pela revalorização dos fundamentos da infraestrutura democrática como aposta na viabilidade de um futuro democrático.

18 Lembrando que as primeiras urnas eletrônicas foram utilizadas pela Justiça Eleitoral brasileira no ano de 1996 em eleições nos municípios com mais de 200 mil eleitores. Em 2000 as eleições municipais foram 100% por meio do sistema eletrônico de votação. Desde então, o sistema foi sendo aperfeiçoado se mostrando seguro e confiável para a população brasileira.

Qual a garantia de que essa tarefa será bem cumprida? No regime de incertezas, talvez nenhuma. Afinal, a institucionalização da incerteza permitida pela democracia traz consigo a abertura das possibilidades de construção dos sentidos futuros que podem reavivar os sentimentos e ideais autoritários, tão característicos da nossa história social e institucional. A democracia deve se equilibrar entre a esperança de manutenção da infraestrutura democrática e a tentativa de não retorno ao autoritarismo cujos discursos e práticas são exemplos de violação das regras democráticas e dos direitos humanos.

A questão central é saber se conseguiremos fabricar uma imaginação política que priorize a democracia, a justiça social e os Direitos Humanos no Brasil no século XXI, afastando o cálice amargo do autoritarismo. Muitos caminhos são possíveis para enfrentar esse desafio. A reconstrução das bases sociais do autorrespeito, a reconstrução dos pilares do Estado de bem estar social, fundado nos objetivos da República Federativa do Brasil, o fortalecimento da classe trabalhadora com políticas de pleno emprego, a proteção e aprofundamento criativo do pluralismo radical de valores e visões de mundo que constitui o experimento democrático brasileiro, ou, ainda, o desmantelamento de hierarquias sociais historicamente reproduzidas pela nossa estrutura social e potencializadas por um sistema político oligopolizado são algumas possibilidades. Não há uma única direção a ser tomada na escolha dos caminhos. No regime das incertezas, talvez uma certeza se apresente clarividente: qualquer que seja o caminho escolhido, não será fácil triplhá-lo. Com as fraturas expostas do tecido social brasileiro, há muita coisa a ser (re)construída. Com o jogo democrático sendo jogado, as saídas devem ser muitas, diversas e, por vezes,

até mesmo antagônicas. Se daremos conta de cumprir nossa tarefa enquanto sociedade que quer se realizar democraticamente, só o futuro dirá.

Enquanto esse futuro não chega, parece ser fundamental seguirmos refletindo sobre os vocabulários normativos e analíticos que temos disponíveis para desenharmos alternativas ao que se impõe como realidade da nossa democracia equilibrada, aqui e agora. Nessa caminhada, acreditamos que é um dos maiores desafios talvez seja imaginar o que a democracia e a justiça requerem de nós, tanto como indivíduos que querem seguir se organizando enquanto livres, iguais e plurais quanto como sociedade capaz de organizar nossas ações e instituições. Pensar nas formas de reestabelecer algum equilíbrio democrático é apostar num esforço interpretativo que recebe como combustível a força do “dever ser”. E é a força do *dever ser* que nos acompanhará na retomada dos projetos democráticos brasileiros para além de uma imaginação política autoritária que, como uma assombração ronda o imaginário social brasileiro e que precisará ser, uma vez mais, derrotada.

5. Referências

ALI, Nunzio. **Enlarging political imagination**: ideal types of social systems and a pluralistic distributive approach. *Lua Nova*, v. 1, p. 169-204, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-169204/117>.

BIGNOTTO, Newton. **O Brasil à procura da democracia**: da proclamação da República ao século XXI (1889-2018). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CAMILLOTO, Bruno; BARBOSA, Marcus Paulo; JARDIM, Luzia. Desinformação em contextos eleitorais: da definição às

possibilidades de enfrentamento. In: Ministro Carlos Bastide Horbach. (Org.). **Sistematização das normas eleitorais**: eixo temático II: Justiça Eleitoral. 1 ed. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021, v. 3, p. 87-116. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/catalogo-de-publicacoes/lista-do-catalogo-de-publicacoes/publicacoes/s/sistematizacao-das-normas-eleitorais-2-eixo-tematico-ii-justica-eleitoral-volume-3>.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução Rosana Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem?** Tradução Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro, 2019.

MAIR, Peter. Ruling the void? The hollowing of Western democracy. **New Left Review**, 42 nov/dec 2006.

MATHIAS, Pedro. **Pai se desespera em bloqueio de ato golpista que impedia menino de fazer cirurgia para não ficar cego**. G1, MT. 23/11/2022 10h34 disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/11/23/manifestantes-de-mt-bararam-onibus-com-pacientes-e-pai-de-filho-que-precisava-de-cirurgia-se-revolta-que-fique-cego-disseram.ghtml>.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is Populism?** Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, Kindle edition, 2016.

MÜLLER, Jan-Werner. **Democracy rules**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2021.

PETRONI, Lucas. Igualdade como Não Subordinação. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, v. 177, p. 127-168, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-127168/117>.

PRZEWORSKI, Adam. **O Valor e a Essência da Democracia**. Apresentação e Tradução: Lucas Petroni (FGV/Cebrap). 2022.

Disponível em: <https://novosestudios.com.br/o-valor-e-a-essencia-da-democracia/#gsc.tab=0>.

SCHUWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FIGURAS



Figura 01: (FONTE: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/no-acre-bolsonaro-fala-em-fuzilar-a-petralhada-e-envia-los-a-venezuela/>)



Figura 02: (FONTE: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/11/23/manifestantes-de-mt-barram-onibus-com-pacientes-e-pai-de-filho-que-precisava-de-cirurgia-se-revolta-que-fique-cego-disseram.ghtml>)

QUESTÕES E RELATO DE UMA PESQUISA EM IDENTIDADE DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA¹

A identidade, ao se configurar elementarmente, abre ou reivindica um espaço de representação política e histórica, desestabiliza parcialmente as identidades com as quais rompe, se desloca, ou ainda ressignifica. Ela, dessa forma, se apresenta e se representa para si e para o(s) que estiver(em) em questão. (RODRIGUES, 2007, p. 108).

Marlon Leal Rodrigues²

1. Introdução

A “discursividade” (ORLANDI, 2001, 92), sobre qualquer questão a respeito da construção dos “sentidos” (Pêcheux, 1997) sobre “identidade” (ORLANDI, 2002, p. 38- 39; RODRIGUES, 2007, p. 107), entre outros, de professor, docente de língua portuguesa e de outras área é se deparar com um complexo contraditório da “ordem do discurso” (ORLANDI, 2001, p. 93) do econômico, da ordem discurso do social, da ordem do discurso que depende de forma direta ou indireta de sentidos das coerções

1 Parte do projeto de pesquisa – questões iniciais – desenvolvido na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS de 2019-2022: Discurso Sobre A Identidade Do Professor De Língua Portuguesa: “Tensão Nas Redes De Memória”.

2 Professor e pesquisador do Departamento de letras da UEMS, pesquisador do NEAD/UEMS, marlon@uems.br

políticas das condições de produção materiais de existência do regional ou do nacional em seu aspecto *lato e stricto sensu*.

O sentido de identidade de professor de forma ampla em relação aos cursos de licenciaturas no Brasil possui sentidos atravessados por questões que dizem respeito a posição de classe social, pois, ainda que de forma empírica, pode-se constatar que a grande maioria de professores do ensino fundamental e médio são advindas das classes sociais menos favorecidas historicamente, ou seja, as classes populares. Também é notório que o espaço construído historicamente de professor no Brasil, nas últimas décadas, a partir da década de 70, vem perdendo gradativamente seu prestígio social, seja em seu aspecto salarial de degradação das condições materiais daqueles que se inscreve e se constitui nesse espaço. Seja enquanto representação discursiva de valores sociais, ou seja, o salário do professor configura os sentidos que a sociedade capitalista lhe confere enquanto posição sujeito e sentidos.

Nisso é possível considerar o quanto é rotineiro às agressões física e verbal que professores sofrem em sala de aula ou devido o exercício da profissão (Silva, 2011), ou também quanto ao desprestígio social. É importante ressaltar que há esforços por parte do Estado em reverter o atual quadro, particularmente a partir do “Governo Lula” com o piso do magistério entre outras ações. Apesar de um quadro preocupante da situação do professor no Brasil, ainda os processos de interpelação de identificação demandam seus efeitos de sentidos.

Outro aspecto da complexa discursividade da identidade do professor é a identidade do professor de Língua Portuguesa em particular, ela possui seus pontos de ancoragem específicos como as demais áreas. Nisso temos que considerar algumas questões:

- entre as licenciaturas, a que mais oferece cursos, seja nos grandes centros ou no interior do país é a de Português e suas Literaturas, normalmente vem “casada” com a de Língua Inglesa e suas Literaturas;
- outro aspecto que diz respeito as condições materiais de existência é que em muitas localidades do país a opção por licenciaturas diz respeito a existência somente delas, para atender as demandas do ensino fundamental e médio;
- considerar ainda que a disciplina Língua Portuguesa e a de Matemática possuem a maior carga horária no sistema de ensino;
- as licenciaturas possuem um custo menor para ao estudante em relação aos outros cursos superiores em decorrências de laboratórios e instalações específicas.

A partir dessas considerações, é possível abstrair algumas questões ainda que elementares:

- as opções pelas licenciaturas em grandes centros ou no interior acabam por se realizar como uma imposição para o “sujeito” (ORLANDI, 2002, p. 99), pois ao se constituir como única opção, o sujeito diante das condições de produção materiais de existência que constitui a possibilidade de inscrever no espaço do curso superior e de tudo que dele possa decorrer, tais como fazer concurso público para outras áreas que não a do magistério;
- agregar algum “efeito de sentido” (PÊCHEUX, p. 167, 1997) a sua posição sujeito em outra função;
- e mesmo ascender socialmente em relação as condições históricas do sujeito.

Pode-se ainda citar a própria questão da concorrência quer via vestibular ou mesmo via ENEM, ou seja, o sujeito em sua condição não consegue pontuação se não obter nota para outras áreas e as licenciaturas que se constitui como segunda opção³ ou a mais fácil.

O último ponto de proposta de reflexão é como se constitui a identidade do professor de Língua Portuguesa referencialmente em relação ao seu próprio espaço de saber da disciplina em que se constitui o sujeito. Isso em relação aos estudos de língua e suas literaturas. É significativo na medida em que o Curso de Letras, muito embora possua o seu “próprio” (DE CERTEAU, 2002, p. 201) modo de funcionamento, pois, a prática desse campo do saber ou no limiar da “epistemologização” (POSSENTI, 2005 p. 389) cujo repertório a “produção do conhecimento” (Idem) ainda está relacionada em grande maioria a prática de ensino.

Este modo de funcionamento toma a prática sobre a “língua” (SAUSSURE, 1985, p. 21) não em sua totalidade por questões didáticas e metodológicas, mas as divide em sua forma de organização e subáreas (morfologia, sintaxe, fonética/fonologia, história da língua, estilística, semântica, análise do discurso etc.) tendo como referência a forma de ensinar por série e nível de “maturidade intelectual” do aluno.

3 Há alguns anos venho indagando os meus alunos do primeiro ano de graduação sobre a opção pela carreira de professor de Língua Portuguesa e mesmo pelo magistério de forma ampla. As respostas podem ser sintetizadas em alguns enunciados: a) não tinha outra opção (na cidade ou região) de fazer curso superior; b) preciso fazer concurso público; c) é o mais fácil que tinha; d) gostaria de fazer outro curso (direito, comunicação social, psicologia, medicina, engenharia, administração, contabilidade etc.), mas só tem este; e) não sei bem o que quero mais não posso ficar parado; f) só consegui vaga para Letras. Esses enunciados representam alguns dos aspectos da complexidade que abordamos.

A forma de abordar o ensino da língua em sua divisão didática e metodológica também se constitui um espaço de “identificação” (PÊCHEUX, 2002, p. 56) do professor em relação à “prática discursiva” (Idem) do ensino de língua. A forma de divisão da organização da língua e dos aspectos que a constitui não representam apenas divisões que se apresentam por si só, elas possuem determinados sentidos de maior ou menor relevância; sentidos de prestígios inscritos em determinadas “formações discursivas e formações imaginárias” (ORLANDI, 1999, p 39) em relação às outras subáreas da língua que é um espaço de preferência e de disputa entre professores, ou seja, no imaginário discursivo do ensino de língua, ensinar. Por exemplo, prática de interpretação e de produção de texto pode ser significado menos em relação ao ensino de sintaxe, ou seja, isso é mais importante ou mais difícil do que ensinar aquilo etc.

Essa complexidade da questão do processo de identidade do professor e do docente de ensino de língua é atravessada por outras discursividades: o que é língua e o que é ensino de língua. Essa questão se apresenta e se representa como elementar, no entanto, é uma questão crucial para compreender não apenas ao processo de identidade do professor, mas o resultado em alguma medida de sua prática discursiva de ensino de língua. Em relação a isso, há alguns mitos, tabus e sentidos de língua e de ensino que perduram no funcionamento das formações imaginárias apesar de todo avanço dos Estudos Linguísticos em relação ao ensino de língua tanto nos aspectos reflexivos quanto empíricos.

Na verdade, o sentido de “impressão” a partir das formações imaginárias, ainda que empírica se considerar que o professor de Língua Portuguesa ainda não se apropriou de forma

definitiva dos avanços da Ciência da Língua, ou seja, da Linguística. Tal fato pode ser constatado em alguma medida, em dois enunciados, mesmo a título de provocação: os cursos de formação de professores, Pedagogia em particular, possuem ou não uma formação consistente em Linguística?; os cursos de Letras em que medida conseguem levar o aluno, o futuro professor, a se apropriar da Linguística e seus avanços para a prática cotidiana de ensino de língua?

Por que tais questões como provocação? Em “conversas” com professores do ensino fundamental e médio ainda há um discurso de negação da Linguística, enquanto disciplina norteadora do ensino de língua em detrimento do discurso da gramática como ponto central do ensino de língua. Pode-se constatar que muitas das concepções sobre o ensino nas últimas décadas vêm dos Estudos Linguísticos que a Ensino de Gramática se apropriou, ou seja, o avanço dos Estudos Linguísticos meio à “disputa” não é constatado. Eis uma questão que diz respeito aos cursos formadores de professores, em particular de Letras, no entanto, em todos os demais.

Sobre essas questões, fiz algumas reflexões em “Ensino de Gramática Versus Ensino de Língua” (RODRIGUES, 2010) e “Ensino de Gramática” (RODRIGUES e SOUZA, 2009). Elas também exercem uma “tensão” (ORLANDI, 2001) de sentidos na construção da identidade, os efeitos de sentidos de ensino tradicional de gramática (enquanto língua no sentido de conjunto de regras a “manusear”) chegam a se confrontar de forma intensa com os sentidos de ensino de língua na perspectiva da língua enquanto objeto científico da Linguística na relação com outras áreas, o que contrapõe com os sentidos de ensino meramente de regras normativas, de uma dada conjuntura, a

transmitir meramente como verdadeiro ou falso, certo e errado, pode e não pode. É assim e não de outra forma etc. É importante ressaltar que diversos parâmetros curriculares sejam do Governo Federal, Estadual ou Municipal sempre contemplam os avanços da Linguística, o que não dizer o professor em sua posição possa se apropriar ou se apropria de tais avanços.

Essas questões, ainda que introdutórias, compõem a proposta de pesquisa sobre o “Discurso sobre a Identidade do Professor de Língua Portuguesa” particularmente a partir das questões teóricas e metodológicas da Análise do Discurso de linha francesa proposta por Michel Pêcheux na França, (anos 60-70) e desenvolvida por Eni Orlandi no Brasil a partir dos anos 80. Para as reflexões ainda convém citar a contribuição não menos significativa de Sírio Possenti que reflete sobre o discurso na relação com a língua.

A partir das questões introdutórias, o objeto construído para nossas reflexões é o discurso do cotidiano sobre o processo de identificação do professor de Língua Portuguesa, discurso que se constitui em um espaço menos institucionalizado em relação às formações imaginárias do que se entende por identificação do professor de Língua Portuguesa e as formações imaginárias que operam no cotidiano.

O objetivo geral é analisar a construção do processo de interpelação do processo de identificação do professor a partir do espaço do cotidiano tendo como recorte a identificação de professor de Língua Portuguesa do ensino fundamental e médio.

Enquanto objetivos específicos e seus desdobramentos do objetivo geral, temos os seguintes:

- analisar o discurso sobre os sentidos sobre Língua Portuguesa enquanto área do conhecimento técnico-científico;
- analisar o discurso sobre opção pelo curso de Letras, em particular ensino de língua;
- analisar o discurso sobre o espaço da prática discursiva de ensino de Língua Portuguesa;
- analisar a representação discursiva que o professor de Língua Portuguesa possui de sua disciplina e de si;
- analisar os sentidos da divisão didática e metodológica da disciplina Língua Portuguesa no cotidiano escolar.

A compreensão da formação da identificação do professor de Língua Portuguesa visa à possibilidade de poder contribuir juntamente com outras pesquisas, visualizar um conjunto de práticas não discursivas, de discursos, de sentidos, de gestos e de jogos de enunciar não enunciando. Nisso reside o fato de compreender de um outro ponto de referência a relação entre o professor e a disciplina, o professor e a carreira do magistério e em alguma medida a relação do professor com seus projetos pessoais e a construção de sua carreira.

Nesse sentido, talvez seja possível compreender em alguns dos aspectos os “objetos e temas do discurso” (RODRIGUES, 2011, p. 51-52) via prática discursiva e não discursiva de alguns dos resultados do produto do professor: ensinar Língua Portuguesa. Isso por que em grande medida, o discurso do cotidiano sobre o desempenho do professor e dos alunos, diz respeito aos aspectos formação, de qualificação, de condições materiais de existência profissional (salário), de recursos didáticos pedagógicos etc.

Não se quer insinuar que isso não seja um fato predominante e extremamente relevante, no entanto, elaboramos uma questão que indaga em que medida a identificação pode ou não se constituir em um sentido de identificação a tal ponto de se ter uma prática diferenciada em relação aos outros. Ou dito de outra forma, um professor interpelado pela disciplina e seus aspectos pode ou não ser um professor diferenciado no ensino de Língua Portuguesa? Espera-se que no bojo dos dados essa questão possa demandar sentidos.

Assim, o objeto de análise que forma o *corpus* da pesquisa foi o questionário discursivo em primeira instância que serviu de base para virar artigo e ser publicado em revista acadêmica com QUALIS/CAPES. Neste aspecto, a *corpus* será em segunda instância os artigos.

Há ainda outro *corpus* que servirá de objeto de análise, são suas entrevistas gravadas que possui como roteiro o questionário discursivo. Foi gravado e depois transcrito resguardando as condições de produção da gravação.

A questão do gênero discursivo não se coloca como uma problemática para as análises, mesmo considerando a diversidade de aplicação de um questionário escrito ou entrevista filmada e transcrita depois, pois em ambos os casos a proposta é recortar “textos” (ORLANDI, 1999) significativos que possuam sua relação com a problemática dos objetivos. É importante ressaltar que o discurso ou a discursividade inscritas tanto no questionário quanto entrevista, a nossa posição, de acordo com Orlandi (2002), o discurso é um objeto teórico enquanto o texto é objeto empírico com o qual o analista se depara para recortá-lo e formalizá-lo em análise.

Já a questão metodológica possui dois pontos de ancoragem, um diz respeito à constituição do próprio questionário e tudo que dele decorre (aplicação e análise). A outra diz respeito ao próprio modo de funcionamento do discurso em relação ao “dispositivo de análise” (ORLANDI, 1999, p. 59), ou seja, como ter acesso ao funcionamento do discurso (analisá-lo) se ele possui uma opacidade enquanto seu próprio modo de existência? Para Orlandi (1999, p. 61), cabe ao analista construir alguns procedimentos de análise que

resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído de analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. Nesse lugar, ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no simbólico que é seu alvo (...). Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições.

Esse procedimento metodológico se distancia em muito de análises meramente de conteúdo, positivistas ou mesmo fenomenológicas, não se trata de analisar o que pretensamente o sujeito quis dizer ao enunciar, mas de analisar como ele pode enunciar na construção histórica tais sentidos e não outros. É nesse sentido que os dispositivos e gestos de interpretação podem compreender dois momentos (idem, p. 60-61):

a) em um primeiro momento, é preciso considerar que interpretação faz parte do objeto de análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;

b) em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação com os objetos simbólicos que o analista, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação.

Assim, o processo metodológico é um se deparar com as “coisas-a-saber” (PÊCHEUX, 2002, p. 55), essas que constituem no/pelos discursos, produzem efeitos de sentido, e ainda Pêcheux (idem, p. 57), a questão da análise é uma questão

face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e de política: uma questão de responsabilidade.

Outro ponto importante, enquanto procedimentos metodológicos, diz respeito a construção do *corpus* que constitui o espaço de materialização discursivo será a construção de “questionários discursivos” (RODRIGUES, 2011) que possui como referência a discursividade do “cotidiano” (Idem). Isso em relação também aos sentidos, aos sujeitos e aos discursos fluídos em relação às formações imaginárias que operam nas formações discursivas da ordem dos discursos com certa “estabilidade” sobre professor, docente de Língua Portuguesa, ensino de língua.

A construção do questionário discursivo tem como referência o objeto da pesquisa que se constitui no espaço denominado cotidiano, aos objetivos gerais e aos específicos da pesquisa. Nesse sentido:

- a aplicação do questionário se realiza dada as condições de produção de aplicação do questionário;
- a descrição do ritual de aplicação faz parte das condições de produção do discurso; as perguntas funcionam como provocação de discursos;
- as respostas se constituem em discursos que funcionam independentemente da pergunta/provocação em grande medida.

Assim, a construção do *corpus* via questionário discursivo tem sido uma questão que desafia a Análise do Discurso, pois, ao analista se deparar com o “real do sentido” (ORLNDI, 2001, p. 59) e dele “abstrair” os discursos, há um encontrar-se com o real do discurso, no entanto, ao analista depreender o gesto de construção do *corpus* para dele abstrair os discursos, há uma diferença de “gestos” em que o analista se debruça. Pensar a construção do questionário é em alguma medida mobilizar questões metodológicas que constitui o gesto de constituição da própria disciplina: ruptura.

2. Questionário: objeto discursivo

A proposta deste projeto é analisar o discurso sobre a identificação do professor de Língua Portuguesa. A pesquisa se organiza em dois eixos de reflexão/análise: o primeiro diz respeito a construção da identidade de professor, como ela se constitui desde o ingresso no curso superior, quais condições de produção dos discursos apresentam certa regularidade na inscri-

ção desse espaço, e como acontece nele a constituição do efeito de identificação.

O outro ponto importante a ressaltar refere-se ao professor de Língua Portuguesa, condição que exclui outras possibilidades de inscrição em um outro espaço disciplinar. Neste sentido, é importante compreender o funcionamento do efeito de sentido da língua e como a prática de ensino dela produz sobre o professor. Neste aspecto, a proposta de reflexão/análise tem como ponto de referência a escuta discursiva do cotidiano. “Ouvir” o discurso do professor nesse “intervalo” entre as formações imaginárias e as práticas discursivas da posição sujeito de professor e professor de língua portuguesa. Ainda um outro aspecto significativo da pesquisa é analisar como o professor de Língua Portuguesa significa o espaço escolar e como ele é também significado por ele no jogo das identidades.

Neste aspecto, o questionário tem sido um instrumento importante para não apenas as áreas de humanidades, mas para a ciência de forma geral. Ele é o objeto em que se escrevem algumas problemáticas de uma pesquisa a busca de dados e de respostas com o objetivo de ser compilada em dados qualitativo. Dados estes que poderão a partir dos gestos de análises, levar o pesquisador, em sua posição sujeito, compreender a problemática da pesquisa em questão.

O produto do questionário depende em alguma medida do próprio questionário/ “traduzir” e representar as questões da pesquisa, pois, a passagem das questões teóricas, das reflexões filosóficas e das técnico-científicas não se faz de forma simples. A “tradução” compreende certas particularidades e habilidades do pesquisador, como por exemplo: ter objetivos bem

definidos, compreender a dimensão metodológica do questionário, elaborar de forma consistente as questões, ter claro a dimensão social e histórica dos(as) sujeitos entrevistados(as) em sua posição, adequar o nível de linguagem (tipo de expressões e elaboração sintática) para os objetivos propostos, e as condições de aplicabilidade (escrita, gravada, filmada) em que estarão imbuídas o entrevistador(a) e o entrevistado(a), ter claro a dimensão física do questionário na relação de tempo mínimo e máximo de aplicação. Assim, a passagem das questões norteadores da pesquisa para a materialização no questionário tem sido um procedimento cuidadoso, pois ele deve representar a medida esperada, nem mais do necessário e nem menos.

Outro ponto importante diz respeito à capacitação/habilidade do entrevistador no processo de interpelação do entrevistado(a) e as condições objetivos em que ambos estão envolvidos por alguns motivos. O primeiro seria a forma de condução da entrevista que depende o entrevistador(a), em segundo, garantir que o ritual não seja inadequado e/ou “tumultuado” com interferências outras, como atender telefone em meio ao ritual, por exemplo.

Considerando que no questionário se inscreve discursivamente da posição do entrevistado e isto é parte de sua vivência de estar no mundo, sua percepção do algum fato em questão. Desta forma, no questionário se inscreve mais que isto, pois, os discursos podem ser considerados como patrimônio e parte da vida das “pessoas” (histórias, sentimentalidades, alegrias, dores, sofrimentos etc.) e como tal, o tratamento ético, sério se formaliza no respeito não apenas do sujeito em questão, mas, sobretudo do que dele se “doou” para o entrevistador(a) que perante o sujeito ocupa uma posição de autoridade. Aquele que tem

autoridade para proceder a interpelação, desenvolver e proceder a entrevista. Ainda é importante ressaltar que para cada tipo de pesquisa/questão se configura em um perfil de entrevistado em sua posição sujeito. Assim, Garantir o sigilo quando for necessário é uma questão de responsabilidade, garantir ainda um tratamento técnico-científico, é obrigação do pesquisador.

Para cada tipo de entrevista há determinados protocolos, seja pesquisa quantitativa ou qualitativa. Nas qualitativas há uma participação mais efetiva do sujeitos entrevistado(a) como um “acontecimento” (PÊCHEUX, 2002), em que o questionário promove e se coloca como ponto de confluência da memória (discursividades do sujeito) e uma atualidade (ritual). Nesse aspecto se instaura um ponto de “negociação” entre o questionário e o entrevistado(a) em que o entrevistador(a) se coloca como ponto de referência das condições de produção das possíveis discursividades inscritas. Assim, o que é apenas um “jogo” com sentidos de perguntas e de respostas, não é um meramente espaço em que inscreve dados e depois o abstrai. O questionário discursivo, na nossa pesquisa específica, representa um acontecimento discursivo.

3. Aspecto do questionário discursivo

Um dos aspectos do questionário que trabalho há algum tempo diz respeito a sua extensão, geralmente são longos e não é sem propósito. De forma geral, há três blocos de questões discursiva. O primeiro são questões tangenciais, geralmente até oitava pergunta. Este bloco não é menos importante, pois ele cumpre também um papel introdutório em que a relação entre o entrevistador e o entrevistado(a) é permeada por uma tensão, momentos de expectativas. Em termos de sentido ela vai do

mais elementar e progressivamente chega às questões específicas. Pode ser considerado também uma estratégia de rodeio, no entanto, neste bloco de perguntas há inscrições de discursos significativos que no fluxo da discursividade vai se desenrolando uma trama no fio linear discursivo do sujeito.

Em outros termos, o primeiro bloco ainda possui a função de “relaxar” os sistemas de controle e de tensão do “fio do discurso” (PÊCHEUX, 1997), pois, em muitos casos pode haver uma elaboração mais regrada na linearidade do intradiscorso feito pelo sujeito em relação às questões colocadas, ou seja, a medida que o sujeito se depara com as questões discursivas elas demandam efeitos em como e o que ela deve responder ou mesmo como formular as respostas discursivamente, neste momento há um embate entre a memória e o acontecimento que resulta no como vai acontecer a “formulação discursiva” (ORLANDI, 2001). É uma instância, na relação do entrevistado(a) e o questionário, da falha, do equívoco, do deslocamento, das irregularidades e até da dessignificação e ressignificação das questões, e ainda, gestos de indiferença que perpassa todo o questionário.

Já o segundo bloco é o lugar das questões bem mais pontuais e específicas da pesquisa, mais por se tratar de uma progressão das questões, para o(a) entrevistado(a) não há nenhum tipo de percepção. O terceiro bloco é uma ampliação do segundo bloco. Nela há uma peculiaridade, é comum muitas destas perguntas ficarem sem resposta por diversos motivos, entre eles pela quantidade de perguntas e o(a) entrevistado se sente cansado.

Muitas questões são paráfrases uma das outras ou são próximas. Nem sempre o(a) entrevistado(a) percebe este movimento no fluxo da entrevista, e quando percebe ele marca dizendo que já respondeu anteriormente.

Em relação a formulação das questões, procura-se se o mais exato e objetivo possível. As questões geralmente pedem para explicar ou para comentar, depois de contextualizar as perguntas. É no comentário e na explicação que o “processo de subjetivação” (ORLANDI, 2002) que o sujeito se inscreve. Cada questão possui apenas um objeto a ser respondido.

Com uma quantidade de pergunta que chega a cansar o(a) entrevistado(a), os sistemas internos de controle na formulação intradiscursiva na linearidade do fio do discurso, pode acontecer inscrições enquanto o “real do discurso”, uma formulação “que pula”, o acontecimento discursivo, pois, após a formulação o discurso e seus sentidos pertencem a história, ao interlocutor podendo reivindicar a “função-autoria” (ORLANDI, 2002).

Assim, tanto a extensão, quando as questões próximas, as divisões em três blocos e o pedido para explicar ou comentar, são estratégias de criar condições adequadas que o fluxo dos sentidos dos discursos fluam com menos tensão na elaboração e formulação das questões.

4. Condições de produção do corpus – um pouco de história ao acaso – digressão necessária

Não sei precisar quando e como fui afetado por discursividades sobre a história dos professores em relação a profissão. Lembro-me de dois fatos significativos. O primeiro foi quando ainda professor do ensino básico e fundamental, recém-chegado à escola. Estava na sala de professores com uma aula vaga antes do recreio, uma professora de matemática chega um pouco emocionada e narra que pela primeira vez conseguiu ensinar um conteúdo para a oitava série (hoje nono ano) para uma turma e que o aproveitamento tinha sido quase cem por cento. Ela estava emocionada

com o fato e somado a ele também que iria se aposentar em duas semanas, era a previsão para sair em *Diário Oficial*.

Outros colegas foram chegando e ela narrava os dois fatos, o do feito em sala de aula com os alunos e o outro da aposentadoria. Parecia que se emocionava mais ainda, mas as reações dos colegas se aparentavam um com sentidos de indiferenças.

Já na hora do recreio a diretora e as coordenadoras entraram na sala para dar recados e a professora de matemática repetiu e a indiferença não foi diferente dos demais colegas. Além de emocionada estava desolada sozinha com suas sentimentalidades, após o recreio eu ainda tinha vaga e fiquei com ela conversando. Ela contava a sua vida dedicada ao magistério e no momento e neste momento ninguém parava ouvir nem ao menos que iria aposentar.

No dia seguinte conversei com uma coordenadora sobre o fato, ela me disse que era assim mesmo, não era comum fazer despedidas etc. Propus um comprar um bolo, suco e uma plaquinha de agradecimentos para o dia que saísse a aposentadoria dela. Também passei no sindicato e fiz um comentário da situação que me incomodava. Um diretor ficou de colocar em pauta na reunião.

Enfim, a professora quase todos os dias repetia o feito com os alunos. Na semana que ela se aposentou tive que viajar e fiquei sentido em dar um abraço nela. A coordenadora me procurou quando eu voltei e disse que o sindicato fez uma homenagem a ela e na escola também. Fiquei satisfeito não sei porque, pois além de ser recente na escola e na cidade, eu não fazia parte do grupo de colegas da professora. Nunca mais a vi, mas o episódio me marcou.

Meses mais tarde, já no mestrado no ano seguinte, uma professora da universidade uma outra professora que me ajudou muito e a quem devo pelas orientações, ela também estava nas vésperas da aposentadoria em uma conjuntura peculiar. Ela era uma referência tanto no nível o conhecimento quanto na generosidade para como colegas e aluno.

Foi neste momento que pensei em mais do que um bolo e uma plaquinha, gostaria de registrar aquele momento. A questão do registro em forma de entrevista como uma homenagem estava amadurecendo.

Elaborei um questionário/roteiro, conversei com colegas próxima a ela e fizemos uma gravação, editamos e publicamos na época em uma plataforma digital e posteriormente na web-revisa no formato de artigo.

Posteriormente a professora me procurou para narrar que um aluno dela da educação infantil leu a entrevista e fez questão entrar em contato com ela dizer que ele se tornou professor universitário graças a influência dela e o quanto ela o havia marcado. Ela se emocionou ao narrar, comentou também sobre diversas mensagens de alunos que nem mais se lembrava fizeram questão de deixar uma mensagem carinhosa para ela naquele momento.

A entrevista com a Profa. Dra. Marlene Durigan da UFMS de Três Lagoas-MS foi para mim como um acontecimento discursivo, e partir dele fui percorrendo um longo caminho de reflexão sobre a história do professor e seu processo de interpeção do processo de identificação, suas histórias e caminhos percorridos até o magistério.

5. Construindo um *Corpus* ao longo do tempo

Há quinze (15) anos que empiricamente tenho desenvolvido algumas “escutas” sobre o processo de identificação do professor para dela ouvir suas discursividades históricas e procurar compreender a questão da memória didática da posição sujeito professor. Para tal escuta tinha os alunos da graduação do curso de Letras Português Inglês, Português Espanhol, e do curso de Pedagogia em que ministrei e ministro disciplina de Introdução à Linguística II, já curso de Letras Bacharelado, ministrei disciplinas Filosofia da Linguagem, Linguagem História e Sociedade.

Por envolver diversas turmas e de cursos diferentes, não foi possível manter como objetivo professores somente de Língua Portuguesa a pedido dos alunos. Como parte da atividade prática das disciplinas e do processo avaliativo, propunha para alunos que quisessem participar deveriam fazer uma entrevista com um professor. As atividades eram desenvolvidas em grupos de alunos ou mesmo individual, eu fornecia o questionário, orientava como deveria ser o ritual da entrevista que se utilizava de gravador digital.

As entrevistas proporcionavam:

- uma atividade prática de pesquisa de campo aos alunos;
- uma reflexão sobre a própria carreira de magistério;
- registro de experiências significativas acumulado por certos professores que ficavam sem registro;
- como se nunca tivesse acontecido na absorção do acontecimento pela memória discursiva;
- criar também um arquivo modesto da memória didática discursiva;

- e também servir de homenagem ao(a) professor(a) entrevistado(a).

Outro ponto do processo era também entrevistar um professor colega ou amigo de profissão do(a) entrevistado(a) para falar um pouco da carreira e das atividades dos professores entrevistados(as). Desta forma a entrevista se configura também em uma homenagem, pois, a entrevista irá compor um artigo e o mesmo será publicado em revista acadêmica.

Ao longo dos anos venho acumulando entrevistas das quais muitas foram publicadas em revistas e outras ainda aguardam a oportunidade. São belas histórias didática-pedagógica de professores e de professoras que sempre gentilmente sede seu tempo para falar de si, de sua vida profissional como acontecimento para a posteridade, para as futuras gerações.

Neste sentido, a participação de alunos tem sido importante por alguns aspectos além dos já citados, mas também por serem de certa forma “cúmplices” de algumas inquietações sobre a memória didática do professor e o seu processo de identificação.

6. Relatório de campo

A Análise do Discurso Franco/Brasileira trabalho como *corpus* em circulação social seja ele qual foi a sua materialidade, simplesmente o recolhemos, tece-se considerações sobre a sua materialidade e desenvolver os procedimentos metodológicos e analíticos. De certa forma não há descrição sobre como se chegou ao *corpus*, apontar as referências, o que há é registrar a sua origem e meio de circulação.

Neste sentido, não há uma atividade que se pode denominar de relatório de campo, mas sim de especificar o material em circulação que passou por uma certa “higienização pedagógica” (PÊCHEUX, 2002) independente de pertencer a este ou aquele segmento social e/ou político.

Com a aplicação de questionário discursivo, enquanto espaço de inscrições de discursividades, ainda com bordas e limites, mas sempre sujeito ao real do discurso, ao equívoco, a falha, ao deslocamento, ao deslize, as regularidades, já-ditos, pré-construídos, as rupturas, as metáforas, as sinonímias, enfim, diante do questionário, espaço de materialização do processo discursivo.

Diante destas questões, fez-se importante descrever como se deu desde o contato faz-se necessário descrever desde o contato, a circunstância da aplicação do questionário, acredito que seja um ganho para os procedimentos da Análise do Discurso.

Assim, o relatório de campo abrange desde o momento do gesto de escolha dos possíveis professores a serem entrevistados até o momento da entrevista. O gesto de escolha foi norteado por alguns sentidos: ser professor de Língua Portuguesa ou outra área; ter mais de dez anos de carreira no magistério (ensino básico ou universitário). As duas posições se justificam, pois, a questão é o professor de Língua Portuguesa considerando que cada área do conhecimento possui suas formações imaginárias com as quais o sujeito se constitui por processo de identificação. A idade diz respeito, supostamente, ao acúmulo de vivência profissional tanto no aspecto intelectual quanto nos imponderáveis do cotidiano escolar.

O relatório de campo funciona como um roteiro para garantir limites e parâmetros, ele teve dois momentos, o primeiro:

- fazer contato com o/a professor(a) seja via telefone, endereço eletrônico;
- de forma geral a escolha foi feita a partir de conversas com colegas e com amigos de profissão e também por sugestão de alunos. Não se buscava entrevistar (com sentido de aplicação de questionário) professores já significados por sua atuação profissional já que neste sentido iria significar o já significado. A proposta professores que chama do cotidiano;
- discutir o local da entrevista que preferencialmente deveria ser na UEMS, caso o(a) professor(a) preferisse na casa dele(a) ou na escola, deveria se em dupla a entrevista;
- por ser gravada, observar para as condições do gravador, a bateria, pilha (se for caso), o espaço na memória, o tom de voz do entrevistado(a), a distância ideal do gravador, entre o gravador e a mesinha, ou perto;
- fazer as perguntas em tom compreensível, de forma bem natural, e se em alguma resposta houver um dado ou fato interessante, elaborar uma questão para melhor compreensão, e depois retornar ao roteiro. Durante das questões é comum haver dados/discursividades interessantes que merecem vir a cena de forma mais especificada, então a partir da constatação, os entrevistadores elaboravam questões visando dar continuidade a questão que irrompeu;
- solicitar um tempo exclusivo para a entrevista, sutilmente sugerir que não leva haver interrupção para não se “quebrar” o fluxo das discursividades e ponto em

que a memória se desdobra de sentidos. Recomenda-se desligar o celular e caso não seja possível, não atender se tocar;

- estabelecer um tempo médio junto ao(a) entrevistado(a);
- caso haja algum tipo de desencadeamento de emotividade, pedir para parar e continuar outro dia;
- comentar que a entrevista poderá ser publicada em forma de artigo e caso a pessoa não concorde, não há problemas. Avisá-la quando da publicação;
- após a entrevista, fazer a transcrição e enviar tanto a gravação quanto a transcrição para o(a) entrevistada para que ele possa fazer alguns ajustes, suprimir algo ou completar alguma ideia. Trabalha-se com a versão final dele(a);
- registrar as impressões e reações do(a) entrevistado, aspectos emotivos, tom, alegria, euforia, tristeza ou mesmo algum tipo de tensão;
- registrar desde o dia do primeiro contato, até o envio da versão final. Registo de data, local, hora e as condições do ritual de aplicação do questionário.

Com o advento da pandemia do COVI19, houve algumas alterações. A entrevista presencial foi suspensa, toda atividade foi feita via endereço eletrônica, condição que não diminuiu o caráter das atividades. Todo registro foi feito por telefone e correio eletrônico ou ainda por aplicativo *whatsapp*.

Houve dificuldade no retorno dos questionários, alguns professores(as) acabaram desistindo alegando que o questionário era extenso ou que não se sentiram confortáveis para responder e alguns se sentiram inseguros em responder.

Foi constatado que houver diferença na discursividade quando alterou as condições produção de aplicação do questionário discursivo. Tivemos três tipos: a primeira foi gravada, a segunda foi escrita, mas presencialmente e a terceira foi via endereço eletrônico.

Pode-se constatar que na entrevista gravada há uma fluidez discursiva, um tom de informalidade, uma formulação discursiva menos “tensa”, com idas e vindas, com os sistemas de controle do fio do discurso do sujeito mais a vontade.

A outra é quando o entrevistado(a) opta por responder por escrito na presença do aplicador do questionário discursivo. Nele pode-se constatar o gesto do entrevistado(a) a partir de alguns marcadores de sentidos, como rasura, colocar entre parênteses, passar o corretivo, riscar por cima da palavra e mesmo a distância entre uma palavra e outro demonstrando a quebra regularidade, e ainda a intensidade de força da caneta no papel, mudança de regularidade.

O terceiro foi via endereço eletrônico. Podemos considerar que por ter mais tempo e na disposição do entrevistado(a), há uma condição peculiar em que o entrevistado(a) pode rever sua discursividade e controlar alguns aspectos dos sentidos. Há um controle maior em relação as duas condições anteriores em que não volta ou apaga. O controle vai desde a correção de língua, até coerência das resposta em organizadas, a higienização sem a presença entrevistador(a) silencia ou coloca em outro lugar os equívocos, deslocamento, falha etc.

Neste sentido, tanto o questionário discursivo se apresentou como um desafio quando o relatório de campo, considerando que para a Análise do Discurso de Inha Fancesa cujo objetivo

primeiro era o de analisar discursos da ordem do político. Com a expansão teórica para fora da França, em particular no Brasil em que a teoria se mostrou muito produtiva em *corpora* diversas o que colocou os analistas do discursos quanto a teoria para além da fronteira para a qual a teoria foi pensada. Em particular a concepção de questionário discursivo que venho desenvolvendo desde 2002.

7. Análise dos dados – sentido de dom e vocação

(53)⁴ “Eu acho que é uma tendência natural que foi incentivando por outros professores também. Era Irmã Alzira de Castro, lá em Fortaleza. Depois quando eu fiz o curso de ginásial aqui no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, tinha a Irmã Bartira Galdez, Irmã Josefina de Castro, muito me incentivaram nesse meu gosto pela escrita”. (E⁵⁶. 01, WRPDLL, E. 21, p. 55);

(54) “E aí eu resolvi fazer, como eu tenho tendência pra isso, gostava, eu fiz o curso de Língua Neolatina, chamava naquele tempo, era Português, Francês, Espanhol, Latim e Italiano. Era muito gostoso”. (E. 01, WRPDLL, E. 21, p. 56);

(168) “Eu sempre acreditei deste pequena, com uns 9 anos de idade, quando eu colocava minhas

4 Os textos analisados foram retirados do relatório de pesquisa “Discurso Sobre A Identidade Do Professor De Língua Portuguesa: Tensão Nas Redes De Memória” (2022). Mantive a numeração do corpus para efeito de análise.

5 E= Número da Entrevista, WRPDLL = Web Revista, Página de Debate: linguística e linguagem, E = Edição, P = página.

6 Web Revista Página de Debate: questões de linguística e de linguagem. Ed. 21, julho, 2013. Site: www.linguistiaelinguagem.cepad.net.br/site.

bonecas para assistir aula, que nós podemos contribuir para o mundo, com as pessoas e deixar marcas nas vidas das pessoas. Então, pra mim, ser professora é deixar minha estrelinha na vida de alguém”. (E. 08, WRPPDLL, E. 26, p. 06);

(173) “Desde os 9 anos de idade, com as bonecas, que eu doutrinava, elas tinham que saber ler. A minha mãe conta que até hoje as histórias, eu tenho até hoje o quadro negro que eu dava aula para as bonecas e eu dizia: “fulana você está bagunçando, você não vai para o recreio””. (E. 08, WRPPDLL, E. 26, p. 19);

(209) “Desde crianças eu tinha a pré-disposição em auxiliar meus colegas de sala”. (E⁷. 10. WRDEL, E. 20, p. 03);

(2010) “Desde o início eu tive essa intenção, uma vez sempre gostei de ensinar”. (E. 10, WRDEL, E. 20, p. 03).

O conjunto de textos materializa os sentidos de “dom” e “vocação”, os textos representam um processo parafrástico, pois em seu interior articula em maior ou menor grau os sentidos de “dom” em duas perspectivas discursivas, uma diz respeito a questões de aptidão natural, aquela habilidade que já “nasce” com o sujeito, parte de seu “ser”, pois enquanto outros necessitam de se dedicar para adquirir certas habilidades seja profissional ou artísticas.

7 Web Revista Discursividade, Estudos Linguísticos. Ed. 13, janeiro/2014. discursividade.cepad.net.br/site

Alguns já nascem com ela, precisa e apenas “descobri-la” e/ou ter o “reconhecimento” por outrem, geralmente as duas percepções vem juntas, o sujeito em seu processo de individuação em um movimento retroflexo de sentidos, “olha” para si constata em alguma medida o seu “indício paradigmático” (GINZBURG, 1998) de habilidade seja pela facilidade com que se depara em “fazer ou desenvolver” alguma atividades.

Ainda “vocação” em outra ordem discursiva é revestida da posição ideológica de certos aspectos religiosos, uma vez que a habilidade não seria apenas algo que “nasce” com o sujeito, mas dado por uma entidade divina Deus ou deuses de qualquer religião. O “dom” não seria algo que se escolhe, mas algo que se recebe enquanto dádiva.

Já “vocação”, o sentido é direcionado para uma atividade e é reconhecido pelo tipo de prática discursiva e não discursiva do sujeito, também diz respeito a tendência natural do sujeito, neste aspecto compartilha da formação discursiva de “dom”. A “vocação” representa em seu sentido um tipo de orientação nata do sujeito e cabe a ele reconhecer e também e ser reconhecido, pois o efeito de sentidos de “vocação” reverbera como algo naturalizado em que o sujeito e os demais a sua volta reconhecem, em alguma medida também se configura em um tipo de apelo ao sujeito.

A caracterização dos sentidos de “dom” e “vocação” expressa em:

(53) “eu acho que é tendência natural”;

(54) “como eu tenho uma tendência para isso”;

(168) “eu sempre acreditei deste pequena”;

(173) “desde os 9 anos de idade”;

(2009) “desde criança eu tinha pré-disposição”;
(210) “desde o início eu tive a intensão uma vez
que sempre gostei”.

O processo de identificação possui um dos pontes de ancoragem o movimento retroflexo do sujeitos sobre si, um alto reconhecimento (53) “eu acho que”, (54) “como eu tenho”, (168) “eu sempre acreditei”, (173) “desde 9 anos”, (2009) “desde criança” e (210) “uma vez que sempre”.

Não se trata de um mero reconhecimento de si, ele possui uma pressão sobre o sujeito – já que “X” então devo fazer os desígnios de “Y”. Pressão que cobra algo não pedido pelo sujeito, mas que se manifesta e se expressa nele.

(53) “Eu acho que é tendência natural”.

Em (53) não se trata de um simples “achar que” enquanto opinião, pois na discursividade do senso comum, quando o sujeito se refere a si, há um processo de metaforização de modéstia, pois a afirmação positiva que “eu tenho vocação” pode ter efeitos de prepotência, de arrogância, de falta de modéstia etc.

(54) “Como eu tenho uma tendência para isso”.

Em (54) é um reconhecimento metafórico de (53), mas um deslizamento menos impositivo – de já que “X” então devo fazer os desígnios de “Y” – do sujeito para si mesmo, direcionado como “X” me leva para “Y”, sem a espessura do “então”. (53) e (54) marcam o reconhecimento cuja legitimidade ainda depende da relação de alteridade, não basta o auto reconhecimento.

(168) “Eu sempre acreditei deste pequena”.

(173) “desde os 9 anos de idade”;

(2009) “desde criança eu tinha pré-disposição”;

(210) “desde o início eu tive a intensão uma vez que sempre gostei”.

O sentido de auto reconhecimento, um “jogo de imagens” (PÊCHEUX, 1997): quem sou eu para falar de mim para mim, enquanto processo de individuação e de subjetividade do sujeito, se inscreve também no aspecto temporal das condições materiais de existência como em (68) “eu sempre / desde pequena”, (168) “desde os 9 anos”, (2009) “desde criança” e (210) “desde o início”.

A questão temporal remete ao tempo do reconhecimento, no tempo e no espaço e dele, a partir do cruzamento dos eixos ou do encontro pontual entre eles, do paradigmático (tempo) e do sintagmático (espaço). Cruzamento ou encontro que se transcorre toda uma discursividade como uma espessura de significação que cerca os sentidos de certeza e de convicções que no limiar do efeito de verdade, recobre envolvendo o sujeito como uma missão a ser cumprida.

Algo tematizado que o sujeito em si tem papel de seguir os desígnios (seja natural ou dado) com confiança, pois, não é o sujeito em si que “fala”, mas o “dom” e a “vocação” como acontecimento de um encontro de uma atualidade com uma memória, como um encontro do reconhecimento (de si e dos outros) com a memória dos sentidos de professor.

O efeito do acontecimento marcado pelo sentidos de obviedade encontra toda certeza do “dom” e da “vocação” uma vez que ele acontece, em grande medida, em uma idade para o sujeito em que as práticas não discursivas e discursivas representam um mundo de ludicidade, as brincadeiras e os sentidos do mundo são “meras” representações de possibilidades, e em alguns aspectos descobertas gradativas ou jogos de sentidos enquanto ludicidade.

Assim, o sentido de “dom” e de “vocação” compõem alguns dos aspectos do processo identitário do professor: acontecimento, reconhecimento, tempo, espaço, movimento retrofleto de si na relação como outrem.

8. Considerações Finais

As questões traçadas até se constituem em um relato de pesquisa, uma pequena parte de como e quais parâmetros de problematização, da definição do objeto o que resulta em construir os objetivos e construção do *corpus*. Parâmetros também teóricos, metodológicos e os desdobramentos analíticos. Neste sentido, a proposta aqui foi apenas fazer o breve relato de uma pesquisa e suas questões.

9. Referências Bibliográficas

CERTEAU, M. DE. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de fazer. 7ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**. Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas- SP: Pontes, 2001.

_____. **Análise de Discurso**. Princípios e Procedimentos. Campinas-SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**. Estrutura e Acontecimento. 3ª. Ed. Campinas-SP: Pontes, 2002.

_____. **Semântica e Discurso**. Uma afirmação do óbvio. 3 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997.

POSSENTI, S. Teoria do Discurso – Um Caso de Múltiplas Rupturas. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.) **Introdução à Linguística**. Fundamentos epistemológicos. V. 3. 2ª. ed. São Paulo-SP: Cortez Editora, 2005.

RODRIGUES, M. L. **MST: Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação**. Acontecimento Discursivo. Tese de Doutorado em Linguística, IEL-UNICAMP. Campinas-SP, 2007.

RODRIGUES, M. L; SOUZA, A. C. S. de. Ensino de Gramática. **Web-Revista Página de Debate**: questões de Linguística e de Linguagem. Ed. 05, Maio/2009, pág. 01-09. <http://www.linguisticaelinguagem.cepad.net.br/>.

_____. Ensino de Gramática versus Ensino de Língua. **Revista Guavira Letras/UFMS**. Ed. 10, Fev/2010, pág. 01-15. <http://www.cptl.ufms.br/guavira/index.html>.

_____. **Discurso de Representação do Negro Cotista da UEMS**. Tese do Pós-Doutorado (Análise do Discurso), IEL-UNICAMP, Campinas-SP, 2011.

_____. Complexo de Objetos e de Temas: condições de produção do discurso. In: Linguagem, Identidade, Gênero, História. Rio de Janeiro-RJ: **Litteris/Quartica Premium**, 2001. Pp. 49-63.

SAPIR, E. **Linguística Como Ciência**. Rio de Janeiro-RJ: Livraria e Editora Acadêmica, s/d.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 20 ed. São Paulo-SP: Cultrix, 1995.

SILVA, S. A. B. V. DA. **Violência Discursiva na/da Escola**. Dissertação de Mestrado em Letras (Linguística), UFMS-CPTL. Três Lagoas-MS, 2012.

Web Revista Página de Debate: Questões de linguística e de linguagem. Ed. 21, julho, 2013. Site: www.linguistiaelingua-gem.cepad.net.br/site.

Web Revista Discursividade, Estudos Linguísticos. Ed. 13, janeiro/2014. discursividade.cepad.net.br/site.

ÍNDICE REMISSIVO

- Acolhimento – 15, 50, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 68
- Atividade docente – 19
- Autoritarismo – 18, 205, 222, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 232, 235, 238, 240, 243
- Autoritarismo político – 18
- Capital – 9, 13, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 44, 47, 51, 83, 90, 102, 103, 106, 111, 155, 159, 160, 179, 186, 190, 191, 192, 195, 203, 204, 210, 211, 216, 217, 218, 219, 220, 221
- Capital e trabalho – 13
- Capitalismo – 8, 21, 22, 26, 27, 28, 82, 84, 88, 189, 204, 211, 217, 221
- Cidadania – 15, 17, 50, 53, 54, 55, 61, 63, 172, 207, 208, 223
- Classe Social – 246
- Conquistas sociais – 8, 9
- Constituição – 18, 55, 76, 106, 154, 155, 163, 165, 167, 168, 169, 171, 172, 176, 178, 180, 181, 212, 215, 221, 222, 224, 225, 229, 237, 238, 254, 256, 257
- Consumidora – 17, 136, 140
- Contemporâneo – 8, 13, 14, 19, 21, 193, 199, 215, 223, 228, 230, 235
- Contradições sociais – 8
- Crise – 8, 9, 13, 18, 22, 28, 50, 57, 63, 70, 77, 94, 96, 103, 111, 126, 154, 157, 175, 183, 186, 189, 190, 192, 193, 195, 203, 207, 210, 216, 217, 220, 221, 223, 224, 232
- Crise civilizatória – 9
- Crise Política – 154
- Cultura patriarcal – 17
- Democracia – 14, 18, 163, 194, 195, 199, 207, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243
- Desafios – 8, 13, 19, 21, 38, 129, 195, 207, 221, 223, 224, 235, 241
- Direitos Humanos – 9, 15, 18, 50, 51, 52, 53, 55, 65, 66, 69, 223, 230, 235, 237, 240, 242
- Direitos Sociais – 16, 69, 76, 191
- Ditadura – 54, 168, 205, 225
- Educação – 9, 15, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 54, 56, 60, 61, 67, 76, 82, 125, 182, 226, 263
- Educação Pública – 9, 24, 25, 28, 40
- Emendas Orçamentárias – 17, 154, 170
- Fascismo – 8, 18, 184, 188, 189, 199, 203, 204, 205, 208, 209, 216, 217, 218, 220, 222
- Feminicídio – 17, 92, 117, 118, 119, 127
- Fome – 9, 14, 15, 16, 22, 29, 50, 63, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 88, 89, 91
- Formação de professores – 9, 14, 15, 21, 24, 26, 29, 39, 40, 41, 44, 48
- Formação identitária – 18

Fundações privadas – 9, 14

Gênero – 9, 14, 16, 63, 69, 70, 71, 79, 80, 84, 85, 87, 88, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 109, 110, 111, 113, 117, 121, 122, 123, 125, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 154, 212, 253, 277

Governo – 23, 24, 25, 29, 40, 41, 50, 75, 89, 90, 92, 100, 106, 108, 112, 130, 145, 155, 157, 161, 163, 164, 170, 174, 179, 181, 194, 205, 213, 226, 231, 233, 234, 238, 246, 251

Hegemonia – 13, 32, 121, 157, 194

Humanidade – 9, 21, 118, 127

Imigrante – 15, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 67, 68

Indivíduo – 14, 29, 32, 74, 93, 131, 132, 134, 185, 186, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 210, 212, 214, 239, 241

Inovação/ Eficácia – 15, 22

Insegurança alimentar – 69, 70, 71, 74, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

Instituto Ayrton Senna – 15, 21, 24, 29, 34, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47

Justiça social – 18, 60, 61, 63, 148, 223, 227, 240

Laboral – 54, 100, 104, 106

Legitimidade – 155, 156, 165, 175, 195, 273

Luta – 58, 64, 89, 90, 92, 95, 124, 125, 129, 157, 162, 202, 223, 22

Mais-valia – 191, 203

Mapa da fome – 16, 70, 76, 77

Memória – 19, 178, 245, 259, 260, 264, 265, 267, 268, 270, 274

Mercado – 17, 24, 29, 36, 40, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 107, 109, 110, 111, 139, 143, 144, 145, 146, 151, 189, 190, 193, 215, 223

Migração – 50, 51, 53, 54, 56, 66

Migrante – 15, 54, 55

Modernidade – 13, 207, 223

Movimentos neofascistas – 14, 18, 188, 199, 218

Mulheres – 16, 52, 63, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Neofascismo – 184, 185, 188, 189, 199, 202, 203, 207, 216

Neoliberalismo – 13, 18, 45, 111, 194, 211, 221

Novo fascismo – 18, 184, 188, 218

Objetificação – 16, 120, 121

ONU – 16, 66, 70, 96, 112, 147

Orçamento Secreto – 14, 17, 153, 154, 155, 160, 161, 172, 174, 180

Pandemia – 16, 21, 22, 24, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 38, 40, 48, 78, 90, 101, 116, 118, 126, 129, 223, 234, 268

Patriarcado – 107, 120, 121, 125

Pobreza – 15, 16, 22, 73, 77, 80, 81, 87, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 111, 113, 120

Política – 14, 17, 18, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 40, 41, 43, 47, 50, 52, 53, 55, 56, 59, 61, 63, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 88, 90, 91, 93, 99, 102, 124, 126, 129, 131, 132, 136, 147, 148, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 170, 175, 176, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 218, 220, 221, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 255

Política do ódio – 185

Política pública – 15, 29, 44, 54, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 87, 88, 89, 97, 120, 137, 176

Política Social – 6, 13, 50, 55, 106, 112, 116, 153, 184, 227

Português – 50, 52, 53, 56, 57, 62, 67, 208, 225, 247, 264, 270

Pós-modernidade – 30

Precarização – 15, 100, 101

Precarização das relações de trabalho – 103, 110, 113, 191

Precarização relação laboral – 16, 190

Preço – 132, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Privatização – 25

Raça – 16, 69, 70, 71, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 88, 89, 111, 117, 263

Ranking da fome – 16

Reforma – 25, 26, 95, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 111, 276

Reforma Previdenciária – 106, 108, 109, 111, 114, 115

Reforma Trabalhista – 16, 100, 103, 105, 114

Reformas Neoliberais – 16, 92, 93, 96, 108

Refugiados – 9, 15, 66, 210

Refúgio – 66, 158

Regras democráticas – 222, 224, 227, 234, 236, 237, 238, 239, 240

Relações de trabalho – 15, 22, 31

Relações pós-modernas – 13

Ressentimento – 186, 187, 195, 203, 210, 216, 220

Soberania popular – 17, 173

Sociabilidade – 14, 162, 195, 196, 198, 209

Sociedade civil – 57, 73, 155, 156, 157, 191, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 169, 172, 179, 182, 199, 214, 215

Sociedade contemporânea – 13, 18

Subjetividade – 15, 30, 32, 47, 48, 124, 130, 186, 192, 274


Taxa Rosa – 17, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 141, 147, 148

Trabalho – 8, 13, 15, 21, 22, 24, 27, 31, 34, 35, 36, 38, 41, 44, 46, 52, 54, 63, 65, 71, 72, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 125, 132, 189, 190, 191, 193, 196, 202, 211, 217, 218, 221, 223, 259, 265

Violência – 9, 14, 15, 16, 50, 77, 82, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 206, 212, 215, 216, 217, 226, 277

Violência contra mulher – 116, 117, 118, 127

Violência de gênero – 9, 14, 128, 129



Refletir sobre os Desafios Contemporâneos constitui uma provocação de muitas faces, porque múltiplas são suas dimensões. O propósito deste livro, neste sentido, foi convidar alguns docentes e discentes para refletirem sobre problemas que lhes inquietam nestes tempos sombrios, marcados pela combinação entre o agravamento da crise do capital, a hegemonia do neoliberalismo, a intensificação dos ataques à classe trabalhadora, a contração democrática e o avanço da popularmente denominada "extrema-direita". E, sob qualquer uma das possibilidades temáticas, perspectiva teórica e/ou analítica, o entrelaçamento entre capital e trabalho se expõe (e impõe), desvendando os liames que os fecunda. Este rico material que pretende suscitar reflexões e provocar produtivas inquietações, apresentamos este livro dedicado a pensar sobre os desafios contemporâneos.

paruna

ISBN 978-658510635-1



9

786585

106351